



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Ameaças Globais: O Terrorismo de Matriz Islâmica na Globalização



João Eduardo Granata Lopes

Aspirante a Oficial-Aluno Piloto-Aviador 138253-F

Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em
Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador

Júri

Presidente: Coronel Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas
Orientador: Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva
Coorientador: Tenente-Coronel Luís Manuel Pinto de Almeida Rocha
Vogal: Professor Doutor António Sousa Lara

Sintra, maio de 2017

(página intencionalmente em branco)



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Ameaças Globais: O Terrorismo de Matriz Islâmica na Globalização



João Eduardo Granata Lopes

Aspirante a Oficial-Aluno Piloto-Aviador 138253-F

Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em
Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador

Júri

Presidente: Coronel Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas
Orientador: Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva
Coorientador: Tenente-Coronel Luís Manuel Pinto de Almeida Rocha
Vogal: Professor Doutor António Sousa Lara

Sintra, maio de 2017

Este trabalho foi elaborado com finalidade essencialmente escolar, durante a frequência do Curso de Pilotagem Aeronáutica cumulativamente com a atividade escolar normal. As opiniões do autor, expressas com total liberdade acadêmica, reportam-se ao período em que foram escritas, mas podem não representar doutrina sustentada pela Academia da Força Aérea.

***“A evolução do Homem passa, necessariamente, pela
busca do conhecimento.”***

(Sun Tzu, n.d)

***“Persistência é a irmã gémea da excelência. Uma é a mãe
da qualidade, a outra é a mãe do tempo”***

(Marabel Morgan, n.d)

“O que sabemos é uma gota; o que ignoramos um oceano”

(Isaac Newton, 1675)

(página intencionalmente em branco)

Agradecimentos

À Academia da Força Aérea,

Que não só me permite continuar a perseguir um sonho pessoal, como também me enriquece pessoal, profissional e academicamente.

À Sra. Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva,

Por ter aceite o projeto de trabalho que propus e por me ter orientado na direção correta da investigação pretendida. Para além disso, pela disponibilidade, e por ter tido a paciência de me aconselhar nas fases mais difíceis da investigação, permitindo-me aperfeiçoá-la, enquanto simultaneamente absorvia conhecimentos daí dimanados.

Ao Sr. Tenente-coronel Luís Rocha,

Pela liberdade que desde logo me deu para a escolha do tema da investigação, incentivando a dedicar-me em algo que fosse do meu interesse. Por ajudar a ultrapassar os obstáculos inerentes ao facto de não ser um aluno de Relações Internacionais. Por fim, pela constante disponibilidade, paciência e boa disposição que sempre serviram de motivação para a realização da investigação.

À Biblioteca da AFA,

Em particular, à Sargento-ajudante Dulce Maria, pela constante disponibilidade, vontade de ajudar, e pela flexibilidade que sempre demonstrou no auxílio da procura de fontes para a minha investigação.

Aos Barões,

Pelos momentos de boa disposição, pelos conselhos e por estarem sempre dispostos a ajudar.

Finalmente à minha família,

Por, como sempre, representarem um pilar fundamental na minha vida pessoal.

A todos, o meu sentido Obrigado!

(página intencionalmente em branco)

Resumo

O sistema internacional atravessa, em pleno século XXI, uma transição incerta na estabilidade e ordem mundiais. Num mundo profundamente globalizado, em que os fenómenos de aproximação social, económica, política e cultural definem uma linha muito ténue entre a escala da violência e a construção de uma paz comum, emerge o objeto de estudo da investigação.

O terrorismo de matriz islâmica é, não só, um fenómeno moderno, como também um movimento fundamentalista profundamente conhecedor das vantagens da era moderna em que claramente se assumiu. Na atualidade, com os naturais avanços da tecnologia e dos meios de comunicação, dimanados da onda da globalização que inundou a cena internacional, a ameaça do terrorismo de matriz islâmica pôde potenciar a sua estratégia.

A capacidade de alcance dos grupos extremistas islâmicos atinge, na atualidade, a fasquia milenar da influência à escala global. A emergência desta ameaça internacional reúne o alarmismo dos Estados mundiais, perspetivando uma das principais preocupações da segurança internacional.

O papel das organizações/entidades governamentais e não-governamentais parece ter, mais de que nunca, uma importância crucial na atenuação das ameaças globais. A vitalidade da coordenação de esforços à escala planetária, entre as várias organizações e entidades nacionais e transnacionais, revela-se crucial para as mudanças e perigos emergentes deste século.

A globalização da sociedade contemporânea tem facilitado a projeção de redes terroristas. No entanto, deve ser encarada como um fenómeno potencialmente contributivo para a diminuição do terrorismo de matriz islâmica.

Num mundo acompanhado por uma permanente evolução, consubstanciado num espírito de união e cooperação da comunidade internacional, poderá perspetivar-se uma necessária aliança das civilizações, fundamental para se atingir uma desejável e permanente aproximação étnica, racial, religiosa e cultural, tal como um entendimento político-ideológico, económico e social.

Palavras-chave: Ameaças; Globalização; Matriz islâmica; Terrorismo

Abstract

In this 21st century the international system is experiencing an uncertain transition both in stability and world order. In a deeply globalized world where the phenomena of social, economic, political and cultural reality defines a very thin line between the scale of violence and building a common peace, is where the object of study for this research emerges.

The Islamic matrix terrorism is not only a modern phenomenon but also a fundamentalist movement deeply aware of the advantages of the modern era in which it has clearly stood out. Nowadays, with the natural advances of technology and the media, stemming from the wave of globalization that has flooded the international scene, the Islamic terrorism has been able to boost its strategy.

The reach of Islamic extremist groups has nowadays recovered the age-old bar of influence on a global scale. The development of this international threat brings together the alarmism of the world states facing one of the main concerns of international security.

The role of governmental and non-governmental organizations/entities seems to be more crucial than ever in eliminating global threats. The importance of worldwide effort coordination among the various national and transnational organizations/entities is crucial to the changing and emerging dangers of this century.

The globalization of contemporary society has eased the projection of terrorist networks. However, it should be seen as a potentially contributory phenomenon for the reduction of Islamic terrorism.

In a world swarm by a permanent evolution along with a spirit of unity and cooperation of the international community, a necessary alliance of civilizations can be envisaged. This represents a fundamental step to achieve a desirable and permanent ethnic, racial, religious and cultural approach, as well as an understanding of political-ideological, social and economic backgrounds of world countries.

Key words: Globalization; Islamic Matrix; Terrorism; Threat

Índice

1. Introdução	1
1.1 Contextualização.....	2
1.2 Âmbito de Estudo.....	9
1.3 Objeto de Estudo	11
1.4 Revisão da Literatura.....	13
1.5 Conceptualização Operacional	23
1.6 Motivação e Pertinência.....	31
2. Nota Metodológica	35
2.1 Definição do Problema.....	39
2.1.1 Formulação da Questão de Partida e Subquestões da Investigação.....	40
2.1.2 Hipóteses de Trabalho.....	41
3. Terrorismo	43
3.1 Origem e Crescimento do Fenómeno do Terrorismo.....	54
3.2 Introdução ao Terrorismo de Matriz Islâmica	58
3.3 Principais Células Terroristas Islâmicas em Estudo.....	68
4. Caracterização do Fenómeno da Globalização	75
4.1 Evolução da Globalização.....	76
4.2 Tecnologia na Era da Globalização	82
4.2.1 Uso da <i>Internet</i> nas Organizações Jihadistas	85
4.3 Globalização no Futuro	86
5. O Terrorismo na Globalização	89
5.1 Planos Transnacionais de Combate ao Terrorismo	90
5.2 Portugal no Combate ao Terrorismo	95
5.3 Contribuições da Globalização.....	97
5.3.1 Contribuição da Tecnologia na Propaganda Jihadista	102
5.4 Futuro do Combate ao Terrorismo.....	106

6. Conclusões	113
6.1 Sugestões	122
Referências bibliográficas	125
Anexos	136
ANEXO A - Distribuição Geográfica dos Sunitas e Xiitas	A-1
ANEXO B - Definição de Fronteiras no Acordo Sykes-Picot.....	B-1
ANEXO C - Distribuição das Células da al-Qaeda no Mundo	C-1
ANEXO D - Mapas Temporais da Ocupação Territorial do Daesh.....	D-1
ANEXO E - Mapa da Estratégia Global do aEI	E-1
ANEXO F - Nações da Coligação Global.....	F-1
ANEXO G - Gráficos de Atentados do Daesh e da al-Qaeda.....	G-1
ANEXO H - Atentados Terroristas Perpetrados na Europa.....	H-1
ANEXO I - Ataques Terroristas em Solo dos EUA	I-1
ANEXO J - Atentados no Iraque e Síria	J-1
ANEXO K - Países Terceiros de Elevado Risco	K-1
ANEXO L - Afiliações Globais do ISIL	L-1

Lista de Acrónimos

aEI	autoproclamado Estado Islâmico
AQI	al-Qaeda no Iraque
AQMI	al-Qaeda no Magrebe Islâmico
AQPA	al-Qaeda na Península Arábica
AR	Assembleia da República
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
COE	<i>Council of Europe</i>
CTITF	<i>Counter-Terrorism Implementation Task Force</i>
EM	Estados - Membros
ETA	<i>Euskadi ta Askatasuna</i>
EUA	Estados Unidos da América
EUROPOL	<i>European Union's Law Enforcement Agency</i>
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRONTEX	<i>European Border and Coast Guard Agency</i>
GTI	<i>Global Terrorism Index</i>
IEP	<i>Institute for Economics and Peace</i>
INLA	<i>Irish National Liberation Army</i>
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
IRA	<i>Irish Republican Army</i>
ISI	<i>Islamic State in Iraq</i>
ISIL	<i>Islamic State in Iraq and Levant</i>
ISIS	<i>Islamic State in Iraq and Syria</i>
ISW	<i>Institute for the Study of War</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MENA	<i>Middle East and North Africa</i>
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MSF	Médicos Sem Fronteiras
NAC	<i>North Atlantic Council</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NCTC	<i>National Counter Terrorism Center</i>

OECD	<i>Organization for Economic Cooperation and Development</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	<i>Organization for Security and Co-operation in Europe</i>
PJ	Polícia Judiciária
PKK	<i>Kurdistan Workers's Party</i>
RAF	<i>Red Army Faction</i>
RI	Relações Internacionais
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
UCI	Unidade de Cooperação Internacional
UE	União Europeia
UIF	Unidade de Informação Financeira
UN	<i>United Nations</i>
UNCT	Unidade Nacional de Contra Terrorismo
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Siglas

Cf.	Conferir
n.d.	Não Disponível
OG's	Organizações Governamentais
ONG's	Organizações Não-governamentais

1. Introdução

“As Nações são todas mistérios, cada uma é o mundo inteiro a sós.”

(Fernando Pessoa, n.d)

Os cenários de perturbação de um Estado, seja eles diretos ou indiretos, foram sempre foco de particular atenção no que diz respeito à delineação de estratégias nacionais de um determinado país. A estes cenários ou ameaças dirigidos a um Estado, a mais atual e persistente, seja talvez o fenómeno do terrorismo que, na atualidade, já atingiu o estatuto de ameaça à escala global.

Este fenómeno representa uma ameaça direta à comunidade internacional, bem como para a estabilidade e prosperidade internacionais. É uma ameaça global persistente que não reconhece fronteiras, nacionalidades ou religião sendo que representa um desafio que a comunidade internacional tem de combater (NATO, 2010).

Na atualidade, continuam a verificar-se profundas transformações a nível global. *“O sistema internacional entrou num período de transição, caracterizado tanto por uma multiplicação de crises, como pelo aumento da conflitualidade e da turbulência que antecipam transformações substanciais nos equilíbrios internacionais e no ambiente de segurança dos Estados. A transição internacional implica uma crescente instabilidade e imprevisibilidade, que justifica uma cuidada identificação dos cenários onde os interesses nacionais podem ser postos em causa e uma permanente avaliação dos mecanismos de resposta indispensáveis para os defender. O processo de globalização e a revolução tecnológica tornaram possível uma dinâmica mundial de integração política, económica, tecnológica, social e cultural sem precedentes”* (MDN, 2014, p.16).

No tópico referente às ameaças e riscos no ambiente de segurança global e nacional, apresentados no CEDN, o terrorismo transnacional, o ciberterrorismo, e ainda a proliferação de armas de destruição massiva, revelam-se com um dos pontos de elevado destaque a ter em consideração na delineação da estratégia de defesa nacional (MDN, 2014).

De facto, o terrorismo não é um fenómeno recente na Europa, mas tem, no entanto, tido um aumento e uma facilitação exponencial na era da

globalização. Representa uma ameaça à nossa segurança, aos valores das nossas sociedades democráticas e aos direitos e liberdades dos cidadãos europeus (UE, 2005).

É uma ameaça que é encarada como tal pelas principais alianças e parcerias políticas, militares, económicas e sociais. Deste modo, Portugal inclui-se como Nação abrangente, no que diz respeito à adequação da sua estratégia de defesa, na procura da atenuação deste tipo de ameaça, conciliando-se continuamente com os interesses e valores fundamentais nacionais.

O terrorismo, em particular, que assume destaque neste trabalho, é uma ameaça bem presente e atual para a nossa nação, uma vez que Portugal, “*devido à sua liberdade de acesso e à sua identidade como democracia ocidental pode tornar o país um alvo de terrorismo internacional*” (MDN, 2014, p.22).

A presente dissertação pretende relacionar o fenómeno da globalização com a ameaça global que é o terrorismo, orientado mais especificamente para a esfera do fundamentalismo islâmico. Numa ótica de possível contribuição e auxílio, e não como fator potenciador, pretende analisar-se o processo de globalização como eventual atenuante da ameaça do terrorismo. Serão analisados os fundamentos basilares da globalização e tentar-se-á estabelecer uma ligação com a atual evolução do terrorismo de matriz islâmica, como fator contributivo para a sua eventual dissipação.

1.1 Contextualização

O terrorismo é um fenómeno que se conhece desde há muito tempo. A utilização de meios violentos contra os poderes constituídos tem sido uma constante histórica, havendo relatos de ações desta natureza que remontam ao início do primeiro milénio (a resenha histórica do terrorismo será mais aprofundada no terceiro capítulo da investigação).

Decorrente do processo da queda da União Soviética, podem destacar-se várias consequências moldadoras do sistema internacional da atualidade: “*a URSS¹ desagregada por implosão; os EUA muito abalados e com grandes problemas económicos e sociais, embora se tenha mantido como a única*

¹ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

superpotência; a derrota da concepção marxista² da sociedade parecendo que só existe a ideologia do mercado; houve a perda do poder do Estado para empresas multinacionais, grupos de interesse e crime organizado. No que concerne à herança da humanidade podem realçar-se, com o final da Guerra Fria: “o descrédito nas grandes ideologias políticas (que dominaram os séculos XIX e XX); o direito das minorias; o sentido de destino global no qual a interdependência é cada vez mais forte”, evoluindo para o conceito de um planeta semelhante à ideia de uma aldeia global, embora “tenha herdado um sistema heterogêneo e com grandes disparidades à escala mundial” (Moreira, 2003, p.335).

Surgiram também, no pós regime soviético, alguns consensos a nível internacional, destacando que as grandes ameaças da atualidade e do futuro serão, por exemplo: “os desastres ecológicos, a bomba demográfica, a droga, o crime organizado; o subdesenvolvimento económico e cultural; os extremismos políticos, religiosos, nacionais, étnicos, sociais e económicos; a importância dos meios de comunicação social na vida moderna; e a crença de que a ciência e a tecnologia não têm limites na sua expansão” (ibidem,p.335-336).

Perto da queda da URSS, em 1988, é criada a al-Qaeda, pelas mãos de Osama Bin Laden, despertando o mundo para o conceito de terrorismo transnacional de matriz islâmica. Esta organização terrorista tem sido uma das mais mediáticas das últimas décadas, estabelecendo a sua influência à escala global. O seu antigo líder, Bin Laden, defendia ser dever religioso de todos os muçulmanos aniquilar todos os americanos e seus aliados, por considerar que estes eram a origem de todos os males do mundo, bem como os destruidores da verdadeira cultura, tradição e religião islâmicas. Esta célula viria a ser responsável pelos atentados de 2001 ao *World Trade Center*, em Nova Iorque.

Desde o 11 de Setembro de 2001 que esta ameaça moderna do terrorismo de matriz islâmica tem vindo a ser encarada como tal, uma ameaça de cariz bastante perturbador e destrutivo para as ambições e interesses estratégicos de um Estado, bem como para a integridade da estrutura social, política, económica e humanitária dos países mundiais. Ainda nesse ano a Aliança Atlântica, invocou pela primeira e única vez na sua história, o artigo 5º

² O marxismo é um conceito explicado no 3º capítulo desta dissertação.

do Tratado de Washington, para exprimir o apoio dos aliados aos EUA na resposta à agressão terrorista, recentrando os EUA e os seus aliados nos países do Médio Oriente e Norte de África (MENA), para conter o crescimento das células terroristas e dos movimentos extremistas islâmicos.

Têm vindo a ser criadas desde então uma panóplia de parcerias conjuntas e combinadas bem como unidades de especialistas (serão enunciadas as principais parcerias no quinto capítulo desta dissertação) dedicados exclusivamente à ameaça que é o terrorismo de matriz islâmica em todas as suas componentes. Torna-se claro ao longo das últimas duas décadas o quão importante é encarar o terrorismo como uma ameaça à escala global, devido à extensão do seu terror e à rápida mudança, flexibilidade e desenvolvimento que tem demonstrado. O terrorismo pode abalar toda a estrutura de um Estado podendo provocar graves e irrecuperáveis feridas a nível sociopolítico bem como ao nível económico. Por exemplo, grandes deslocações em massa, da população de vários dos países afetados diretamente pela incomensurabilidade do terrorismo, poderão por em causa a própria continuidade de um Estado. Estes refugiados são vítimas diretas do terrorismo que, fugindo para outras zonas do mundo, vão obrigar os países acolhedores a um aumento da capacidade de resposta humanitária, tornando-os Estados indiretamente afetados pela ameaça do terrorismo.

O terrorismo representa uma ameaça direta aos cidadãos bem como à estabilidade e prosperidade internacionais (NATO, 2010). Como tal torna-se necessária a implementação, por parte das organizações (estatais e regionais), e numa ótica de cooperação e coordenação, em adequação à cena internacional, de um conjunto de estratégias ou elementos de combate contra esta reconhecida ameaça internacional.

Ao nível do terrorismo, numa perspetiva da UE, surgem várias formas de terrorismo, tais como: terrorismo religioso (que irá ser analisado nesta investigação), o terrorismo separatista³ e étnico-nacionalista⁴, terrorismo de esquerda e anárquico⁵, e terrorismo de direita⁶ (Europol, 2015).

³ Cf. 3º Capítulo desta dissertação.

⁴ Cf. 3º Capítulo desta dissertação.

⁵ Cf. 3º Capítulo desta dissertação.

⁶ Cf. 3º Capítulo desta dissertação.

Existe um fator comum aos fatos até agora mencionados, que se destaca como uma realidade potenciadora do terrorismo transnacional: a globalização. Como conteúdo ideológico este fenómeno tratar-se-ia de uma realidade em que *“caminharíamos para um mundo sem fronteiras, com mercados (de capitais, informações, tecnologias, bens serviços, entre outros) efetivamente globalizados e para um sistema económico mundial denominado por ‘forças de mercado incontrolláveis’, sendo os seus principais atores as grandes corporações transnacionais”*. Estas não teriam qualquer dependência ou *‘lealdade para com um Estado’*, podendo sediar-se em qualquer parte do globo consoante as vantagens dos diferentes mercados. Nesta linha de pensamento, a globalização assume-se como um fenómeno incontornável, *“sobre o qual não se pode intervir ou exercer influência”* (Lastres; Albagli, 2000, p.11).

No entanto, o rápido desenvolvimento que se tem vindo a assistir do fenómeno da globalização, ultrapassa *“a internacionalização da economia, uma vez que envolve a interpenetração da atividade económica e das economias nacionais a nível global”*. As informações atualmente disponíveis revelam que, no que concerne ao desenvolvimento e aproveitamento das capacidades da tecnologia, é onde realmente se verifica uma *“tendência à globalização”*. Na realidade, tem-se verificado que a maioria *“dos países tem exponencialmente consumido o mesmo conjunto de bens, apresentando semelhante grau de conteúdo tecnológico e sendo produzidos ou localmente, ou importados”* (ibidem, p.11-12).

Deste modo, o fenómeno da globalização é visto como um reforço ao *“caráter cumulativo das vantagens competitivas dos grandes conglomerados, que têm vindo a instalar redes de informação mundiais internas, através das quais podem articular as atividades de financiamento, administração, produção e marketing à escala global”* (ibidem, p.13-14).

O nosso planeta *“tende para a unidade e caracteriza-se pela planetização dos fenómenos políticos”*. Neste sentido, deixou de haver uma linha que separa *“regiões, povos, governos, ou acontecimentos, sendo que nenhum deles se torna indiferente da Humanidade”* como um todo (Moreira, 2014, p.69)

Várias organizações internacionais têm estabelecido políticas e instrumentos relativos às ameaças, riscos e desafios identificados. Uma ação de contra terrorismo centra-se no melhoramento do reconhecimento da ameaça, no

desenvolvimento de capacidades de preparação e resposta, e no aumento da capacidade de empenhamento coordenado com outras Nações e atores internacionais (NATO, 2010).

Nos últimos anos, alcançaram-se acordos de cooperação e domínios como o financiamento ao terrorismo, os transportes e fronteiras (Frontex⁷), a assistência jurídica mútua e a extradição. As autoridades dos EUA, juntamente com o *National Counter Terrorism Centre* (NCTC), têm trabalhado em colaboração cada vez mais estreita com a Europol⁸ e a Eurojust⁹ (UE, 2014).

A estreita colaboração com outras organizações internacionais e regionais é um elemento muito importante da dimensão externa da luta contra o terrorismo, criando consensos a nível internacional e promovendo padrões internacionais de luta ao terrorismo. A UE colabora com organizações internacionais, incluindo a ONU e o Fórum Mundial contra o terrorismo, bem como com organizações regionais tais como: O Conselho da Europa (COE), a OSCE¹⁰, a Liga dos Estados Árabes¹¹ e a Organização da Cooperação Islâmica¹². Já Portugal, como EM da UE, da NATO, e da ONU, prevê no seu CEDN uma adequação e

⁷ A Frontex é uma agência de controlo de fronteiras na Europa, conhecida desde 2004 como *European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union* e cuja designação foi alterada para *European Border and Coast Guard Agency* em 2016 (Frontex, 2016).

⁸ A Europol é a agência de força de segurança da UE (*European Union's Law Enforcement Agency*) que assiste todos os EM da organização no seu respetivo combate ao crime internacional organizado e ao terrorismo. Os criminosos em larga escala bem como as redes terroristas representam uma ameaça significativa para a segurança interna da UE e dos seus cidadãos (Europol, 2016).

⁹ A missão da Eurojust é reforçar a eficácia das autoridades nacionais responsáveis pela investigação e pelo exercício da ação penal na luta contra as formas graves de criminalidade transfronteiriça e a criminalidade organizada, bem como submeter os criminosos a julgamento de forma célere e eficaz. O objetivo que a Eurojust se propõe alcançar é o de desempenhar um papel principal e de ser o centro de peritos a nível judiciário com vista a uma ação efetiva contra a criminalidade organizada transnacional na UE (Eurojust, 2016).

¹⁰ A OSCE (*Organization for Security and Co-operation in Europe*) é a maior organização de segurança regional no mundo. Trabalha para a paz, estabilidade e democracia de mais de um bilião de pessoas, através de diálogo político, sobre valores partilhados, e do trabalho prático que pretende marcar a diferença (OSCE, 2016).

¹¹ A Liga dos Estados Árabes é uma organização regional de países árabes no MENA. Tem vinte e dois estados membros (EEni, 2015).

¹² A Organização para a cooperação islâmica é uma entidade intergovernamental composta por Estados Islâmicos e conta com uma delegação permanente na ONU. É a segunda maior organização intergovernamental do mundo e maior bloco votante na ONU (Pinto, 2015).

flexibilidade a todas estas políticas internacionais, num quadro de cooperação e coordenação transnacionais, e como fator comum dos seus interesses e estratégias nacionais, tal como será mencionado no quinto capítulo desta investigação (UE, 2014).

Neste sentido, “os *interesses nacionais portugueses decorrentes do estatuto de Portugal como democracia europeia e atlântica - com vocação universal mas com recursos limitados - tornam necessária a integração do país num conjunto de alianças estáveis e coerentes. A UE e a NATO assumem-se, assim, como elementos vitais para a segurança e defesa nacionais. Da mesma forma, deverá reforçar-se “a parceria estratégica entre estas duas organizações, bem como entre a Europa e os EUA”* (MDN, 2014, p.12).

No plano internacional, numa ótica de manutenção da paz e restabelecimento da ordem em países afetados pelo conflito, surgem as organizações não -governamentais (ONG’s) humanitárias, responsáveis por receber e cuidar das vítimas regionais dos conflitos, tais como: UNICEF¹³, Médicos Sem Fronteiras¹⁴, entre outros.

É conveniente recordar que, em 2005, no *World Summit Outcome*¹⁵, na resolução aceite pela Assembleia Geral, reforçou-se, no seio da comunidade internacional, a importância dos seguintes fatores: uma igualdade soberana de todos os Estados; o respeito pela integridade territorial e a independência política; o reforçar das relações internacionais contra qualquer ameaça ou risco que não sejam moralmente consistentes com os objetivos e princípios da ONU, para apontar a uma resolução pacífica de disputas (desde que em conformidade com os princípios de justiça e com a lei internacional); o direito à autodeterminação dos povos que ainda estão sob domínio colonial ou com ocupação estrangeira; a não interferência nos assuntos internos dos Estados; o

¹³ A UNICEF (*United Nations Children's Fund*) é uma “agência das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades básicas e contribuir para o seu pleno desenvolvimento” (UNICEF, 2017).

¹⁴ A Médicos Sem Fronteiras (MSF) “é uma organização humanitária internacional que leva cuidados de saúde a pessoas afetadas por graves crises humanitárias” (MSF, 2017).

¹⁵ O *World Summit Outcome* foi uma Cimeira organizada pela ONU em 2005, que reuniu mais de 170 Nações, tendo constituído uma oportunidade única para tomar decisões nas áreas do desenvolvimento, segurança, direitos humanos e reforma da ONU (UN, 2005).

respeito pelos direitos humanos; o respeito pela igualdade de direitos independentemente da raça, sexo, língua ou religião; e finalmente uma cooperação internacional na resolução de problemas de cariz económico, social, cultural ou humanitário, desde que tudo em conformidade com a Carta das Nações Unidas. Ainda a respeito desta cimeira, no contexto da globalização, é dito: “ *Acreditamos que hoje, mais do que nunca, vivemos num mundo global e interdependente. Nenhum Estado poderá suportar-se sozinho*” (UN, 2005).

Na retrospectiva do último parágrafo, na apresentação do Tratado de Lisboa de 2007, está enunciado que deverá haver o espírito de uma UE capaz de enfrentar os desafios do nosso mundo, e de ser capaz de fazer valer, no contexto da globalização e da multipolaridade, os seus valores supremos: os direitos fundamentais; a democracia; a tolerância cultural e religiosa; a paz; a estabilidade; e o Direito (MNE, 2008).

No âmbito da Cimeira¹⁶ da NATO realizada em Varsóvia, onde é criada uma Coligação Global de luta conta a mais recente ameaça terrorista islâmica (o Daesh), é mencionado que a segurança da respetiva aliança está profundamente afetada pela atual situação no MENA, que se tem deteriorado significativamente por todo a região.

Na sequência desta Cimeira, a Alta Representante da UE, em ocasião de uma reunião em Washington com os parceiros americanos, apresentou pela primeira vez a Estratégia Global da UE, onde afirma que “ *ninguém, nem a UE nem os EUA, conseguirá deter, sozinho, a organização terrorista Daesh*¹⁷. *Só se conseguirá tal objetivo se, os dois, em parceria, e juntamente com os poderes globais e regionais, trabalharem para esse fim*” (UE, 2016).

Neste subcapítulo foi elaborada uma pequena ponte entre o passado e o presente, como elo de ligação para a atual cena internacional onde se insere o objeto de estudo. Fez-se também menção ao crescente fenómeno da globalização, que será neste trabalho analisada, através da sua relação com a temática da investigação.

¹⁶ A Cimeira de Varsóvia realizada na Polónia em Julho de 2016, reuniu os chefes de Estado e Governos no âmbito do Conselho do Atlântico Norte (NAC) (NATO, 2016).

¹⁷ Organização terrorista analisada no 3º Capítulo desta dissertação.

1.2 Âmbito de Estudo

Esta dissertação de mestrado representa um trabalho de cariz académico, inserido no âmbito da área de mestrado de Relações Internacionais (RI), decorrente do 5º ano do curso de Mestrado Integrado em Ciências Militares e Aeronáuticas, na especialidade de Piloto-Aviador.

Este estudo, focado numa total análise da atualidade desta temática pretende ir de encontro às preocupações que decorrem do fenómeno investigado. Inserido numa cena internacional em permanente mutação e adaptação, afige-se a importância de abranger as diferentes panorâmicas em fricção e evolução na atualidade.

Tendo em conta o anteriormente exposto, é de crucial importância que, antes de mais, se ajuste a temática ao conceito e abrangência da área de Mestrado em Relações Internacionais, com o propósito de melhor inserir na atual cena internacional, o estudo em causa. O professor Adriano Moreira descreve o domínio das RI como sendo *“o conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estatais, somando-se as relações diretas entre entidades formalmente dependentes de poderes políticos autónomos”*, ou, em sentido estrito, como *a “disciplina que estuda fatores e a política exterior e o poder das unidades básicas, por exemplo, Estados e grandes espaços”* (Moreira, 2002, p.81).

As RI abrangem, desta forma, variados atores, nos quais se incluem Estados, organizações internacionais ou transnacionais, poderes erráticos, vulgarmente designados por terroristas ou insurgentes, instituições espirituais e indivíduos. Adriano Moreira afirma ainda que *“o estudo das Relações Internacionais e da política precisa de apoiar-se numa série de disciplinas que, genericamente, podem ser indicadas como sendo aquelas cujo campo classicamente definido vem a ser intercetado por esta nova perspetiva”* (ibidem, 2002, p.79).

Tal como refere René Coste, citado por Moreira (2014), a expressão *“relações internacionais compreende as relações entre entidades políticas, a maior parte delas governando um povo que não é uma Nação, e relações entre entidades privadas sujeitas a entidades políticas diferentes, assim como as*

relações entre entidades privadas e entidades políticas de que não estão dependentes” (Moreira, 2014, p.82).

A esfera das RI abrange uma multiplicidade de áreas, especialmente nos ramos da ciência e tecnologia, assumindo um carácter interdisciplinar que lhe é característico.

Através de Moreira (2014), citando o professor *Quincy Wright*, é referido que *“as relações internacionais, como disciplina que contribui para a compreensão, previsão, avaliação, e controlo das relações entre os Estados e das condições da comunidade mundial é ao mesmo tempo uma história, uma ciência, uma filosofia, e uma arte. Esta disciplina está a começar a obter resultados nos esforços de analisar e sintetizar numerosas disciplinas que pensaram guiar as atividades práticas no campo internacional ou desenvolver teorias gerais relacionadas com esse campo partindo de particulares espécies de dados ou de particulares pontos de vista” (Moreira, 2014,p.67).*

Subsequentemente, será ladeada nesta dissertação uma relação do tema em estudo com os vários princípios basilares das RI bem como com várias áreas de investigação por forma a melhor estruturar e fundamentar a temática como ponto de interesse no mundo das Ciências Sociais.

Neste trabalho académico será exposta a evolução histórica que levou ao fenómeno do terrorismo tal como o conhecemos hoje, de forma a melhor compreender os problemas que do mesmo decorrem, bem como da sua futura mudança ou adaptação na cena internacional. Da mesma forma, tal como já foi mencionado, tentar-se-á referir e explicar de que forma as principais contendas da atualidade e de um futuro próximo, como a globalização, se poderão unir por forma a minimizar o fenómeno em análise.

Em suma, será analisado um tema muito atual, em constante discussão pelos principais atores da cena internacional, aliado à sua definição como uma ameaça atual e constante, bem como com a sua estreita relação com o mundo globalizado e em permanente mutação da atualidade. Desta forma assume-se como um assunto de relativa preponderância para a área das RI nestas duas décadas já praticamente decorridas do século XXI.

1.3 Objeto de Estudo

A definição do objeto de estudo é uma etapa essencial de um processo de investigação. Permite-nos delinear quais as limitações e qual o campo de investigação que não deveremos ultrapassar, ou seja, impede-nos de entrarmos num processo de observação demasiado extenso, que nos levaria a convergir demasiada informação pouco relevante e que portanto prejudicaria a argumentação desta investigação. Todo este processo deverá portanto primeiramente divergir da pergunta de partida e o objeto de estudo deverá incidir sobre os indicadores das hipóteses (Quivy; Campenhoudt, 2005).

É, também, preciso circunscrever o campo de análises empíricas no espaço (geográfico e social) e no tempo (ibidem).

Realçando a temática desta investigação torna-se árdua a tarefa de delimitar o objeto de estudo, pois no que diz respeito ao terrorismo de matriz islâmica são muitas as ramificações que poderão ser abrangidas. Deste modo, estas últimas poderão ser relacionadas dentro do âmbito de estudo (delimitadas naturalmente pelas hipóteses e com base na pergunta de partida), com o fenómeno da globalização¹⁸. No entanto, sendo o universo de matriz islâmica¹⁹ do terrorismo um pouco vasto, é importante que esta investigação se ladeie de uma certa delimitação quanto à quantidade de células ou grupos que serão abordados, à área geográfica a considerar, e ao início e respetivo fim da linha temporal desta investigação.

Face ao exposto é importante estreitar o leque de possibilidades, pelo que irão focar-se grupos que: constituem uma maior ameaça²⁰ à comunidade internacional; que tiveram maior impacto mediático (maior número de danos humanitários/materiais provocados); e com maior abrangência mundial (maior número de seguidores e de células espalhadas pelo mundo) na atualidade. Deste modo irá selecionar-se: O Daesh e a Al-Qaeda.

¹⁸ Definição/s para o termo “Globalização” encontra-se espelhado no subcapítulo da Concetualização Operacional.

¹⁹ Definição/s para o termo “Terrorismo de Matriz Islâmica” encontra-se espelhado no subcapítulo da Concetualização Operacional.

²⁰ Definição/s para o termo “Ameaça” encontra-se espelhado no subcapítulo da Concetualização Operacional.

Entrar-se-á agora no campo temporal da delimitação, referente aos respetivos grupos, iniciando-se assim a linha temporal na última década do século XX, com continuação da mesma até a atualidade, e com uma janela de projeção que abrange a próxima década, de forma a incluir uma possível evolução a curto prazo do fenómeno/temática em estudo. Em suma, a janela temporal da investigação irá desenrolar-se entre a última década do século XX e a próxima década, sendo que se tornaria uma investigação fraca e pouco fundamentada em termos técnico-científicos, se ultrapassasse esse período, devido à falta de dados e informação relativos ao mesmo. Assim será assegurado um correto vetor orientador, de forma a cumprir com o objetivo final de responder à pergunta de partida bem como de respeitar as hipóteses enunciadas nesta investigação. Será também necessário, pontualmente, recorrer a períodos históricos anteriores à linha temporal estabelecida, para efeitos de fundamentação e de enquadramento geoestratégico da própria investigação da temática.

No contexto geográfico surge novamente uma adversidade na tentativa de incluir a temática desta investigação, pois, dada a volatilidade e dispersão das entidades terroristas em estudo torna-se difícil definir uma área geográfica em específico. Face ao exposto irá ser tida em conta a atualidade desta temática, no sentido em que será analisada a célula terrorista com maior influência e atividade posta em prática nesta segunda década do século XXI. Deste modo a análise irá focar-se na zona do Médio Oriente onde o grupo Daesh (autoproclamado Estado Islâmico)²¹ é neste momento a ameaça terrorista mais relevante. No decorrer desta investigação será também feita menção ao grupo terrorista al-Qaeda²², que embora menos mencionada nos últimos anos continua a ser uma das principais ameaças à escala global no que diz respeito ao fenómeno do terrorismo de matriz islâmica.

Embora menos ativa nos dias de hoje, foi uma das principais ameaças do final do século XX e início do século XXI, tendo dado origem a um dos maiores atentados terroristas da história mundial, moldando muito daquilo que são as

²¹ Grupo terrorista que será analisado no 3º capítulo desta dissertação.

²² Grupo terrorista que será analisado no 3º capítulo desta dissertação.

atuais estratégias (das principais potências mundiais) contra o terrorismo. Neste sentido, irá também ser considerada, embora menos recorrentemente, a abrangência geográfica nuclear deste célula, que assim englobará as seguintes regiões: Norte de África, Médio Oriente (num período anterior à da atual ameaça do Daesh) e ainda algumas regiões da Ásia Central e Ocidental. Serão mencionadas múltiplas organizações (OG's e ONG's) e algumas das potências mundiais²³. A Europa, como palco da UE e de alguns dos ataques perpetrados por grupos terroristas, irá ser abrangida na investigação, através de uma análise relevante da atualidade bem como da projeção, já mencionada, do futuro previsto da temática em estudo.

1.4 Revisão da Literatura

Esta secção da dissertação pretende aferir qual o ponto de situação em que se encontra a discussão do objeto de estudo na comunidade académica. Desta forma, serão destacados diversos estudos, documentos e opiniões de autores de referência na cena internacional atual e observar-se-á as conclusões propostas recentemente.

Em relação a um trabalho de investigação, neste contexto, pode dizer-se que existirá sempre *“alguém ou algum grupo que, algures no mundo, terá feito pesquisas ou investigado algo semelhante, ou de forma complementar”* àquilo que expressa o objeto de estudo. A *“procura de fontes ou de bibliografia torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não “descoberta” de ideias já expressas, e a não inclusão de lugares comuns no trabalho. A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada”* (Lakatos; Marconi, 1994, p.110).

É vasta a panóplia de estudos e de perspetivas teóricas, a respeito desta temática, no seio da comunidade académica internacional. O seu contributo tem sido vital para uma análise mais precisa e acertada no que diz respeito à aplicação/elaboração de estratégias de combate ao terrorismo, bem como numa melhor compreensão do fenómeno da globalização e na sua eventual influência e evolução no futuro.

²³ EUA, Estados membros da UE, Rússia, China, entre outros.

Na esfera que inclui as *“relações internacionais, tal como no domínio de todas as tendências sociais, surge o problema do subjetivismo e do objetivismo”*. Este problema diz respeito à dificuldade que um determinado observador tem de se abstrair da pré- estabelecida concepção moral do mundo e da vida, na qual a sua própria pessoa se inclui e, que, involuntariamente, podem afetar a sua observação e avaliação dos factos. Neste sentido, é importar ter em conta as *“tendências contraditórias que animam essas concepções”*, em particular neste objeto de estudo (Moreira, 2014, p.71-73).

As RI sempre foram caracterizadas por se ladearem por um modelo bipolar, expresso pela realidade bilateral ‘Americana vs. Soviética’ da Guerra Fria, mas que, atualmente, são talvez substituídas por um *“multipolarismo”*. Desenvolvem-se de novo as ideologias²⁴, caracterizadas cada vez mais pelo *“anonimato das fontes de criação, divulgação e sustentação das condicionantes ideológicas das relações internacionais”*. Um dos exemplos do anonimato são as empresas ou agências nacionais/transnacionais de informação. Seguidamente, *“as ideologias, entendidas como a forma que assume, em qualquer comunidade política, a ideia de obra ou empresa que um grupo social prossegue”*, são na atualidade um conceito de grande importância no contexto do poder político, que por sua vez se inclui na esfera das RI (ibidem, p.78-79).

Após uma pequena abordagem ao idealismo, surge quase como que em oposição, uma outra corrente de pensamento na esfera das RI: o realismo.

No pensamento realista, os humanos caracterizam-se por se preocuparem essencialmente com o seu próprio bem-estar nas relações competitivas com terceiros. Podem destacar-se quatro ideias realistas básicas: uma visão pessimista da natureza humana; a convicção de que as RI são necessariamente conflituosas e que os conflitos transnacionais só podem ser solucionados pela guerra; uma ultra valorização da segurança nacional e da sobrevivência do Estado; e a defesa de que os progressos na política internacional podem ser comparados àqueles da política doméstica. O centro normativo do realismo é a segurança nacional e sobrevivência do Estado, sendo estes os valores transmitidos na política externa doutrinária realista (Jackson; Sorensen, 2010).

²⁴ Citando Weidlé, através de Moreira (2014), as *“ideologias são o sistema de ideias que já não são pensadas por ninguém, isto é, que não podem ser atribuídas, na sua formulação com peso social, a um autor referenciado”* (Moreira, 2014, p.78).

O realismo assume assim uma responsabilidade crucial *“na afirmação autónoma da disciplina das RI, dando um particular destaque às questões de segurança”* (Reis, 2016, p.3).

Surge posteriormente, com *Waltz* (1979), uma versão contemporânea realista: o neorealismo. O autor supra mencionado defendia que a melhor teoria das RI seria aquela que se concentraria na estrutura do sistema, na interação entre as suas unidades e nas mudanças e continuidades do sistema. No neorealismo, a estrutura do sistema que é externo em relação aos atores, especificamente a distribuição relativa de poder, assume-se como a análise fulcral. Segundo *Waltz*, *“as unidades estatais de um sistema internacional distinguem-se primeiramente pela sua maior ou menor capacidade de executar tarefas semelhantes, sendo que a componente estrutural de um sistema, mudaria consoante as alterações na distribuição de capacidade pelas unidades do respetivo sistema”* (Jackson; Sorensen, 2010, p.74).

À tradicional visão pessimista do realismo opõe-se a perspetiva mais otimista de uma outra corrente das RI: o liberalismo. Este surge com as influências do *“humanismo e do iluminismo²⁵, marcado por espantosas descobertas tecnológicas e geográficas”* (Dias; Samões, 2016, p.23).

A tradição liberal no contexto das RI está também estreitamente ligada ao aparecimento dos primeiros estados liberais modernos. Os liberais assumem normalmente uma visão mais positiva da natureza humana. Reconhecem que os indivíduos apenas têm um interesse pessoal e apenas são competitivos até certo ponto. Acreditam que os cunhos pessoais partilham muitos interesses e, que, portanto, podem partir para ações sociais de colaboração/cooperação, quer no prisma estatal, quer no transnacional, resultando assim num maior benefício geral para todos os intervenientes. Por outras palavras, defendem que, ao aplicarem a sua razão, os indivíduos poderão atingir uma cooperação mutuamente benéfica, não só ao nível interno dos Estados, mas também além-fronteiras (Jackson; Sorensen, 2010).

No contexto do liberalismo surge uma nova adaptação, o liberalismo sociológico, que argumenta que as RI envolvem também as relações transnacionais, não apenas entre Estados, mas também entre pessoas, grupos

²⁵ Correntes de pensamento na era Renascentista (século XIV- século XVII).

e organizações de diferentes países. Este tipo de interpretação que se direciona adicionalmente para a sociedade, leva alguns autores a identificar o socialismo liberal como pluralista. Nesta linha de pensamento, surge o conceito de interdependência no liberalismo, que se refere ao facto das populações e os governos serem afetados por aquilo que acontece internacionalmente, através das ações das suas partes noutros países. Por fim, na visão liberalista, surge ainda o institucionalismo, que defende que as instituições internacionais tornam a cooperação mais fácil e provável, mas não garantem, por si só, uma transformação qualitativa das RI. No entanto, criticam a visão realista de que os Estados de uma instituição internacional estariam apenas sujeitos às grandes potências e respetivos interesses, e admitem a sua contribuição crucial na cooperação entre Estados (ibidem).

Será ainda mencionada uma terceira corrente das RI, o construtivismo, protagonizada por *Nicholas Onuf* (1989). O construtivismo destaca a dimensão social das RI e a sua possibilidade de mudança, mas tem, no entanto, algumas divergências nas suas diferentes abordagens. Os fenómenos sociais, tal como Estados, alianças, ou instituições internacionais (que se tratam do coletivo dos sujeitos das RI), podem construir, na aceção básica da natureza humana, mas tendo em conta as especificidades históricas, culturais e políticas que são o produto da interação humana num mundo social. Os construtivistas desafiam-se a tentar explicar as mudanças da cena internacional. Com o final da Guerra Fria, as mudanças dramáticas que daí resultaram, fizeram emergir a importância do contexto histórico e levantaram questões sobre a transição entre o conflito e a cooperação, e entre a paz e a guerra. Na visão construtivista, os atores não deveriam apenas escolher livre e egoistamente as suas circunstâncias, mas deveriam tomar certas decisões no processo de interação com outros, reunindo realidades históricas, culturais e políticas distintas, com vista a uma perspetiva comum. Como seres fundamentalmente sociais, os indivíduos e os Estados não podem separar-se de um sistema normativo que molda não só quem eles são, mas também as possibilidades internacionais às quais podem aceder (Fierke, 2010).

Por outras palavras, enquanto o realismo/neorrealismo assenta sua génese de pensamento em “*estruturas sistémicas compostas apenas pela distribuição de capacidades materiais*”, quantificando assim o poder e materializando a

segurança de um Estado, o construtivismo argumenta que essas “*estruturas são também compostas por relações sociais*”, edificadas através da partilha de informação, de costumes e de capacidade material (Seabra, p.41-42).

Sendo esta investigação baseada num objeto de estudo que se define como uma ameaça global e, que, portanto, desafia a estabilidade internacional, é lógico enquadrar-se as teorias supramencionadas das RI numa perspetiva de segurança. Começar-se-á a análise pela corrente do realismo.

Em relação ao realismo, é-lhe normalmente atribuída uma “*abordagem mais objetiva relativamente à política internacional por oposição a uma atitude militante, que na visão realista é criticada por ser distorcida por preferências políticas e morais irrelevantes*”. O realismo descarta assim (em relação à política internacional) uma perspetiva idealista, “*considerada como perigosamente utópica, em favor de se ver a realidade tal como ela é*”, tentando solucionar as lacunas da segurança através de um melhor enquadramento do “*sistema de poder internacional tal como ele é*”. Ao longo da história, a visão realista do sistema internacional tem sido considerada como uma perspetiva pessimista, que se “*opõe ao ideal de progresso*” (Reis, 2016, p.4).

Numa visão mais renascentista, tal como refere Maquiavel na sua obra “O Príncipe” (1532), citado por Reis (2016), “*a primeira prioridade do líder de um Estado deverá ser a preparação e eventual condução da guerra*”. Expressa através da “*máxima de que um Estado são ‘boas leis e boas armas’, ou seja, um sistema de leis e instituições fortes e um exército forte mas ‘como as primeiras não podem existir sem as segundas*”, para garantir a segurança das primeiras, deverá ser dada prioridade à parte militar. No entanto, Maquiavel não defendia uma política autoritária e desmesuradamente implacável, “*recomendava que se ‘fizesse o bem se possível, o mal se necessário*” (ibidem, p.9).

Aliás, tal como refere E. H. Carr na sua obra “*The Twenty Year’s Crisis*” (1939), citado por Reis (2016), “*a denúncia pela crítica realista desta construção utópica é a tarefa mais urgente do pensamento político internacional*”. Fazendo novamente menção à perspetiva pessimista do realismo em relação à política internacional, surgem dois aspetos que importa realçar. O primeiro diz respeito à primazia que deve ser dada à sobrevivência do Estado “*num mundo*

anárquico²⁶, e portanto, hostil, em que não se pode confiar em nada nem em ninguém”. O segundo, tal como refere *Hans Morgenthau* (1985), citado por *Reis* (2016), “o estadista deve pensar em termos de interesse nacional, concebido em função do seu poder relativamente a outros poderes”. Foi no pós-Segunda Guerra Mundial, através deste autor, que as RI se autonomizaram e desenvolveram como uma ciência social particularmente atenta às questões de segurança, intimamente ligada ao realismo (ibidem, p.4-5).

Nesta esfera poderá também incluir-se o realismo neoclássico que defende a “importância fundamental da política interna, desde logo, em termos de questão vital da capacidade de mobilização efetiva do poder potencial de um Estado e da legitimação pública do seu uso efetivo num conflito externo” (ibidem, p.16).

Na atualidade surge um fator a ponderar em relação à corrente realista, no que diz respeito à análise dos conflitos assimétricos (que envolvem atores não-estatais) e “o uso não convencional da força” (o terrorismo, por exemplo), “inclusive por Estados”, e a necessidade de saber se estes poderão ser analisados usando “conceitos essencialmente desenvolvidos para conflitos convencionais entre Estados” (ibidem, p.20).

Na esfera da segurança, podemos também incluir as correntes do liberalismo e do institucionalismo liberal. Tal como referido por *Reis* (2016), citando *Kant*, este último acreditava “que cidadãos livres e politicamente responsáveis acabariam por preferir paz à guerra se a decisão dependesse deles, pois conheciam melhor do que os monarcas os verdadeiros custos da guerra”. *Kant* transporta ainda o conceito de participação política e da “cooperação”, como ferramenta para a garantia da paz intraestatal, para o “palco internacional”. Afirma também que numa teia transnacional de cooperação subentendida como real, espera-se instituir, através do Direito, uma “liga para a paz”, com o objetivo de terminar todos os conflitos da guerra, tentando neutralizar a sua origem e as limitações que a guiam. Tal como é referido por *Dias & Samões* (2016), citando *Wilson*²⁷ (1917), este diz: “se a paz que agora se prepara é para prevalecer, deve ser uma paz assegurada pela força maior concertada de toda

²⁶ O anarquismo é explicado no 3º Capítulo desta dissertação.

²⁷ Presidente dos EUA entre 1913 e 1921.

a humanidade. Deve instituir-se não um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada” (Dias; Samões, 2016, p.24-27).

Face ao exposto, podem observar-se aqui alguns traços primordiais daquilo que é a segurança coletiva, inserida na esfera da comunidade internacional. Da mesma forma, podem já estabelecer-se alguns elos de ligação à atual globalização.

Seguindo uma linha construtivista no aspeto securitário, pode realçar-se que qualquer questão de segurança é incontornavelmente determinada por intervenientes que “são influenciados por fatores culturais e ideacionais”, mas não descarta a visão realista de assegurar as “capacidades materiais” do Estado. Esta corrente securitária argumenta que “um conjunto de entendimentos, expectativas e conhecimentos partilhados entre Estados”, ou em oposição, a falta dos mesmos, se destacam como elementos importantes na forma como os Estados se interpretam mutuamente, bem como na forma como se relacionam e atuam entre si na cena internacional. Subsequentemente, admitida a “premissa dos conhecimentos partilhados” e em face de um sistema social, influenciado por regras e normas morais distintas, os Estados podem abandonar antigos atritos interestatais, através de uma cooperação dimanada da partilha de conhecimentos, com vista a atingir um ideal de comunidade de segurança (Seabra, 2016, p.42-44).

Segundo Adler e Barnett, citados por Seabra (2016), sistematizando a relação entre Estados, “uma comunidade de segurança plural seria assim formada por uma região transnacional de Estados soberanos”, em que os respetivos povos teriam perspetivas que estariam sempre dependentes de uma transição pacífica, com vista a obter o ideal perspetivado. É feita ainda uma interpretação crucial no entendimento e na perceção daquilo que é uma ameaça e na forma como deve ser interpretada por cada Estado. Desta forma, põe em causa o equilíbrio neorrealista, afirmando que é insuficiente estimar as capacidades materiais dos seus oponentes, como definição do grau de ameaça, sendo que se deve avaliar complementarmente a intenção desse volume de capacidade material. Subsequentemente, as ameaças deviam ser percecionadas consoante as “respetivas identidades de cada parte envolvida”, como fator essencial das interações entre Estados, melhorando a interpretação

de como essas ameaças são realmente formadas, fomentando a criação e manutenção de “*alianças entre esses Estados*” (ibidem, 2016, p.44-46).

O construtivismo defende que consoante a identidade (social, cultural, económica, política) de cada Estado, podem levar os mesmos a “*identificar-se positiva ou negativamente uns com os outros, conduzindo assim a uma definição de interesses e estratégias que facilitem a coordenação e relações pacíficas entre si*”. Surgiria assim uma “*identidade liberal coletiva*” que, conseqüentemente, iria diminuir, por si só, a instabilidade/tensão internacional, estimular relações de coordenação e auxílio transnacionais, e desenvolver uma tendência para as nações liberais se unirem, com vista à resolução pacífica de conflitos de interesse (ibidem, p.48).

É portanto, possível, através de uma análise das várias correntes de pensamento caracterizadores das RI, estabelecer elos de ligação entre as mesmas. Face ao exposto, as teorias mais recentes não surgem como substitutas absolutas das anteriores, mas sim com um complemento às teorias nucleares já existentes, na esfera das RI. Deste modo, consegue perceber-se que as principais linhas de pensamento aceites na atualidade, abrangem e acabam por guiar-se em torno da secular oposição: idealismo vs realismo, sendo que retiram contribuições positivas de ambas as correntes de pensamento estadual.

Após uma breve análise das várias correntes de pensamento que moldam a esfera das RI, pode afirmar-se que esta investigação irá assumir uma abordagem essencialmente construtivista. O construtivismo destaca a importância social da relação entre Estados, afastando-se um pouco do realismo, que se preocupa apenas com a segurança e sobrevivência do Estado, e com a garantia de poder, através das capacidades materiais. Da mesma forma, assume um carácter mais prático que o liberalismo, no sentido em que não abandona a perspectiva de que é preciso garantir uma determinada capacidade de segurança e defesa, mas com a necessidade de assegurar um melhor entendimento cultural, político e económico com outros Estados, nos vários processos de tomada de decisão.

No caso do terrorismo de matriz islâmica, os estudos académicos que envolvem esta temática têm apontado mais para a forma como os Estados devem responder a atores que recorrem ao uso ilegítimo da força, e não tanto

preocupar-se com as identidades ou objetivos deste tipo de ameaça. Uma abordagem construtivista da ‘Guerra ao Terror’, levada a cabo depois do 11 de Setembro de 2001, afastar-se-ia de uma ênfase aos Estados, e exploraria, por outro lado, a forma como as identidades, ações e sofrimento humano são construídas através de um processo de interação. Focar-se-ia portanto a atenção, na forma como os Estados se interpretam ou se definem uns aos outros, e na maneira como estas interpretações moldam a cena internacional na qual eles atuam (Fierke, 2010).

Em síntese, no contexto desta investigação, procurar-se-á fazer uma análise caracteristicamente construtivista, apelando à cooperação/coordenação ponderada entre Estados na cena internacional. Assim assegurar-se-á as condições de segurança e sobrevivência da estrutura do Estado, mas conduzindo uma relação, no espetro transnacional, de mútuo entendimento inter-estatal, através da partilha de conhecimentos, informação, e das respetivas identidades culturais, políticas, sociais e económicas.

Neste sentido, pode fazer-se menção ao programa da Aliança para as Civilizações²⁸, da ONU, idealizado por Jorge Sampaio, que caminha na direção de um entendimento global entre os vários contextos civilizacionais mundiais. Este afirma, em 2010, na posição de Alto Representante da ONU naquele programa, que *“o objetivo da Aliança é o de apoiar, através de uma rede de parcerias, o desenvolvimento de projetos que promovam o entendimento e a reconciliação entre culturas a nível global e, particularmente, entre as sociedades Muçulmanas e Ocidentais. A Aliança não pretende duplicar ou repetir o trabalho que outros estão a fazer. Pelo contrário, o nosso objetivo é o de ajudar a expandir os esforços que estão em curso”* (Sampaio, 2010).

No que diz respeito à temática nuclear deste trabalho, em relação à estratégia da UE no combate à mesma, começa-se por fazer menção a Costa (2010) que afirma: *“no quadro estratégico atual o terrorismo internacional apresenta-se como um desafio global e constitui uma das mais sérias ameaças à paz e à segurança internacional. É um tema central e recorrente para o*

²⁸ Ocorreu no Azerbaijão (em 2016), a sétima edição do Fórum Global das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, reunindo 120 países, e dedicando-se à problemática da radicalização dos jovens (Euronews, 2016).

posicionamento de Portugal no quadro de segurança internacional, europeia e euro-atlântica.” Refere ainda que *“a luta contra o terrorismo tornou-se, na década que agora termina, numa nova área de atuação por parte da União Europeia. A ação desenvolvida pela UE e pelos membros (EM) tem sido intensificada desde o 11 de Setembro, e especialmente desde os atentados ocorridos em Madrid (2004) e em Londres (2005)”* (Costa, 2010,pág. 2-3).

Fazendo referência à Cláusula de Solidariedade (emanada do Tratado de Lisboa em 2007): *“ Com a consagração no Tratado de Lisboa²⁹, a União e os Estados-membros deverão atuar conjuntamente e, num espírito de solidariedade, se um EM for alvo de um atentado terrorista ou vítima de um desastre natural ou de origem humana a União deverá mobilizar todos os instrumentos à sua disposição, incluindo recursos militares”* (UE, 2009).

Em 2006, o vigente secretário-geral da ONU, Kofi Annan, apresentou, perante a Assembleia Geral, o seu relatório: *“Uniting against Terrorism: Recommendations for a Global Counter-Terrorism Strategy”*, em que anunciou os 5 pilares da sua estratégia: *“dissuadir os Estados de recorrerem ao terrorismo; privar os terroristas dos meios de ação; dissuadir os Estados de apoiarem o terrorismo; reforçar a sua capacidade de luta antiterrorista; e defender os direitos humanos”*. Explica ainda que *“o terrorismo, sob todas as suas formas, é inaceitável (...) devem privar os terroristas dos meios de ação, o que significa privá-los do acesso tanto às armas convencionais como às armas de destruição maciça (...) A ação levada a cabo em todas estas frentes pelos Estados e pela comunidade internacional para combater a ameaça terrorista deve obedecer a um imperativo categórico: o primado do Direito”* (Annan, 2006).

No documento final da estratégia da ONU contra o terrorismo, os EM condenaram pela primeira vez *“todos os atos de terrorismo, independentemente dos motivos por que sejam cometidos e independentemente dos seus autores”* (UN, 2006).

Como foi já referido neste trabalho, o CEDN prevê a relação entre o terrorismo e a globalização na elaboração das linhas orientadoras da sua estratégia, com vista à conciliação dos seus interesses com os do contexto internacional, consignado nas várias parceiras e alianças das quais Portugal faz

²⁹ O Tratado de Lisboa foi oficializado em Lisboa a 13 de Dezembro de 2007, e veio consolidar o já existente Tratado sobre o Funcionamento da UE (MNE, 2008).

parte. Da mesma forma, os vários países que intervêm na cena internacional, no contexto do terrorismo, em coordenação com os vários EM, participam de forma ativa nestas estratégias comuns, quer na NATO, quer na ONU, ou ainda na UE. No CEDN é referido: *“A pressão, sem precedentes, dos mercados financeiros revelou as fragilidades decorrentes da arquitetura incompleta da União Económica Monetária; A emergência de novas grandes potências – quer no espaço Euro-asiático quer na América Latina - bem como a reorientação estratégica dos Estados Unidos da América teve implicações no campo da segurança, na medida em que são dados suscetíveis de alterar os equilíbrios regionais vigentes”* (MDN, 2014, p.8).

Ainda no CEDN é reconhecido como uma ameaça global, *“o terrorismo transnacional e outras formas de extremismo violento, com impacto altamente desestabilizador”* (ibidem).

Em relação à problemática atual da globalização, como fenómeno de abrangência internacional e em constante transformação/evolução, bem como a revolução tecnológica, tornaram possível uma dinâmica mundial de integração política, económica, social e cultural sem precedentes. Tornaram, também, possível, um incremento de ameaças e riscos em todas as dimensões, onde se inclui a projeção das redes terroristas (ibidem).

1.5 Conceptualização Operacional

Neste subcapítulo far-se-á uma abordagem conceptual do trabalho de investigação. *“A conceptualização é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. É uma construção abstrata que visa dar conta do real. Para isso não retém todos os aspetos da realidade em questão, mas somente o que exprime o essencial dessa realidade. Trata-se, portanto, de uma construção-seleção”*. Por outras palavras, a conceptualização é uma forma de ajudar o investigador a perceber, segundo o seu ponto de vista, e de forma construtiva, como é que os termos usados na investigação se inserem na realidade de estudo, através de uma seleção abstrata dos mesmos (Quivy; Campenhoudt, 2005, p.121).

Por sua vez, *“o conhecimento pode ser considerado como uma representação conceptual dos objetos, como uma elaboração que se produz, portanto, na mente dos homens”*. Nesta linha de pensamento, o conhecimento

surge como uma atividade da mente, com a necessidade constante de partir para uma “*operação de abstração*” (Vilelas, 2009, p.41).

Face o exposto considerou-se necessária a seguinte conceptualização:

Ameaça

Genericamente, ameaça é “*qualquer acontecimento ou ação, de variada natureza, que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais, sendo que no âmbito da estratégia consideram-se principalmente as ameaças provenientes de uma vontade consciente, analisando a relação entre possibilidades e intenções*” (Couto, 1988, p.235). Por outras palavras, este autor afirma que no conceito de ameaça pode destacar-se a intenção, por si só, de concretizar uma ação que contraria a consecução de um objetivo. Com efeito, os grupos terroristas de matriz islâmica que tanto falam na intenção de combater o Ocidente, podem, só pelo ato de mostrar intenção de o fazer, constituir uma ameaça.

Segundo Couto (1992), a ameaça é, numa conceção genérica, o “*indício ou prenúncio de algum perigo, de algum mal*”. No que diz respeito à esfera da Defesa, é necessária uma redução de amplitude dessa aceção, através da sua inserção na realidade das RI. Deste modo, tendo em conta o enquadramento das ameaças nas RI, podem destacar-se: “*os objetivos fundamentais de qualquer Estado são a segurança e o progresso e bem-estar social*”, sendo que estes estabelecem uma relação de interdependência e, como tal, “*podem implicar ações que se excluem, que se complementam ou que se reforçam reciprocamente*”; a concretização da diversidade de ações antes mencionadas, é determinada em função da definição de objetivos concretos a atingir; a “*interação política de diferentes Estados, dinamizada pelos meios políticos para a realização dos seus objetivos*”, pode gerar tensões entre Estados que podem originar conflitos; e, por fim, “*a coação pode ser exercida por diversas formas, isolada ou concorrentemente, com diferentes graduações de intensidade e com caráter esporádico ou permanente*” (Couto, 1992, p.129-131).

No ponto de vista do autor, a ameaça representa um elemento, natural ou artificial, que possa prejudicar ou atingir, mesmo que em pequena escala, a integridade de um indivíduo, entidade, organização, Estado, ou um coletivo de todos estes destinatários. Realça-se que, o elemento ‘ameaça’, não tem

necessariamente de causar danos físicos ou palpáveis. A simples possibilidade de poder 'atingir' um determinado destinatário representa, por si só, uma ameaça. Deste modo, não tem necessariamente de ser algo físico, pois só o facto de induzir um sentimento de insegurança, ansiedade, medo ou receio num destinatário específico, é o requisito mínimo para que se considere algo como ameaça. Neste sentido, o autor atribui, igualmente, um carácter psicológico na definição deste conceito. No contexto da investigação, surge o termo 'ameaça global', que se refere à capacidade de um grupo terrorista em representar-se como uma ameaça, com alcance e amplitude globais.

Terrorismo

Existe uma vasta panóplia de definições concetuais para o terrorismo, sendo que ainda não há nenhuma definição considerada exímia, pela natural pluralidade deste fenómeno. Como tal serão abordadas algumas definições defendidas no contexto académico.

Em 'Estado Islâmico, Estado de Terror', surge a definição: "*O terrorismo é todo o ato violento ou com ameaça de violência contra não-combatentes, com o objetivo de exercer vingança, intimidação ou, de qualquer outra forma, aterrorizar uma audiência. Definimos os terroristas como atores não estatais, que se envolvem em atos de violência contra não-combatentes, para atingir um objetivo político ou ampliar uma mensagem*" (Stern; Berger, 2015, p.32).

Citando Schmidt (2013), através de Duque (2016): "*o terrorismo refere-se, por um lado, a uma doutrina sobre a presumida efetividade de uma forma especial ou tática de criação de medo, violência, política coerciva e, por outro lado, a uma prática de ação violenta direta, calculada e demonstrativa, sem restrições legais ou morais, escolhendo alvos principalmente civis e não combatentes, realizada para os seus efeitos propagandísticos e psicológicos em várias audiências e lados do conflito*" (Duque, 2016, p.134).

Já no contexto das principais organizações transnacionais na cena internacional, destaca-se a concetualização atribuída pela ONU: "*Atos criminosos, incluindo contra civis, cometidos com a intenção de provocar a morte ou graves danos físicos, ou fazer reféns, com o propósito de provocar um estado de terror no público geral, ou num grupo de pessoas (ou particulares), intimidar uma população, levar um governo ou uma organização internacional a tomarem*

ou abster-se de uma determinada ação, o que constitui uma ilegalidade dentro dos trâmites de e tal como definido em convenções e protocolos internacionais relacionados com o terrorismo, não são, sobre qualquer circunstância, justificáveis através de considerações políticas, filosóficas, ideológicas, raciais, étnicas, religiosas ou de outra natureza semelhante” (UN, 2004, p.2).

Ainda através de Duque (2016), citando a definição do Conselho da União Europeia: o terrorismo são todos os atos *“cometidos com a intenção de intimidar gravemente uma população, constranger indevidamente os poderes públicos ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato ou desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país ou de uma organização internacional”* (Duque, 2016, p.136).

Para finalizar, convém ainda fazer menção à perspetiva da NATO, a principal organização transnacional militar, sendo que se refere ao terrorismo *“como o uso ou ameaça de uso ilegal da força ou da violência contra pessoas ou bens com a intenção de condicionar ou intimidar governos ou sociedades para conseguir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos”* (Bessa, 2006).

Na perspetiva do autor, o terrorismo trata-se do ato ou da intenção de agir, com o objetivo de atingir o maior número de pessoas, por forma a prejudicar, física ou psicologicamente, a integridade desses indivíduos, através de meios violentos, num determinado padrão aleatório. Por outras palavras, trata-se de ataques, cuja ideologia se baseia em atacar alvos específicos, mas sem a possível previsão do tempo e do local do respetivo ataque, e com a esperança de alcançar o maior impacto e mediatismo possível. Os ataques terroristas pretendem também atingir o psicológico a nível social, ou seja, causar tensão, receio, medo e apreensão nas populações.

Segurança

O estudo da segurança num contexto à escala global é uma disciplina que se insere numa esfera mais abrangente: as RI. Os estudos de segurança atravessam uma fase em que os conceitos tradicionais já não se encaixam totalmente bem. Perspetivas alternativas sugerem a inclusão de ameaças não militarizadas aos Estados, ou a inclusão, na sua esfera, de todos os atores, consoante o alcance das ameaças, militares ou não militares (Hough, 2008).

Como refere Adriano Moreira, no livro “Segurança Contemporânea” (2016), “os ingleses usam definir a segurança como *“the guarantee of safety”*, o que significa a improbabilidade da guerra, o uso de negociações para equilibrar interesses, sendo por isso uma situação de *‘paz entre Estados’* e de *‘vida habitual de sociedades civis’*, nacionais e transnacionais” (Moreira, 2016, p. XIII).

A mudança de paradigma da NATO, enquanto organização produtora de segurança interna, levou à adoção de uma postura ativa no apoio à construção manutenção da segurança *“beyond borders”*. Deste modo, *“é considerada no contexto atual das RI, uma organização regional com capacidades de ator global, e extremamente relevante no quadro da segurança mundial. Por outro lado, o conceito de Defesa e mais singularmente o conceito de Segurança passaram a assumir um significado mais lato e abrangente, que se estende muito para além da clássica proteção física contra as ameaças militares, excedendo largamente as fronteiras geopolíticas dos Estados-membros”* (NATO, 2010).

Segundo Couto (1988), *a segurança traduz um estado ou condição*, mas é também um conceito na esfera do psicológico. *“O mesmo conceito exprime a efetiva carência de perigo, quando não existem as causas dele. A ‘seguridade’ exprime a tranquilidade de espírito, nascida da confiança que se tem de que não há perigo”* (Couto, 1988, p.70).

Ainda na esfera da segurança, e fazendo a ponte para o próximo termo, surge o conceito de segurança coletiva, que busca um sistema global que funciona a favor de todos e, portanto, um sistema que reage contra qualquer agressão considerada injusta perante o Direito internacional (Moreira, 2014).

Na perspetiva do autor, a segurança é um conceito paralelamente relacionado com a operacionalização da ameaça. A segurança implica a sensação de proteção contra uma ameaça. Denote-se que não se trata da ausência de ameaça, porque ela pode até existir. No entanto, nessa eventualidade, assegurar um determinado grau de conforto, proteção ou defesa contra essa ameaça, no sentido de assegurar a total integridade de um determinado destinatário, será uma possível contextualização do conceito de segurança. Face ao exposto, no caso de um ataque deliberado, perpetrado assumidamente contra um indivíduo, entidade, organização, Estado, ou um coletivo de todos estes destinatários, e com o objetivo de atingir a sua integridade

(física ou psicológica), poder assegurar um nível mínimo de proteção contra esse ataque, poderá ser definido como segurança.

Na teoria realista é dado particular destaque e prioridade às questões de segurança como pilar crucial para a sobrevivência de um Estado. Este seria identificado como o principal ator da política internacional, e que portanto tinha como objetivo perseguir o poder, assegurando os passos necessários para a preservação da segurança e, assim, da sobrevivência do mesmo (Dunne; Schmidt, 2011).

Segundo defende Moreira (2014), no que concerne à segurança económica, parece claro que sem segurança não teriam sido desenvolvidas as condições para a formação da UE, *“que essa segurança foi atlântica, e que a NATO é que averba o serviço e triunfo nesse processo”*. Os gastos a nível militar não constituíram *“um passivo do processo, foram um custo do resultado, que retribuiu o esforço”*. A corrida ao armamento é *um vício induzido no sistema de segurança, equivalente a outros vícios induzidos em diferentes parcelas do orçamento de integridade dos países”* (Moreira, 2014, p.491).

Defesa coletiva

O princípio de defesa coletiva encontra-se descrito no artigo 5º do Tratado de Washington:

“As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito e legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas mais providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais” (NATO, 1949).

Existe uma confusão geralmente atribuída à diferenciação entre segurança coletiva e defesa coletiva. Ambas podem ser abordadas na esfera da segurança política, sendo que a defesa coletiva se baseia mais “*num sistema de alianças e no velho conceito operacional maquiavélico de balança de poderes ou política de equilíbrio*”. Por outro lado, a segurança coletiva está mais ligada à “*associação de potências na organização de uma paz comum*”, como, por exemplo, a Sociedade das Nações (Viana, 2002, p.71).

Aliás, citando *Adam Roberts*, através de Viana (2002), a segurança coletiva refere-se geralmente a um “*sistema no qual cada Estado aceita que a segurança de cada um constitui preocupação de todos e concorda em participar nas respostas coletivas e eventuais agressões*” (ibidem, p.71).

Embora um conceito bastante mais atual, especialmente após a criação da primeira experiência de aliança de segurança internacional (e na atualidade da ONU), continua a haver uma profunda crítica ao conceito segurança coletiva. Ele assume um “*carácter universal e uma maior automaticidade de resposta*”, mas existem correntes realistas e liberais que argumentam que o “*sistema não só não funciona, como encoraja os EM (ONU) a contar com o apoio dos outros*”, e assim a descurar a preparação a eventuais agressões (ibidem, p.74).

Globalização

Segundo *Lastres & Albagli* (2000), a globalização seria uma realidade em que “*caminharíamos para um mundo sem fronteiras, com mercados (de capitais, informações, tecnologias, bens serviços, entre outros) efetivamente globalizados e para um sistema económico mundial denominado por “forças de mercado incontroláveis”, sendo os seus principais atores as grandes corporações transnacionais*”. Estas não teriam qualquer dependência ou “*lealdade para com um Estado*” (Lastres; Albagli, 2000, p.11).

A globalização é definida como o processo que aumenta a interligação entre sociedades de tal forma, que um evento em determinada região do globo tem influência numa sociedade bastante distante. Um mundo globalizado é aquele em que eventos políticos, culturais, económicos e sociais se vão tornando cada vez mais relacionados, e com cada vez maior impacto a nível global. Por outras palavras, as sociedades são profundamente e extensivamente mais afetadas por eventos noutras sociedades. Estes eventos podem ser

convenientemente divididos em três tipos: social, económico e político (Baylis; Smith; Owens, 2011).

No contexto sociológico, o conceito de globalização *“é utilizado para designar o processo segundo o qual a informação, as imagens e os bens/produtos originários de uma Nação em particular ou de uma zona do planeta entram numa corrente global através, por exemplo, do crescente número de empresas transnacionais, do desenvolvimento da televisão por satélite e, mais recentemente, dos avanços associados à utilização da internet”* (Balão, 2014, p.17).

No contexto económico, o FMI³⁰ define o conceito de globalização da economia como *“a interdependência económica crescente do conjunto dos países do mundo, pelo crescimento do volume e da variedade das transações transfronteiriças de bens e de serviços, assim com dos fluxos internacionais de capitais, ao mesmo tempo que pela difusão acelerada e generalizada da tecnologia”* (Moreira, 2014, p.399).

No contexto político, a globalização está associada à emergência de uma política global, na qual a tradicional distinção entre os assuntos domésticos e internacionais já não tem tanto significado. Nestas condições, as políticas de um lugar específico, estariam relacionadas com as políticas em todo o lado (McGrew, 2011).

Na perspetiva do autor, a globalização é um conceito que se assemelha a uma teia à escala global. Por outras palavras, retrata um conjunto infinitesimal de ligações, em permanente evolução, onde todo o sistema social mundial se encontra conectado. É, assim, um fenómeno composto por relações de interdependência que, indiscutivelmente, permite que todos cheguem a todos, num curto de espaço de tempo, em ramos como a economia, saúde, política, cultura e sociedade. Na investigação será dado um destaque à globalização financeira, e entrar-se-á também no contexto da aproximação das sociedades globais.

Terrorismo de Matriz islâmica

O terrorismo de matriz islâmica insere-se na categoria mais abrangente do terrorismo religioso. Segundo *Hoffman*, através de Duque (2016), o terrorismo

³⁰ Fundo Monetário Internacional (FMI).

religioso é *“a violência perpetrada como um ato sacramental ou dever divino executado em resposta direta a um imperativo ou uma procura teológica”* (Duque, 2016, p.143).

Já Maria Pinto, através de Moreira (2003), introduz a temática como um conjunto de *“movimentos, grupos e células agindo ao abrigo de um guarda-chuva ideológico de interpretações radicais do Islão”*. Afirma ainda que os *“fundamentalismos islâmicos no Médio Oriente, são resultado de graves tensões devidas às mutações demográficas e aos impasses políticos que os sistemas sociais, estabelecidos na altura das independências, se revelaram incapazes de gerir”* (Moreira, 2003, p.41).

Após ter concetualizado o termo terrorismo, deve destacar-se a falta de consenso que ainda existe na definição do mesmo, sendo que aquilo que pode ser considerado terrorismo para uns, pode não o ser para outros. No entanto, na perspectiva do autor, existe, na atualidade, uma relação linear entre terrorismo e extremismo religioso que não deve ser ignorada. A maioria dos episódios atuais de terrorismo, são inspirados por objetivos religiosos ou divinos, com recurso a meios políticos, sociais, económicos, entre outros. Neste contexto, os acontecimentos que têm tido mais impacto a nível global, são baseados em ideais islâmicos. Trata-se de aspirações fundamentadas no Islão (religião muçulmana), mas com interpretações de tal forma radicais que recorrem ao uso da ultraviolência, do extremismo e à condução abusiva de ofensas (físicas ou psicológicas), contra partes da população maioritariamente não armada (população civil). Apoiando-se na justificação de que os seus alvos são apóstatas e inimigos da verdadeira comunidade muçulmana, recorrem aos meios acima mencionados para atingirem os seus fins. Assim, os terroristas de matriz islâmica, distinguem-se dos restantes seguidores do Islão (a maioria dos muçulmanos), pelo recurso a meios ilegais, inclusive à clara violação dos direitos humanos (estipulados internacionalmente), para concretizar a sua visão apocalítica, fundamentalista e extremista do Islão.

1.6 Motivação e Pertinência

No CEDN estão delineadas um conjunto de ameaças que possam pôr em risco a segurança/interesses nacionais. Uma delas é precisamente o terrorismo,

que a comunidade internacional tem vindo a considerar como uma ameaça à escala global.

A UE é um espaço cada vez mais aberto, com uma íntima relação entre os aspetos internos e externos da segurança. É também um espaço cada vez mais interdependente, com livre circulação de pessoas, ideias, tecnologias e recursos. Torna-se assim numa conjuntura de que os terroristas se servem de forma abusiva para atingirem os seus fins. Este contexto torna indispensável uma atuação concertada e coletiva da Europa, marcada pela solidariedade, para combater o terrorismo (UE, 2005).

O ex-secretário-geral da ONU, *Ban Ki-moon*, afirma que é necessária uma parceria global³¹ para derrotar o extremismo violento, sendo que este é claramente uma ameaça transnacional que requer cooperação internacional urgente. Afirma ainda que este fenómeno de extremismo é propício ao terrorismo e não está enraizado ou confinado a nenhuma religião, região, nacionalidade ou grupo étnico. Acrescenta por fim que os extremistas violentos representam uma ameaça direta à Declaração Universal dos Direitos Humanos³², sendo que minam os esforços globais coletivos de manter a paz e a segurança, impulsionar o desenvolvimento sustentável e promover o respeito pelos direitos humanos (UN, 2016).

Em termos pessoais, a motivação para esta investigação pauta-se por duas componentes: uma componente particular e outra de cariz mais organizacional ou institucional. A primeira diz respeito ao interesse subjacente a esta temática, na medida em que se trata de um objeto de estudo extremamente atual e em permanente atualização, ao qual se acrescenta uma linha de busca pelo conhecimento, respeitante a esta temática. Ainda na componente particular, poderá também realçar-se a pertinência da área de RI (área de estudo de escolha pessoal) no atual contexto internacional, como uma esfera de investigação muito presente nos principais desafios e exigências do mundo globalizado de hoje. Em relação à componente de cariz organizacional, destaca-

³¹ Esta afirmação foi feita no âmbito de uma conferência das Nações Unidas realizada em Genebra (2016) sobre esta temática, antevendo o Plano de Ação para prevenir o extremismo violento, que será apresentado em Janeiro de 2017 (UN, 2016).

³² A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento marcante na história dos direitos humanos. Foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 como documento padrão para os direitos e alcances de todas as pessoas e de todas as Nações (UN, 2016).

se a importância que uma temática como esta terá para a esfera da Defesa no nosso país. Na qualidade de aluno de Mestrado em Ciências Militares Aeronáuticas na Academia da Força Aérea, e ainda como futuro Oficial dos Quadros Permanentes das Forças Armadas, esta temática representa um claro objeto de interesse, por representar uma ameaça de cariz global reconhecido. Como tal esta investigação acompanha uma linha organizacional, na medida em que espelha os eventuais desafios e obstáculos à defesa do nosso país, algo que um futuro Oficial, na qualidade de líder, terá que lidar na sua carreira.

Face o exposto, sintetiza-se que esta é de facto uma temática muito atual e em plena evolução, sendo que é um objeto de estudo que afigura um claro carácter prioritário entre as principais organizações internacionais, bem como dos seus vários EM. Desta forma, a pertinência deste tema impulsiona a respetiva investigação que aqui é feita, ladeado pelas motivações acima expressas.

(página intencionalmente em branco)

2. Nota Metodológica

“A disciplina é a mãe do êxito.”

(Ésquilo, n.d)

Neste capítulo serão determinados os princípios e normas que constituirão o corpo desta dissertação. Através da metodologia de investigação, é possível ao investigador adequar o objeto de estudo ao âmbito, e respetivo enquadramento do mesmo, na cena internacional, enquanto se assegura uma coesão metodológica dos vários processos e etapas de um trabalho científico de investigação. Subsequentemente, através de determinadas técnicas conhecidas de nota metodológica, confere-se a este trabalho uma natureza de carácter científico, dentro do âmbito das Ciências Sociais, onde se inserem as Relações Internacionais.

No que concerne à *“investigação social, importa, acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é, no sentido mais lato, um método de trabalho”* (Quivy; Campenhoudt, 2005, p.15). Desta forma, facilita-se ao investigador a tarefa de pensar e construir um conhecimento lógico e coerente, em torno do seu objeto de estudo, orientando-o na estrutura do pensamento a elucidar, e consequentemente a alcançar um objetivo final anteriormente planeado.

No entanto, *“uma investigação social não é uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas que bastaria aplicar tal e qual se apresentam, numa ordem imutável. A escolha, a elaboração e a organização dos processos de trabalho variam com cada investigação específica”*. Existe portanto a necessidade da criação de um procedimento, como forma de *“progredir em direção a um objetivo. Expor o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação. Os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínio estudados”*. Atribuindo um maior destaque ao *“procedimento do que aos métodos particulares, a nossa formulação tem, assim, um alcance geral e pode aplicar-se a todo o tipo de trabalho científico em ciências sociais”* (ibidem, p.18 -25).

Existem diferentes métodos reconhecidos na esfera das ciências sociais. No entanto, a maioria dos especialistas faz uma “*distinção entre método e métodos, por se situarem em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam*”. O método caracteriza-se por uma abordagem mais ampla “*dos fenômenos da natureza da sociedade*”. Neste sentido, podem destacar-se: os “*métodos de abordagem indutivo; dedutivo; hipotético-dedutivo; e o método dialético*” (Lakatos; Marconi 1994, p.106).

O primeiro faz uma ponte da esfera micro para a esfera macro, ou seja, estabelece um percurso ascendente na observação dos fenômenos, iniciando-se por observações particulares, e divergindo para uma maior abrangência situada ao nível das “*leis e teorias*”. O segundo estabelece um caminho oposto, fazendo um percurso descendente nos mesmos trâmites do anterior, prevendo muitas vezes fenômenos mais específicos. O terceiro deteta falhas no aspeto teórico que fundamenta as hipóteses formuladas na investigação, e através do processo de inferência dedutiva, “*testa a previsão da ocorrência de fenômenos*”, abrangidos pela esfera das hipóteses. Por fim, o último método insere-se por completo na esfera dos fenômenos, mas através da “*sua ação recíproca*”, ou seja, toma particular foque nas contradições que naturalmente acompanham os fenômenos, e na “*mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade*” (ibidem, p.106).

Face ao exposto, é de útil referência que se mencione que o diferente tipo de método diz respeito à abordagem que o investigador recorre no seu processo metodológico, aquando da elaboração do seu estudo. No entanto, deve destacar-se, antes disso, que num plano mais generalista, é possível, aquando da recolha de informação, categorizar-se dois diferentes tipos de estudo.

Os estudos podem ser bibliográficos ou de campo, sendo que “*nos estudos de campo, os dados de interesse recolhem-se de uma forma direta na realidade, mediante trabalho concreto do investigador e da sua equipa. Estes dados são obtidos diretamente através da experiência empírica pelo que são denominados pelo autor como dados primários*”. Se estes mesmos dados já tiverem sido filtrados, tratados, sistematizados e manipulados por outrem, nesse caso teríamos dados de índole indireta, ou seja, para que pudessem ser

utilizados para o processo de investigação, teria que ser através da análise de documentação já existente sobre os mesmos, na linha do processo de investigação. Neste último caso, teríamos um tipo de estudo bibliográfico (Vilelas, 2009, p.102).

Podem destacar-se dois modos de abordagem numa investigação: qualitativo e quantitativo. “Os estudos quantitativos admitem que tudo pode ser quantificável, isto é, que é possível traduzir em números as opiniões e as informações para, em seguida, poderem ser classificadas e analisadas”. Estas abordagens têm o objetivo de apresentar e manipular, a nível numérico, as observações, “com vista à descrição e à explicação do fenómeno sobre o qual recaem as observações”. Deste modo, é possível atribuir um maior grau de confiança ao conjunto de dados obtidos. No entanto, “os estudos quantitativos ou de campo apresentam uma clara limitação, devido ao seu reduzido alcance” (Vilelas, 2009, p.103-104).

A abordagem “quantitativa ocorre na realidade externa do indivíduo”. Deste modo, direciona-se para um entendimento de como a realidade é compreendida com esta abordagem (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p.31).

Por outro lado, os estudos qualitativos perspetivam que existe “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”, ou seja, uma conexão indiscutível e inseparável entre a realidade objetiva do mundo, e a subjetividade que constitui o elemento ‘sujeito’, “não sendo possível traduzir-se em números”. Citando Holloway (1999), através de Vilelas (2009), a abordagem qualitativa “é uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem”. Estabelece-se um objetivo comum às várias abordagens qualitativas, que se pauta pela “compreensão da realidade social das pessoas, grupos e culturas” (Vilelas, 2009, p.105).

O que se procura numa abordagem qualitativa é a obtenção de “dados (que serão transformados em observação) de pessoas, seres vivos, comunidades, contextos ou situações, de maneira profunda, até às próprias formas de expressão de cada um deles” (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p.416).

No entanto, citando Minayo (1994), através de Vilelas (2009), a relação entre as abordagens qualitativas e quantitativas “não são incompatíveis, podendo ser integradas num mesmo projeto”. Numa perspetiva epistemológica,

realça-se que “*todo o conhecimento social*” e que ambas as abordagens “*têm um encontro marcado tanto nas teorias como nos métodos de análise e interpretação*” (Vilelas, 2009, p.119).

No que diz respeito ao objetivo geral do processo de investigação, Vilelas destaca dois tipos de estudo. O primeiro é o estudo exploratório que “*visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema, no sentido de torna-lo explícito ou de facilitar a formulação de hipóteses*”. O segundo, o estudo descritivo, “*procura conhecer as características de determinada população/fenómeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Servem para aumentar os conhecimentos das características e dimensão de um problema, obtendo-se desta maneira uma visão mais completa*” (ibidem, p.119-120).

Baseando-se a investigação nos vários métodos mencionados, e no que concerne aos objetivos do estudo, destacam-se:

Objetivo geral:

Demonstrar que a globalização poderá, no futuro, ser um fenómeno eficaz na atenuação da ameaça global do terrorismo.

Objetivos derivados

- Esclarecer o conceito de terrorismo de matriz islâmica.
- Mencionar quais os diferentes tipos de terrorismo mundiais reconhecidos.
- Contributo da era da globalização para o terrorismo.

Fazendo um foque na temática desta investigação, bem como na linha metodológica na qual este estudo se vai essencialmente guiar, poderá ser estabelecida uma correlação entre os vários métodos, modos de abordagem, técnicas e objetivos acima mencionados. Num aspeto de carácter mais generalista, vai adotar uma abordagem maioritariamente qualitativa.

Deste modo irá ser feita uma análise do fenómeno do terrorismo e da sua influência ao longo da história, até à atualidade, na comunidade internacional. Elaborando um elo de ligação para a era da globalização, irá determinar-se em que contexto esta pode beneficiar ou atenuar o objeto de estudo. Tal como já foi mencionado, numa investigação é possível uma coexistência saudável quer do modo qualitativo, quer do modo quantitativo, pelo que esporadicamente serão exemplificados alguns dados estatísticos relativos ao terrorismo de matriz

islâmica, para melhor explicitar a influência e alcance global deste fenómeno. Face ao exposto, é possível inserir-se este trabalho numa esfera maioritariamente bibliográfica, pelo facto de serem analisados dados já existentes. Irá seguir-se uma linha essencialmente hipotético-dedutiva, partindo da análise de premissas gerais, afunilando a mesma análise para a eventual observação ou mesmo previsão de acontecimentos mais específicos, em determinadas zonas geográficas mencionadas na investigação. Numa perspetiva a longo prazo, será pontualmente utilizado o método dedutivo, através da análise atual do objeto de estudo em determinada zona geográfica, para uma eventual projeção generalista da sua influência, num futuro próximo. Por fim, quanto ao objetivo do processo desta investigação, este trabalho poderá aproximar-se ao tipo de estudo descritivo, pois será feita uma relação entre várias variáveis em estudo (sendo o objeto de estudo uma dessas variáveis), através do conhecimento mais aprofundado do fenómeno do terrorismo.

2.1 Definição do Problema

No que diz respeito ao terrorismo de matriz islâmica, como uma ameaça de índole global e de realce na delineação de estratégias desde o final do século XX, a radicalização e o recrutamento são fenómenos internacionais. Pode dar-se uma colaboração muito proveitosa no combate à radicalização, inclusivamente no quadro de programas de cooperação e assistência com países terceiros, através da participação em organizações internacionais (UE, 2005).

No contexto da globalização, surgem novos desafios quanto às formas de atuação dos vários *“agentes económicos, governamentais e da sociedade em geral”*. Neste sentido, destacam-se os seguintes desafios: *“o desenvolvimento de novas formas de produzir e comercializar bens e serviços, estimular e financiar o desenvolvimento industrial e criativo, bem como novas questões éticas, políticas, sociais e jurídicas, caracterizando a emergência de uma era, sociedade ou economia da informação e do conhecimento; e a ascensão de novas e renovadas forças económicas, políticas, sociais e culturais, operando à escala mundial, bem como a crescente subordinação das políticas nacionais a condicionantes externas e transnacionais, e a pressões de descentralização e cumprimento de requisitos nacionais”* (Lastres; Albagli, 2000, p.17-18).

Face ao exposto, é possível denotar-se que a temática da investigação representa uma realidade em plena evolução e que expõe um conjunto de desafios e mudanças a ser encarados no futuro. A globalização representa um fenómeno muito atual e em permanente evolução, influenciando muitas das esferas da cena internacional, em áreas como a política, estratégia, tecnologia, ciência, economia, sociedade, entre outras. Deste modo, já praticamente decorridas as duas primeiras décadas do século XXI, e com o terrorismo de matriz islâmica como uma ameaça global reconhecida, torna-se importante uma análise desta temática, num mundo cada vez mais interdependente e no seio de uma teia de conexão, com alcance praticamente global.

2.1.1 Formulação da Questão de Partida e Subquestões da Investigação

A formulação da questão de partida bem como das subquestões de investigação é um processo vital na veia estruturante de uma investigação. É através destas últimas que se estabelecerão todas as linhas orientadoras do respetivo processo de investigação. Como tal pretende-se que esta etapa da investigação permita a elaboração de uma questão, que retrate inequivocamente o objetivo desta dissertação, bem como esclarecer o que se pretende escrutinar com a investigação. Desta forma assegurar-se-á a estrutura científica do trabalho de forma lógica e coerente.

As grandes questões do Homem apresentam-se, “*quase sempre, de um modo indireto, na prática da ciência*”. Se é certo que o investigador não tenta responder a perguntas demasiado amplas ou similares, não há dúvida que, por outro lado, tais preocupações se expressam num extenso trabalho de certos investigadores, especializados numa determinada área do conhecimento. Espera-se, no entanto, que quem realiza a investigação se foque numa direção mais estreita do conhecimento, de forma a preocupar-se com “*problemas de dimensões mais reduzidas e que, portanto, está nas melhores condições de solucionar*” (Vilelas, 2009, p.69).

Tendo em conta o exposto anteriormente, a questão de partida é a seguinte:

“Poderá a globalização, enquanto fenómeno da atualidade, ser um processo a favor da luta contra o terrorismo de matriz islâmica?”

Associadas a esta pergunta de partida poderão estar outras subquestões derivadas que de certa forma complementarão a principal. Assim, permite-se uma melhor avaliação e uma clarificação do objeto e do objetivo de estudo, traçando uma linha orientadora de investigação mais eficiente. As perguntas derivadas desenvolvidas para esta dissertação são:

PD1: “De que forma a globalização poderá contribuir para a atenuação do terrorismo de matriz islâmica?”

PD2: “Como poderá combater-se o terrorismo, mais eficazmente, numa perspetiva da comunidade internacional, no futuro?”

2.1.2 Hipóteses de Trabalho

Para uma melhor estruturação, delimitação, e organização de uma investigação, *“as hipóteses de trabalho constituem a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor”*. Uma característica inerente à investigação é que *“a hipótese traduz, por definição, o espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho científico. Alicerçada numa reflexão teórica e num conhecimento preparatório do fenómeno estudado, representa como que uma pressuposição sobre o comportamento dos objetos reais estudados. Ainda que se inspire no comportamento dos objetos reais, deve, por seu turno, ser confrontado com esse comportamento. O trabalho empírico não se limita, portanto, a constituir uma análise do real a partir de um modelo de análise. Na realidade, fornece ao mesmo tempo o meio de o corrigir, de o matizar e de decidir, por fim, se convém aprofundá-lo no futuro. As hipóteses dão amplitude e asseguram a coerência entre as partes do trabalho”* (Quivy; Campenhoudt, 2005, p.119-120).

Enunciam-se assim, as seguintes hipóteses (principal e secundárias):

HP1: “O terrorismo de matriz islâmica, enquanto ameaça global, num mundo globalizado, a nível social, económico, político e tecnológico, pode prejudicar a integridade dos Estados, mas existem mecanismos de combate

eficazes, criados ao nível nacional e transnacional, e em organizações/entidades governamentais e não-governamentais.”

HS1: “Os mecanismos de combate ao terrorismo de matriz islâmica que existem são eficazes para o presente, mas não o serão no futuro.”

HS2: “O terrorismo de matriz islâmica será combatido a partir de um computador, devido à evolução das tecnologias de informação.”

HS3: “A integridade (económica, social, política e de segurança) dos Estados está garantida, no presente, com os mecanismos de combate ao terrorismo de matriz islâmica, existentes entre as várias organizações/entidades governamentais e não-governamentais.”

3.Terrorismo

“Medo é a sabedoria perante o perigo.”

(Desconhecido)

Neste capítulo será realizada uma análise consideravelmente mais aprofundada do objeto de estudo, inicialmente abordando genericamente o terrorismo, ao longo da história, seguido de uma perspectiva fundamentalmente islâmica do fenômeno, orientada pela delimitação necessariamente inerente a esta investigação.

O terrorismo é um fenômeno da atualidade mundial, mais recentemente aquele de matriz islâmica, representando uma das ameaças de principal destaque na estratégia de defesa de vários Estados, organizações (nacionais e transnacionais), ou em síntese, da comunidade internacional. No entanto, embora atual, é uma realidade antiga, que tem evoluído consideravelmente ao longo dos tempos, pelo que será feita uma síntese dos vários comportamentos extremistas e violentos (associados ao terrorismo) ao longo da história mundial.

Face ao exposto, irá posteriormente entrar-se no domínio do terrorismo de matriz islâmica, onde irão ser mencionados os grupos ou organizações terroristas atuais que serão analisadas nesta investigação.

De um modo introdutório, expor-se-ão os vários debates literários sobre a temática do terrorismo, e de que forma este é analisado ao longo dos tempos pela comunidade académica e internacional.

No que diz respeito aos parâmetros que devem ser considerados na análise ou investigação do fenômeno evolutivo do terrorismo, são três os parâmetros em discussão. O primeiro faz a distinção entre o *“terrorismo de estado de terrorismo não estatal”*, o segundo explora a dicotomia entre *“terrorismo doméstico e internacional/transnacional”*, e a terceira entre o conceito de *“velho e novo terrorismo”*. Citando *Wilkinson (2012)*, através de *Duque (2016)*, o terrorismo de Estado consiste *“na violência extrema que o aparelho coercivo estatal aplica aos seus cidadãos devido ao vasto leque de meios coativos que tem ao seu dispor e que excede a legitimidade que lhe é conferida pelo contrato social”* (Duque, 2016, p.137).

São inúmeros os exemplos de terrorismo estatal como política doméstica durante o século XX, especialmente na Ásia e na América do Sul. Podem

destacar-se logo à partida os regimes ditatoriais de *Hitler*, na Alemanha, de *Estaline* na União Soviética, e do Khmer Vermelho no Camboja. Existem diferentes formas de terrorismo estatal, mas irão ser apenas enunciados alguns exemplos deste tipo de terrorismo, como contributo para a evolução deste fenómeno ao longo dos tempos. O regime nazista de *Hitler*, fundamentado pelo ideal da superioridade ariana, iniciou assim uma perseguição e purga étnica (conhecido como holocausto), tendo sido responsável pela morte de milhões de pessoas. Da mesma forma, *Estaline* foi a mente por trás da morte de milhares de pessoas, iniciando assim uma purga histórica contra quem quer que se opusesse ao regime político estalinista, enviando ainda milhões de membros de grupos etnonacionalistas para campos de trabalho forçado, ou até para o exílio. Dentro do terrorismo estatal convém referir o genocídio, que se trata da eliminação de um grupo, ou seja, ocorre quando os recursos de um estado são mobilizados para eliminar uma minoria específica. Um exemplo deste atentado à humanidade, surge nos anos 60, no Camboja, com a guerrilha Khmer Vermelho. Esta guerrilha era liderada por *Pol Pot*, um marxista intelectual e revolucionário cambojano, que combateu o regime no poder, que era apoiado pelos EUA. Isto originou uma guerra civil que acabou por ser ganha pelo mesmo, iniciando assim um período de terrorismo estatal, em que *Pol Pot* pretendia efetuar evacuações em massa das populações e eliminá-las se assim fosse necessário. Deste modo, aproximadamente dois milhões de pessoas morreram nos ‘campos da morte’, que eram locais onde ocorriam execuções em massa e onde muitos morreram de fome ou devido ao trabalho forçado. Ainda podemos referir os exemplos de terrorismo de estado de *Saddam Hussein*, no Iraque, do general *Pinochet* no Chile, e do presidente *Hafez el-Assad* (antecessor do atual presidente sírio) na Síria (Martin, 2013).

O terrorismo não estatal, ou subestatal (alvo de maior destaque nesta investigação), é o mais comum da atualidade, sendo que abrange uma vasta panóplia de justificações, realçando-se as seguintes: a “*etnonacionalista/separatista (Frente de Libertação Nacional, na Argélia, ou o Exército Republicano Irlandês – IRA); a ideológica (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- FARC); a de reivindicação única (single issue groups, grupos antiaborto ou contra alimentos geneticamente modificados)*”; e por fim, aquela que será analisada no segundo subcapítulo, a justificação de

cariz religioso, onde se insere o terrorismo de matriz islâmica (Duque, 2016, p.137).

Após uma análise genérica do objeto de estudo ao longo da história, é possível destacar diferentes correntes de terrorismo, no sentido em que se baseiam ou se movem por ideologias ou objetivos distintos. Face ao exposto, pode fazer-se uma ligação comum em relação a quais os diferentes tipos de terrorismo aceites, ou em consideração, no universo do mundo académico. A Europol, como entidade de segurança da UE, e como representante dos EM da UE no combate ao terrorismo, destaca várias tipologias na abrangência deste fenómeno: a primeira, o terrorismo inspirado na religião, ou como mais recentemente (2016) apelado, “*terrorismo jihadista*”; a segunda, o “*terrorismo etnonacionalista/separatista*”; a terceira, o “*terrorismo anárquico ou de esquerda*”; a quarta, o “*terrorismo de direita*”; e por fim, o “*terrorismo single issue*”, ou de reivindicação única (Europol, 2013).

Assim, é possível perceber que as atuais ameaças de destaque na delineação da estratégia da UE, perpetuadas pela sua unidade de segurança, são essencialmente de cariz subestatal. De seguida, far-se-á uma breve análise aos vários tipos de terrorismo acima mencionados.

O primeiro será analisado no segundo subcapítulo, sendo que desse modo irão, para já, ser apenas abordadas as últimas quatro. Irá começar-se por fazer uma análise do terrorismo de direita versus o terrorismo de esquerda/anárquico. Primeiramente convém fazer uma distinção crucial, que irá dividir os objetivos nucleares de cada uma destas correntes do terrorismo. Existem facções menos violentas de ambos os lados, no entanto, sendo que esta investigação se centra na esfera do terrorismo, serão apenas abordadas as ramificações mais extremistas ou violentas.

O terrorismo de direita é normalmente uma reação a uma ameaça perceptível aos valores de um determinado grupo, ou seja, é uma ameaça à sua auto reconhecida superioridade moral ou ao seu sentido de grupo especial e único. A extrema-direita, ou direita reacionária, age sempre tentando recuperar de forma agressiva os seus próprios valores, tendo frequentemente um desejo de regressar a um passado, onde os seus valores eram impreterivelmente respeitados, e a uma altura em que o sistema não estava perdido e não era corrompido por um grupo ou cultura inimigas. Em síntese, esta corrente de direita

tem raízes em crenças e valores pelos quais vale a pena recorrer ao terrorismo violento, de forma a manter a superioridade e pureza do grupo (Martin, 2013). No entanto, isto não significa que não se acrescente à ideologia política desta corrente reacionária, uma componente religiosa, étnica ou social, de onde também surgiram exemplos no século XX.

Naquela que é considerada a nova era do terrorismo, o extremismo de direita talvez tenha as suas origens na Alemanha fascista/nazi, onde talvez tenham a sua génese, para além do descontentamento político, as primeiras ideologias de superioridade étnica, que hoje em dia alimentam, por exemplo, os grupos de supremacia da raça branca ou neonazis. Estes grupos fascistas³³ que apareceram no período entre guerras, incentivavam movimentos em massa contra o comunismo e contra o estilo democrático do oeste (Martin, 2013). São inúmeros os exemplos de atos extremistas desta corrente no século XX. Serão enunciados alguns exemplos de seguida.

Nas décadas de 70 e 80, em Itália, houve um pico de movimentos extremistas reacionários de direita, baseado em ideologias fascistas. O *Armed Revolutionary Nuclei* foi um movimento de direita italiano, responsável por vitimizar, num atentado bombista, cerca de uma centena de pessoas. Na Turquia, na década de 60, o Partido do Movimento Nacionalista, era um grupo político ideologista, que pretendia criar um império turco. Este grupo tinha ligações a uma organização paramilitar, denominada de *Grey Wolves*, que estão associados a uma série de ataques contra grupos de esquerda, curdos, ativistas muçulmanos e organizações académicas. Na era pós-guerra, o terrorismo de direita tem sido, no entanto, caracterizado por falta de organização, concentração e pouca sustentação (ibidem).

O terrorismo de esquerda ou anárquico é uma corrente idealista orientada para o futuro, com o objetivo de destruir ou derrubar um sistema político já existente, para a construção de uma nova e justa sociedade. É normalmente defendido por grupos que se sentem oprimidos por sistemas governativos

³³ O Fascismo era um movimento ideológico de direita que se opõe ao Marxismo e ao Anarquismo, sendo que surge antes da II Guerra Mundial. Estava enraizado num espírito nacionalista extremista, sendo que defendia a superioridade de uma determinada herança nacional ou grupo étnico. Apoiava um poder altamente antidemocrático, anticomunista, antimonarquista e anti-intelectual, aliado a um conservantismo cultural. Benito Mussolini, um ditador italiano, foi o primeiro a consolidar este método do poder, em 1922 (Martin, 2013).

vigentes, sendo que exigem justiça e igualdade perante a restante sociedade. Face ao exposto, os esquerdistas defendem os ideais revolucionários e encaram a violência como um modo perfeitamente legítimo para a obtenção dos seus objetivos. Estes grupos fundamentam os seus ataques como um auxílio aos pobres e aos oprimidos, sendo que os grupos mais extremistas dão maior valor e prioridade a derrubar um governo no poder, do que propriamente à reconstrução da sociedade após a queda desse mesmo governo (ibidem).

Na nova era do terrorismo, o extremismo de esquerda talvez tenha a sua origem nos pós revoluções de 1848³⁴, na Europa, em que o anarquismo³⁵ e o marxismo³⁶ serviram de base filosófica para a instauração da violência revolucionária, adaptando muitas vezes comportamentos terroristas. A esquerda não é originalmente extremista, sendo que na história só recorre à violência ocasionalmente, pois sempre se deteve do medo de prejudicar a sua própria causa, após o recurso a este tipo de métodos. No entanto, são ainda mais comuns os exemplos da esquerda reacionária do que os de direita (ibidem). Serão enunciados alguns exemplos de seguida.

As FARC foram criadas em 1964 na Colômbia como uma organização marxista rebelde. Era um grupo paramilitar com ideais comunistas, que apoiava o recém-criado Partido Pró- Soviético Comunista Colombiano e que portanto se opunha violentamente ao governo, de direita, no poder. As atividades desta organização incluíam raptos, roubos, assassinatos e outras táticas de guerrilha violentas, sendo que financiavam o seu movimento através do tráfico de droga. Em Itália (1969), surgiram as Brigadas Vermelhas, o grupo terrorista mais ativo na Europa neste período. Era um movimento revolucionário marxista que

³⁴ Os acontecimentos de 1848 marcaram um conjunto de revoluções na Europa Central e Oriental, que eclodiram devido à crise financeira, aos regimes autocráticos e à falha, por parte dos sistemas monárquicos, em implementar reformas políticas e económicas bem-sucedidas.

³⁵ O anarquismo é um movimento filosófico de esquerda, que serve como uma das bases ideológicas para a ascensão social da Europa do século XIX, que representava um período em que a inquietação civil e o conflito de classes varreram o continente, culminando nas revoluções de 1848. Criado por filósofos russos, o anarquismo apoiava a destruição do estado, uma descentralização radical do poder, o ateísmo e o individualismo” (Martin, 2013).

³⁶ O marxismo, fundado por *Karl Marx* (criador do partido comunista juntamente com *Friedrich Engels*) é um movimento ideologista, filosófico, político, económico, e mais tarde cultural (com *Lenine*), que servia a causa do proletariado, mantendo uma ordem social justa e igualitária. O motor da luta pelo poder da construção do Estado proletário, será o partido ao qual pertence a representação dos interesses da maioria, que é proletária mas não tem consciência da classe à qual efetivamente pertence (Moreira, 2014).

pretendia instaurar um clima revolucionário, através de terrorismo urbano³⁷. Recorriam a técnicas como rapto, tiroteios, ataques bombistas e outros crimes violentos. Ao longo do seu período de atividade, que cessou em 1990, realizaram mais de catorze mil ataques terroristas, que incluíram ainda ataques a líderes do governo (ibidem).

Na Alemanha, no período da cortina de ferro, que dividia o bloco Oeste democrático capitalista, do bloco Este totalitário comunista, surge a Fação do Exército Vermelho - RAF (Gang *Baader – Meinhof*), um grupo terrorista marxista, em 1970. Este grupo, com ideologias políticas, executava assaltos a bancos, raptos, assassinatos, ataques bomba, entre outros crimes. Esta organização tinha ligações com células terroristas palestinianas, recebendo parte do seu treino no Médio Oriente. Estabeleceram ligações com a Frente Popular Marxista de Libertação da Palestina, assentes no fato de partilharem ideais políticos comuns, como o reconhecimento de que o sistema do Oeste e o Estado de Israel seriam inimigos comuns. A RAF considerava-se a vanguardista dos explorados e dos oprimidos países do Terceiro Mundo, afirmando que o terrorismo era a única via para atingir os seus objetivos (ibidem).

Por fim, na Irlanda do Norte, surge na década de 70, o Exército Irlandês de Libertação Nacional (INLA), que mais tarde evolui para o atual IRA (Exército Republicano Irlandês). Esta organização terrorista nacionalista baseava-se em ideais socialistas marxistas e combatia com o objetivo de reunificar a Irlanda do Norte à Irlanda, adotando técnicas extremamente violentas para alcançar os seus objetivos. Ainda na Irlanda do Norte, na década de 60, é criada a organização terrorista Provos (Exército Republicano Irlandês Provisório), que embora com ideais políticos marxistas, era um grupo católico extremista que se especializava em combater as comunidades protestantes. Face ao exposto, poderemos destacar igualmente na corrente esquerdista, uma motivação religiosa na obtenção de um primordial objetivo político (ibidem).

Por último, o terrorismo *single issue*, ou de reivindicação única, o qual abrange organizações ou grupos que incluem os movimentos antiaborto ou, por exemplo, contra alimentos geneticamente modificados (ibidem).

³⁷ Atos de violência ou extremistas, perpetuados por indivíduos, grupos ou organizações terroristas, cuja área de atuação se concentra em zonas metropolitanas, com maior concentração demográfica.

Regressando ao debate, no mundo literário, sobre os parâmetros a utilizar na análise ao terrorismo, surgem ainda as dicotomias entre terrorismo doméstico e internacional/transnacional, e entre o conceito de velho e novo terrorismo.

O terrorismo internacional é aquele em que, normalmente, *“tanto a cidadania dos terroristas como a do alvo não coincidem com o Estado onde o ataque tem lugar”*. Citando *Andrew Phillips (2010)*, através de *Duque (2016)*, o terrorismo assume o carácter internacional em *“termos de meios, objetivos e alvos e pode beneficiar do apoio estatal nas mais diversas formas, como, por exemplo, apoio financeiro ou logístico e permissão para os terroristas se refugiarem no território de um dado Estado”*. O terrorismo internacional tem alcance global, através dos avanços nos meios de comunicação e nos transportes, e ainda devido ao incremento e *“rapidez dos fluxos de pessoas, capitais, bens, e informação”* em todo o planeta (*Duque, 2016, p.137*).

Face ao exposto, um dos melhores exemplos seja talvez o terrorismo religioso da atualidade, que tem já um alcance à escala global. Outro exemplo seria o grupo terrorista atrás mencionado, a RAF, que operava na Alemanha mas recebia parte do treino no Médio Oriente. Em contraste apresenta-se o terrorismo doméstico, que é definido pelo FBI ³⁸ como *“estando limitado a uma região ou país, atingindo as suas estruturas ou populações* (*ibidem, p.137*).

Assim, podem apresentar-se como exemplos de terrorismo doméstico, o terrorismo do tipo estatal (exercido pelo governo ou líder de um determinado estado, sobre a população) e ainda muitos dos exemplos de terrorismo anárquico/esquerda e de direita que foram apresentados (que se incluem no terrorismo subestatal).

Por fim, resta explorar a dicotomia entre *“novo e velho terrorismo”*, que se baseia no fundamento de que uma nova forma de terrorismo tem vindo a destacar-se desde o 11 de Setembro de 2001. Tendo em conta as características divisoras desta distinção, o velho terrorismo era, sobretudo, *“secular nas suas motivações e objetivos”*. Em oposição, o *“novo terrorismo apoia-se na religião, principalmente no Islão, onde a al-Qaeda³⁹”* inicialmente se destaca como o grupo principal. Os novos terroristas caracterizam-se por recorrer ao uso

³⁸ *Federal Bureau of Investigation (FBI)*.

³⁹ Organização terrorista abordada no próximo subcapítulo.

irracional e *“indiscriminado da violência”* de modo a provocar o maior número de vítimas possível, especialmente entre os civis, contrastando com os velhos terroristas que *“pendiam para alvos selecionados”* e, normalmente, para forças de segurança ou militares estatais, bem como membros da esfera política, de forma a não causar muitas vítimas *“e evitar, assim, a condenação por parte da opinião pública”*. A vaga violenta que caracteriza o novo terrorismo levanta preocupações lógicas, pela probabilidade de estes quererem recorrer à *“aquisição e uso de armas de destruição maciça (incluindo armas nucleares, biológicas, químicas e radiológicas) ”* para exponenciar os danos dos seus ataques. Os novos terroristas são indiferentes às consequências pessoais das suas missões, podendo até recorrer a *“ataques suicidas”*, ao contrário dos velhos terroristas *“que evitam ser capturados”*. O novo terrorismo caracteriza-se também pela sua capacidade em manter uma presença internacional, pois muitos dos grupos terroristas desta vaga conseguem criar células em todo o mundo. Muitas destas células têm ligações estratégicas a organizações regionais, tal como acontece com a al-Qaeda, que consegue reunir afiliados e seguidores globalmente, que partilhem um inimigo ou objetivo comum. Este tipo de terrorismo mais moderno *“distingue-se na estrutura organizacional mais horizontal e menos hierarquizada do que a do velho terrorismo, porque se encontra pulverizada em células e é facilitada pela inovação e sofisticação das telecomunicações”* (Duque, 2016, p.138).

Surge assim o conceito de célula terrorista, uma rede organizacional moderna e descentralizada, que pode guiar a direção do respetivo movimento mas que tem um reduzido comando e controlo sobre unidades operacionais. Estas unidades operacionais são normalmente células autónomas ou semi-autónomas que atuam independentemente, e que estão muitas vezes adormecidas durante um determinado período de tempo em solo estrangeiro. O benefício deste tipo de estrutura, é o facto de que caso uma célula seja eliminada, ou caso os seus elementos sejam capturados, isso terá pouco impacto nas restantes células independentes (Martin, 2013).

Outro exemplo a destacar dos perigos modernos do terrorismo remonta a 2011, quando o norueguês *Anders Breivik*, assassinou oitenta pessoas numa ilha perto de Oslo. Este terrorista era um ideólogo da extrema-direita em desenvolvimento, tendo atuado sozinho, contribuindo assim para o fenómeno

dos “lobos solitários”⁴⁰. Os lobos solitários são indivíduos que agem sozinhos, sendo que, neste caso, o ataque levado a cabo por *Breivik* foi fundamentado em ideais de direita, no entanto ele não atuou em representação ou na defesa de um determinado grupo de extrema-direita. Desta forma, este exemplo da história demonstra que o terrorismo solitário é uma ameaça igualmente preocupante pela sua potencialidade em causar consideráveis baixas humanas, e com menor eficiência na sua respetiva atenuação.

No entanto, a distinção entre velho e novo terrorismo não é muito consensual no seio da comunidade académica, já que muitos preferem o ponto de vista de que o terrorismo simplesmente evolui, visto que vários dos exemplos da atualidade podem ser pontualmente encontrados ao longo da história do fenómeno global do terrorismo.

Ao longo do capítulo têm sido enunciados vários exemplos daquilo que também pode ser considerado como terrorismo dissidente. Este, poderá incluir-se na corrente etnonacionalista/separatista reconhecida pela Europol.

Este modo de abordagem ao terrorismo, no que diz respeito aos motivos e comportamentos dos grupos terroristas, pode ser avaliado em três vertentes. A primeira, o terrorismo revolucionário, explicita que o objetivo dos terroristas é de destruir um sistema e organização já existentes, através de conflito armado, e de reconstruir uma sociedade melhor e mais justa, que pode envolver princípios ideológicos, religiosos ou até aspirações político/nacionalistas. A segunda, o niilismo, era um movimento filosófico russo, criado por estudantes que acreditavam que só a verdade científica absoluta poderia salvar o país da ignorância. Acreditavam que a religião, o nacionalismo, e os valores tradicionais como a família eram fontes de ignorância. O objetivo primário dos niilistas é de destruir ou derrubar o poder em vigência, sendo que a construção de uma nova sociedade organizada e justa é apenas um plano secundário ou até inexistente. Por fim, o terrorismo dissidente nacionalista, defende as ambições de grupos de pessoas, que se distinguem pela sua herança cultural, religiosa, étnica ou racial.

⁴⁰ O fenómeno do lobo solitário, refere-se aos indivíduos que se identificam, intelectual ou ideologicamente, com causas extremistas. No entanto atuam individualmente, sendo que podem operar por iniciativa própria ou a mando de organizações terroristas. É o caso do britânico *Richard C.Reid* que tentou, sem sucesso, explodir-se dentro de um avião americano (em 2001), alegando posteriormente ser um aceso seguidor da al-Qaeda, não estando no entanto a seguir ordens (Martin,2013).

Embora muitas fações nacionalistas dissidentes incorporem agendas ideológicas ou religiosas, a componente nuclear da sua revolta é a sua identidade etnonacional ou política. Podem incluir-se praticamente todos os exemplos da história, que já foram mencionados neste capítulo, neste modo de abordagem ao terrorismo. No entanto, poderão ainda ser adicionados outros exemplos, tais como: no caso do terrorismo revolucionário, a revolução cubana, nos anos 50, liderada por *Fidel Castro* e *Che Guevara* (ideólogos marxistas), em que se conseguiu através da guerrilha e de alguns episódios de terrorismo urbano, derrubar o governo no poder; e no caso niilismo, temos o exemplo já mencionado do grupo *People's Will* na Rússia. No caso do terrorismo dissidente nacionalista podem destacar-se dois exemplos: o dos curdos, através do grupo *Kurdistan Workers's Party* (PKK) que se distinguem por ser um grupo nacionalista com uma cultura, etnia e identidade religiosa diferentes dos países que os rodeiam, e que, como tal, pretendem uma autonomia nacional, independência e reconhecimento dos seguintes Estados: Irão, Turquia, Iraque e Síria; e por fim, o exemplo da ETA (*Euskadi ta Askatasuna*), um grupo dissidente subestatal, em Espanha (Martin, 2013).

Citando *Rappoport* (2012), através de Duque (2016), podem destacar-se “*quatro vagas do terrorismo (moderno), isto é, quatro fases distintas de atividades terroristas durante um dado período de tempo*”. Todas as vagas a seguir enunciadas demonstram uma característica comum no que concerne à sua internacionalização, ou seja, à influência, numa escala transnacional, que os seus ideais geram noutros países do mundo, representados por movimentos similares que aí ocorrem (Duque, 2016, p.141).

A primeira vaga é a anarquista (exemplificada anteriormente). A segunda vaga, é a anticolonial, “*que consistiu na luta pela autodeterminação de territórios até então sujeitos a poderes estrangeiros*”. Depois das duas grandes Guerras Mundiais, tanto os países derrotados como os vencidos viram-se obrigados a abandonar os seus impérios coloniais. Isto deveu-se não só aos tratados de paz assinados naquele período, mas também devido à instalação de um mundo bipolar, consagrado pelas duas superpotências nos pós 1945 (EUA E URSS), e ainda “*porque a vaga do terrorismo anticolonial instigou a luta armada dos povos autóctones contra os poderes coloniais*”. No contexto do financiamento terrorista, “*a segunda vaga diferenciou-se em relação à primeira vaga (onde era popular o*

assalto a bancos) e baseou-se nos contributos financeiros da diáspora” (ibidem, p.141).

Surge ainda a vaga da nova esquerda, que se concentrou na Europa Ocidental nos decénios de 60 e 70 do século XX, “*desencadeada pela Guerra do Vietname*”. As organizações terroristas desta vaga tiveram uma maioritária influência tática de grupos palestinianos, bem como uma “*inspiração ideológica comunista*”, alicerçada na esperança de expulsar a influência americana da Europa Ocidental, e na vontade de “*derrubar o sistema capitalista*”. Incluem-se, nesta vaga, os já referidos grupos das Brigadas Vermelhas (em Itália), e ainda outras organizações onde é importante destacar o papel importantes das mulheres, inclusive como líderes de grupos, como é o caso de “*Ulrike Meinhof na Fração do Exército Vermelho, de Fusako Shifenobu no Exército Vermelho Japonês, ou ainda Leila Khaled na Frente Popular para a Libertação da Palestina*”. Todos estes grupos assumiram-se como vanguardas das massas do terceiro mundo, sendo que recebiam apoio moral, treino e armas soviéticas (ibidem, p.142). Por fim, a quarta e última vaga (a religiosa) será posteriormente analisada.

Iniciou-se primeiramente neste capítulo uma abordagem aos parâmetros ou ao modo de análise do fenómeno do terrorismo. Enunciaram-se, também, as diferentes vagas de terrorismo reconhecidas ao longo da história, e percebeu-se que existe uma estreita ligação, entre o passado e o presente, no que diz respeito aos ideais e motivações filosóficas, religiosas, etnonacionalistas e raciais que movem os comportamentos extremistas. Deverá destacar-se, também, que, embora o terrorismo possa aparecer em correntes de direita, esquerda, com ideais religiosos ou separatistas, ou ainda de forma individual, podem encontrar-se pontuais motivações religiosas em grupos maioritariamente movidos por ideais políticos, da mesma forma que o contrário também já aconteceu. Assim, diferenciam-se os diferentes grupos terroristas pela sua nuclear e maioritária motivação, e não por outros ideais que, embora possam influenciar os diferentes movimentos, não são o ponto fulcral dos mesmos.

De seguida, analisar-se-ão os diferentes comportamentos violentos, registados ao longo da história mundial, estabelecendo um elo de ligação para a componente de matriz islâmica do terrorismo.

3.1 Origem e Crescimento do Fenómeno do Terrorismo

Na Antiguidade, casos e histórias de repressão estatal bem como de violência política eram comuns. Muitos escritores desse tempo usam a expressão ‘tiranocídio’ (a morte de tiranos), afirmando que este ato era um bem público que agradaria aos deuses. Exemplo disso estabelece-se aquando do assassinato do tirano *Hipparchus*, por parte de *Aristogeiton* e *Harmodius*⁴¹, tendo estes depois sido executados publicamente. Os conquistadores daquele período recorriam regularmente a medidas extremas, como a aniquilação de populações inteiras depois de conquistadas, ou então forçando-as a exilarem-se. Segue-se o exemplo do episódio de Babilónia⁴², em 598 e 587 A.C., onde toda a população judaica foi obrigada a exilar-se depois da conquista do reino da Judeia⁴³ por parte deste. Um pouco mais tarde, em 399 A.C., na Grécia antiga, as autoridades de Atenas condenaram o grande filósofo Sócrates à morte, por alegadamente corromper a população jovem do Estado e por interferir em assuntos religiosos (Martin, 2013).

Durante o Império Romano, o mundo político estava recheado de episódios de demonstração de poder, que podem ser associados como os primórdios daquilo que já mencionámos como terrorismo estatal. A crucificação era usada muito regularmente como um método público de execução em Roma. A guerra era levada de maneira similarmente violenta, tal como nos demonstra a história, aquando da eliminação (em 106 A.C.) da Nação Dácia (a Roménia moderna), em que a população foi totalmente escravizada e muitos dácios morreram nos famosos jogos das arenas romanas. Noutros territórios conquistados, ocorriam recorrentemente episódios semelhantes de terror, sempre na tentativa de impor a lei romana, com o objetivo de demonstrar que não haveria qualquer misericórdia para quem não cumprisse com a vontade de Roma. Outro acontecimento muito comum na era romana, era o regicídio (o

⁴¹ *Aristogeiton* e *Harmodius* eram dois gregos da antiga Atenas (Grécia). Ficaram conhecidos como símbolo da democracia grega, ao assassinarem o tirano *Hipparchus*, que assumiu o poder pelo uso da força, sem qualquer meio de seleção ou escolha.

⁴² Cidade da antiga Mesopotâmia, perto do rio Eufrates, naquele que é atualmente o estado do Iraque.

⁴³ O reino da Judeia, cuja capital era Jerusalém, perdurou na história, ocupando parte daquele que é hoje conhecido como o Estado de Israel.

assassinato de reis), em que, por exemplo, o assassinato de Júlio César⁴⁴ (em 44 A.C.) pelos seus rivais no senado, surge como demonstração deste facto. Da mesma forma, vários outros imperadores foram assassinados, ao longo da história do Império Romano (ibidem).

No entanto, talvez se possam estabelecer no Médio Oriente as primeiras raízes dos fenómenos que hoje se conhecem como violência ou extremismo. Usavam-se, naquele período, aquilo a que os analistas chamam de táticas terroristas. Posteriormente à já mencionada ocupação romana da Judeia, houve uma rebelião por parte da comunidade judia (66-73 D.C.), em que uma facção específica dessa rebelião, os sicários⁴⁵, atacaram não só romanos como membros da própria comunidade. Eram mestres da guerra do tipo guerrilha, sendo que pertenciam a um grupo conhecido por zelotes⁴⁶, que se opuseram à ocupação romana da Palestina. Os sicários zelotes foram responsáveis por defender uma fortificação em Israel, durante 3 anos, onde após a sua derrota frente aos romanos, preferiram o suicídio à rendição (ibidem).

Alguns séculos mais tarde (em 1124), na Idade Média, a Ordem dos Assassinos⁴⁷ (ou Irmandade dos Assassinos), era uma comunidade secreta criada para defender a sua interpretação da fé. Esta é uma das primordiais versões do terrorismo religioso que será analisado no próximo subcapítulo (ibidem).

No remanescente período da Idade Média (século XIII- século XVIII), a tradicional guerra medieval era precursora de comportamentos e métodos algo brutais. No entanto, o prelúdio do terrorismo moderno, em que dissidentes motivados por um ideal político, tentavam mudar uma ordem ou uma repressão estatal existente, era pouco comum. As guerras da época medieval eram essencialmente alimentadas por intolerância religiosa, ou por discordância política entre os reis e os *lords* feudais. É apenas no surgimento da realidade

⁴⁴ Júlio César foi um preponderante líder político/militar romano, tendo assumido o poder do Império romano, entre 49 e 45 A.C., que culminou no seu assassinato em 45 A.C.

⁴⁵ Eram chamados de sicários pois usavam punhais pequenos e curvos como armas (“sica” significa pequeno) (Martin, 2013).

⁴⁶ Zelote é alguém que zela pelo nome de Deus.

⁴⁷ A palavra “assassino” deriva da palavra haxixe, uma droga que os membros desta ordem consumiam antes de cometerem atos de violência (Martin, 2013).

moderna de “Estado/Nação” (século XVII) que os conflitos sofreram uma transformação, passando do conceito de “guerra aberta”, para aquilo que atualmente se conhece como insurgência⁴⁸, guerrilha e terrorismo (ibidem).

Durante a Revolução francesa, o conceito de terrorismo estava associado ao vigente Reino de Terror (1793-1794). Liderou durante este período o governo radical jacobino, assumindo-se como um bom exemplo de terrorismo estatal, levado a cabo para atingir objetivos apoiados em ideais revolucionários. Durante este período de terror, milhares de opositores à ditadura jacobina foram presos e julgados perante um tribunal revolucionário, sendo que, após considerados inimigos do governo, eram decapitados por um moderno instrumento de execução: a guilhotina (Martin, 2013). A Junta de Salvação pública, liderada por Robespierre, punha então em prática os seus ideais instaurando este clima de terror. Estima-se que cerca de quarenta mil pessoas tenham sido executadas, e duzentos mil prisioneiros de estado tenham morrido à fome ou por doença nas prisões francesas (ibidem).

No século XIX, antes de se entrar naquela que é considerada por alguns autores da comunidade académica, como a era moderna do terrorismo, podem destacar-se ainda dois exemplos, considerados como terrorismo de esquerda. O primeiro é referente aos Luditas, operários ingleses que, durante a Revolução Industrial, sabotavam e destruíam as máquinas industriais pois acreditavam que estas lhes iriam retirar o emprego. Como tal, foram criadas punições pesadas para este crime, inclusive pena de morte. No final do século XIX, o grupo *People’s Will* na Rússia foi criado por estudantes universitários que estavam profundamente insatisfeitos com o regime imposto pelo Czar russo. Acreditavam ser um grupo com conhecimentos muito acima da média e pretendiam fazer desacreditar o regime, expondo as suas fraquezas, perante uma população que maioritariamente não tinha uma educação académica. Ou seja, pretendiam persuadir as massas, através do seu conhecimento científico-tecnológico (niilismo⁴⁹), de que o regime em vigência era débil. Iniciaram uma série de

⁴⁸ O terrorismo insurgente, tem sido definido como a violência levada a cabo por grupos privados, contra autoridades públicas, que têm como objetivo provocar mudanças políticas radicais (Martin, 2013).

⁴⁹ O niilismo era um movimento filosófico russo, criado por estudantes que acreditavam que só a verdade científica absoluta poderia salvar o país da ignorância. Acreditavam que a religião, o nacionalismo, e os valores tradicionais como a família eram fontes de ignorância. O objetivo

ataques terroristas, que incluíam tiroteios e ataques bombistas, contra líderes do governo, tendo sido bem-sucedidos no assassinato do Czar Alexander II, em 1881 (ibidem).

Durante o século XX, na nova era do terrorismo, são inúmeros os episódios de violência e extremismo, apoiados nos mais variados ideais, filosofias, políticas, crenças religiosas, etnia e raça.

Neste século, aos exemplos de terrorismo de estado maioritariamente mencionados na parte introdutória deste capítulo, podem adicionar-se ainda: os casos de purga na União Soviética de Estaline, nos anos de 1930; os julgamentos em tribunais revolucionários na China revolucionária⁵⁰ (em 1950), onde os arguidos eram humilhados publicamente e obrigados a confessarem; e por fim a existência dos *Komiteh* (um comité de pessoas ad hoc), no Irão revolucionário⁵¹ (ibidem).

Tendo feito uma análise sintética à evolução do terrorismo ao longo da história, mencionando os variadíssimos episódios extremistas e de violência, será agora analisada a ponte de ligação com o terrorismo mais extremista da atualidade, o terrorismo religioso islâmico.

Face ao exposto, foram apresentados vários exemplos demonstrativos, da violência e do extremismo que estão associados ao terrorismo ao longo da história, seja em que forma ele se apresentar, e tentou introduzir-se também a ideia de que, apesar de bastante antigo, ele continua a existir, materializando-se num constante processo evolutivo que continua nos dias de hoje. Muitos dos episódios violentos da história, rodeiam-se de um cariz religioso, que será de seguida analisado.

primário dos niilistas é de destruir ou derrubar o poder em vigência, sendo que a construção de uma nova sociedade organizada e justa é apenas um plano secundário ou até inexistente (Martin,2013).

⁵⁰ A revolução Chinesa foi liderada por *Mao Tsé-Tung*, um político, teórico e líder comunista que surge como o arquiteto da República Popular da China e que governou o país entre 1949 e 1976. Calcula-se que a purga política de Mao tenha levado à morte de cerca de 50 milhões de pessoas, desde a fome severa ao suicídio em massa.

⁵¹ A revolução iraniana transformou o país, de uma monarquia autocrática pró-ocidente, numa república islâmica teocrática, que se opunha à ocidentalização do Irão, em 1979.

3.2 Introdução ao Terrorismo de Matriz Islâmica

Após uma análise generalizada do terrorismo, resta agora introduzir a componente islâmica, ou numa esfera mais geral, a componente ou vaga religiosa, que tem acompanhado os alicerces da história e atualidade mundiais. São vários os exemplos já mencionados anteriormente, pelo que neste subcapítulo delinear-se-á o contexto extremista e violento em que especificamente se inserem.

O terrorismo em nome da religião tem-se tornado o modelo predominante de violência política no mundo moderno. Não se quer com isto dizer que outras formas de extremismo como o nacionalista ou o ideológico se tenham extinguido, muito pelo contrário, no entanto, o extremismo religioso está no centro da esfera de preocupação da comunidade internacional (Martin, 2013).

Na era moderna, o terrorismo religioso tem aumentado em frequência, escala de violência, e alcance global. Simultaneamente tem ocorrido um ligeiro decréscimo do terrorismo secular (não religioso). Os antigos ideais de conflito de classes, libertação anticolonial, e nacionalismo secular têm sido subvalorizadas em relação às ideologias sectárias (religiosas). O terrorismo religioso tem origem num conjunto de contextos culturais, nacionais e históricos. Ao contrário do terrorismo secular, que tem normalmente uma lógica e racionalidade inerentes, o religioso é frequentemente expressão de uma fé inquestionável, direcionada num propósito sobrenatural. Como motivação primária, a religião está no núcleo da agenda política, social e revolucionária de um grupo extremista, ou seja, a crença num sistema religioso é a força motriz dos mesmos. Existem exemplos deste tipo de perfil por todo o Médio Oriente, em jihadistas fundamentalistas islâmicos, na Índia com os hindus extremistas, e nos EUA com os violentos cristãos contra a política do aborto. Como motivação secundária, a religião surge como uma aspeto de identidade e agenda do grupo. Para muitos movimentos etnonacionalistas e revolucionários, a independência nacional ou outras formas de autonomia justificam o recurso à violência. Deste modo, o enraizamento religioso é importante porque retrata a sua nacionalidade ou identidade étnica, no entanto, o derradeiro objetivo é a ideologia secular. Um exemplo, já mencionado, é o do grupo IRA na Irlanda Norte, em que os seus membros eram profundamente católicos, mas os seus objetivos eram principalmente políticos

(expulsar o governo com forte influência britânica). Outro exemplo é o da Palestina pré-independente, na revolta terrorista de grupos judeus, contra a ocupação britânica do país (ibidem).

No que diz respeito ao terrorismo religioso, especificamente o terrorismo fundamentalista islâmico, existe uma grande falta de uniformização nos países ocidentais, em relação às origens culturais e históricas da interpretação radicalista do Islão. Parte dessa uniformização envolve, primeiro, eliminar o senso comum de que o conceito de “Guerra sagrada” é um princípio inerente à fé islâmica e, o segundo, de que os muçulmanos estão globalmente unidos no apoio à jihad⁵². A maioria dos muçulmanos, até mesmo os mais fundamentalistas, não é terrorista, sendo que na maioria das vezes são as maioritárias vítimas dos ataques extremistas (ibidem).

O terrorismo religioso atual, no qual se inclui o de matriz islâmica, remonta talvez à Antiguidade Judaico-Cristã. Nesta época já se cometiam atrocidades em nome da fé, tal como assassinatos e a total aniquilação de Nações inimigas em nome dessa mesma fé. Uma dessas campanhas foi o relato bíblico da conquista de Canaan (terra prometida) por parte de *Joshua*, um líder hebraico. A nação hebraica regressou e conquistou Canaan, tendo morto todos os habitantes. Desta forma, usou-se a fé para justificar a total aniquilação de uma população (ibidem).

O exílio dos Judeus da Babilônia (587-537) surge mais uma vez como um exemplo. Dispersos entre as populações estrangeiras, os habitantes da Judeia decidiram pôr por escrito as tradições religiosas, dando origem à organização da Bíblia como hoje é conhecida, e impedindo a dissimulação destes indivíduos pelo resto da população, tornando-se figuras de destaque (Stilwell, 2003).

Durante a Idade Média, a igreja cristã lançou cerca de 9 invasões em território islâmico, sendo a primeira em 1095. Estas invasões intituladas de Cruzadas eram levadas a cabo por cavaleiros, com o objetivo de recapturar as

⁵² A jihad significa literalmente “uma luta” ou “um esforço” sagrados, e não um conflito armado ou uma fanática guerra sagrada. Representa o dever dos muçulmanos em esforçar-se pessoalmente na direção de Deus. No Corão é apontado como o esforço interno em mudar os maus hábitos na comunidade islâmica, bem como do individual muçulmano. No fundamentalismo islâmico, é interpretado como um dever, o conduzir de uma guerra para defender a fé contra agressores. No entanto, é um conceito mais defensivo e não ofensivo. Aqueles que executam a jihad, os guerreiros sagrados, são denominados de *mujahideen*. Acreditam que sendo mártires, irão para o paraíso onde serão considerados inocentes e onde se poderão reunir com suas famílias para a eternidade (Martin, 2013).

terras sagradas ocupadas pelos desunidos muçulmanos. Nestas incursões, o Papa Urban II assegurava a promessa espiritual de que, combatendo e morrendo em nome da cruz de cristo, lhes garantiria um perdão total dos seus pecados, a salvação eterna e conseqüentemente um lugar no paraíso. Na primeira invasão, com a conquista de Jerusalém e Belém, em 1099, milhares de muçulmanos, judeus e cristãos ortodoxos foram massacrados após o combate. No entanto, nem todas as cruzadas foram combatidas em solo muçulmano. Na Grécia ortodoxa, as cruzadas tomaram posse de uma das mais poderosas cidades mundiais, Constantinopla (Centro do Império Bizantino), tendo vandalizado grande parte do seu património (Martin, 2013).

No século XI, surge a Ordem dos Assassinos, mencionada anteriormente. Esta ordem religiosa foi criada na Pérsia por *Hasan ibn al-Sabbah* (no século XI), que era um califa (líder religioso) da seita 'Ismaili' do Islão. Através desta seita, ele decidiu fundar uma ordem radical desta interpretação islâmica da fé. Estes assassinos eram treinados e depois espalhados por cidades da Pérsia (o Iraque moderno), Síria, e o Cruzado Cristão, onde assassinavam muçulmanos sunitas e cristãos, sendo que era muito comum levarem a cabo missões suicidas. Os membros da ordem eram especialistas na arte do disfarce e da discrição, sendo que executavam muitos dos seus ataques de surpresa, e faziam-no sempre em nome da fé, pelo que matar ou ser morto era igualmente bom, pois garantiriam um lugar no paraíso depois da morte. Nestas várias técnicas, baseadas numa fé islâmica radical, podemos facilmente estabelecer um elo de ligação para o terrorismo religioso da atualidade, sendo que embora a ordem tenha sido extinta em 1256, muita da sua influência filosófico/ psicológica islâmica mantém-se nos ideais das células terroristas de hoje (ibidem).

Entre os séculos XIII e XIX, na Índia, surge mais um exemplo de extremismo religioso. Os *Thuuggee*⁵³ eram um grupo hindu que veneravam a deusa Kali, e que para além de raptarem muitos viajantes, estrangulavam-nos, mutilavam-nos e mais tarde enterravam-nos, sendo que roubavam todas as suas posses como oferenda a Kali. Estima-se que tenham morto cerca de 20,000

⁵³ Grupo Hindu na Índia, cujo nome é originário de 'thag', que significa ladrão em hindu (Martin, 2013).

pessoas anualmente, pelo que dada a sua extensa existência ao longo dos séculos, resulte num número inimaginável de vítimas (ibidem).

O extremismo islâmico moderno, tal como o conhecemos, talvez tenha a sua principal origem na profunda mudança que moldou o mundo árabe no século XX. No entanto, para melhor se perceber as características que moldaram e que ainda hoje se fazem sentir no Médio Oriente, será feita uma breve síntese da evolução de interesses e da importância estratégica, comercial, económica, cultural e religiosa que personifica aquela controversa região do planeta.

A região do Médio Oriente era inicialmente vista como um simples e vasto deserto, sem grande contributo para os interesses das grandes potências da história mundial. No entanto, devido à sua posição geográfica, começou a destacar-se ao longo da história como uma importante zona estratégica e comercial (Freddy Eytan, 2017).

Para Napoleão Bonaparte, era uma zona militarmente estratégica pois, por exemplo, a Palestina, servia como excelente zona defensiva e ofensiva, mas era uma região que também permitia a defesa do Egito, e servia como zona de partida de combate no Iraque, Golfo Persa, Índia ou Turquia (ibidem).

O médio Oriente sempre se destacou como uma zona de conflito religioso, que ainda hoje se mantém como um dos principais fatores de destabilização naquela região. Muitas tribos sunitas⁵⁴ e xiitas⁵⁵ árabes foram dispersas por várias áreas sem a possibilidade de regressar para a sua estrutura social e familiar. A realidade étnica e cultural não era simplesmente tida em consideração

⁵⁴ Os Sunitas representam 85-90% da comunidade islâmica do mundo, afirmando-se mesmo como sendo a *'umma'* (comunidade islâmica). Os primeiros quatro califas descendentes do profeta, Maomé, eram intitulados de Califas Bem Guiados. Eram responsáveis pelos respetivos califados, aplicando a lei islâmica e protegendo a *'umma'*. Historicamente, os sunitas aceitam os quatro califas, inclusive o último, Ali, acusado de ser apóstata. Defendem o seu ideal, fundamentando que na história dos líderes do mundo islâmico, estes têm sido essencialmente líderes políticos e chefes de governos, e não líderes religiosos. Defendem também que nenhum líder religioso (*imã*) poderá reclamar autoridade sobre uma comunidade muçulmana, e que líderes que não façam parte do clero podem liderar as orações de uma comunidade (Martin, 2013).

⁵⁵ Os Xiitas representam 10-15% da comunidade muçulmana, estando presentes principalmente no Irão e em partes do Iraque e do Líbano. O xiita é aquele que defende que só um verdadeiro descendente do profeta deve assumir a liderança do califado e portanto ser proclamado califa. Rejeitam os primeiros três califas, afirmando que estes não são descendentes do profeta Maomé, aceitando apenas Ali (o quarto). Defendem que um imã pode ser tanto um líder religioso como político, e que este tem plena autoridade sobre uma comunidade muçulmana. O imã é considerado sempre como não pecador e é ele quem deve escolher o seu sucessor (Martin, 2013). Cf. Anexo A com a distribuição de xiitas e sunitas no mundo.

pelas potências intervenientes naquela zona do planeta. Napoleão desencadeou a Guerra da Crimeia (1853-1856), que se centrou na disputa de importantes locais sagrados, como Jerusalém (Palestina), entre as várias entidades cristãs presentes naquela região (ibidem).

Mais tarde, com a nacionalização do Canal do Suez⁵⁶ por parte do Egipto, e com o desenvolvimento do sistema ferroviário naquela região, cresceram as tensões entre as várias potências europeias no Médio Oriente (França, Inglaterra e Alemanha), que se objetivavam com diferentes interesses particulares (ibidem).

O século XX foi palco de diversas mudanças políticas no mundo árabe. A supremacia do Império Otomano⁵⁷ terminou com o final da 1ª Guerra Mundial (Martin, 2013). Este representava o último grande poder islâmico global. Surgiu uma oportunidade de afirmação por parte do povo árabe que tinha sido uma população bastante marginalizada no Império Otomano. O império era um estado multiétnico, baseando-se na lealdade para com a dinastia no poder, e não numa identidade nacional partilhada. Mesmo antes do colapso dos otomanos, os árabes já teriam começado a distinguir-se como um grupo nacionalista diferente, em vez de sujeitos do império. Abraçando o nacionalismo árabe, e com o suporte britânico de uma promessa de futura independência, os árabes revoltaram-se contra os otomanos, em plena 1ª Guerra Mundial. Em 1914, os otomanos teriam declarado a jihad, ou guerra santa, contra a Inglaterra e a França, que não foi no entanto suficiente para demover os árabes (Amirahmadi, 2017).

No entanto, os europeus não mantiveram as suas promessas e, através do acordo de *Sykes-Picot*⁵⁸ (1916), desenvolvido por França e Inglaterra, redesenharam o mapa do Médio Oriente, não reconhecendo a independência

⁵⁶ O canal do Suez é uma via artificial navegável, localizado no Egipto, entre o Mediterrâneo e o mar Vermelho. Foi inaugurado em 1869, e permite aos navios viajarem entre a Europa e a Ásia Meridional, sem ter de navegar em torno de África.

⁵⁷ O Império otomano foi fundado no final do século XIII por *Osman* (líder tribal). Era um império de domínio turco, que neutralizou o Império Romano do Oriente (Império Bizantino) com a conquista de Constantinopla. Colapsou em 1923 depois do final da I Guerra Mundial.

⁵⁸ O acordo de *Sykes-Picot* foi primeiramente elaborado em 1916, por França e Inglaterra, e depois atualizado em 1918. Consistia na divisão do Médio Oriente em duas esferas de influência: o sul seria britânico e o norte seria francês. A França recebeu a Síria, a Líbia e o Norte da Palestina, e a Inglaterra recebeu a Mesopotâmia (o deserto do Neguebe, a Transjordânia e o Iraque) (Freddy Eytan, 2017). Cf. Anexo B com mapa da divisão do acordo *Sykes-Picot*.

árabe, e acabando por maltratar os povos daquela região de forma ainda mais agravada que os otomanos. A região foi dividida em pequenos Estados, sem fronteiras bem definidas, e com cultura e geografia heterogéneas. Estes novos Estados iriam isolar famílias, dividir grupos étnicos e seitas religiosas, e redesenhar o mapa de recursos naturais da zona. Alguns poderes locais foram desmantelados, as economias tradicionais foram destruídas, algumas culturas foram demonizadas, e a política foi corrompida (ibidem).

A estes acontecimentos seguiu-se uma dominação europeia daquela região. Esta estaria a transformar as suas colónias em estados artificiais e em permanente conflito, sendo dominadas por ditadores escolhidos pelos europeus. Os mesmos inventaram configurações para as fronteiras que não tinham qualquer lógica geográfica/histórica, apenas interesse político. Os grupos ou tribos que ganharam controlo dos seus territórios aos europeus, garantiam que fariam tudo ao seu alcance para assim se manter. Os combates inter-étnicos, inter-estado e sectários que se assistem hoje, são produto direto da política europeia neste período, que perturbou claramente o desenvolvimento da cidadania e de uma sociedade civil no Médio Oriente (ibidem).

No entanto, a hegemonia europeia terminou com o final da 2ª Guerra Mundial, com a era anticolonial, e com o conseqüente enfraquecimento dos impérios coloniais. Novos Estados árabes e norte africanos foram inicialmente criados e governados primordialmente por monarcas ou civis que eram recorrentemente autoritários e despóticos. Uma série de golpes militares e outras alterações políticas levaram à era de governar mais atual. Estas várias fases tiveram uma forte influência no ativismo que decorreu no mundo árabe por intelectuais nacionalistas que, culminou, em 1940, com a afirmação do Estado de Israel como o principal símbolo do mundo ocidental no Médio Oriente (Martin, 2013).

Seguiu-se a guerra Árabe (entre 1950 e 1960) que dividiu o mundo árabe entre: monarquias árabes pró-ocidente como a Arabia Saudita, Jordânia, o Iraque pré-1958, entre outros; e os Estados socialistas islâmicos como o Egipto, Síria, Argélia, Líbia, Iémen, e o Iraque pós-1958. Com a Guerra Fria a dividir o Médio Oriente em dois, o petróleo começou a surgir como o principal recurso energético global, tornando as economias locais gradualmente dependentes da sua venda, e sempre sob a custódia das duas superpotências, EUA e URSS.

Vivia-se nesta altura um mundo bipolar, de dominação por parte destas duas superpotências, em que o petróleo originou uma profunda divisão de classes, entre uma minoria muito rica e uma maioria muito pobre. O petróleo levou também a aquisição de poderio militar e luxos exacerbados, e incrementou a corrupção e a ditadura na maioria dos estados mais fracos. O conflito Israelo-árabe⁵⁹, que se desenrolava neste período, levou a um aumento da intervenção externa e das tensões, geradas pela crise da guerra e dos refugiados (Amirahmadi, 2017).

A vaga de ativismo que caracterizou aquele período atravessou várias fases, nas quais se destacam: o nacionalismo anticolonial, em que árabes nacionalistas resistiam à presença administrativa e militar europeia; o nacionalismo pan-árabe (Nasserismo)⁶⁰, liderado pelo presidente *Gamel Abdel-Nasser*, que advogou a criação de uma única e dinâmica República Árabe Unida; e o radicalismo secular de esquerda, que era adotado para divulgar ou promover muitos dos ideais marxistas já mencionados, muitas vezes em oposição ao governo (Martin, 2013).

No entanto, estes movimentos extremistas seculares não surtiram a eficiência pretendida, com o insucesso de não conseguirem instaurar novas reformas políticas e económicas, bem como não conseguirem obter o respeito da comunidade internacional. Os nacionalistas árabes combatiam desde o final da 2ª Guerra Mundial para expulsar o domínio e influência ocidentais, sendo que os mais tradicionais começaram a interpretar essa mesma dominação como um atentado à cultura, tradição e valores muçulmanos (ibidem).

Os árabes e os muçulmanos tiveram várias derrotas militares, na tentativa de restabelecer a justiça, a liberdade e a independência que muitos dos estados opressores não perpetravam, perdendo muito território para o estado judeu

⁵⁹ O conflito Israelo-árabe foi um longo conflito que ocorreu no Médio Oriente, desde o final do século XIX. Tornou-se um assunto de importância desde o colapso do Império Otomano. Um dos fatores contributivos para as tensões originárias deste conflito foram a afirmação de Israel como Estado. As históricas divergências culturais, religiosas e étnicas que marcam aquela zona são, igualmente, fatores de agravamento nesse conflito, com a especial oposição da Palestina. Este conflito originou vários conflitos regionais ao longo do século XX.

⁶⁰ O Pan-arabismo é um movimento nacionalista, idealizado por *Nasser* (presidente do Egipto entre 1956 e 1970), que reforçava os laços políticos, económicos e militares do Egipto, com os restantes países árabes. Este movimento culminou na formação da República Árabe Unida, em 1958, juntamente com a Síria (Freddy Eytan, 2017).

(Israel), aumentando assim o sentimento de frustração e humilhação (Amirahmadi, 2017).

A comunidade muçulmana foi severamente acusada como incapaz em instaurar um sistema político, financeiro e uma sociedade minimamente desenvolvida que pudesse ser comparada ao mundo ocidental. Esta mesma comunidade, foi também humilhada pelos ditadores corruptos ou pessoas do poder, que instauraram economias injustas, desiguais e sempre em favorecimento de uma elite de pessoas poderosas. Com o auxílio das grandes potências mundiais, todos o tipo de movimentos árabes nacionalistas e de esquerda foram neutralizados, eliminando qualquer oposição do gênero (ibidem).

Alguns autores argumentam que um fator crucial do desenvolvimento do extremismo islâmico é precisamente “*a contestação de governos autocráticos no mundo muçulmano nos anos 70 e 80, que se aliaram aos EUA para garantir a sua sobrevivência política*”, contribuindo para a propagação do terrorismo jihadista (Duque, 2016, p. 142).

A Guerra dos Seis Dias⁶¹ em 1967, acabou com a derrota militar do Egito, Jordânia e Síria, acabando definitivamente com o pan-arabismo, e portanto, com qualquer eventual revolta secular extremista, mais comum até então (Amirahmadi, 2017).

Consequentemente começaram a surgir novos movimentos promotores do extremismo islâmico, que se sobrepuseram às anteriores correntes seculares. Estes movimentos, associados aos países que baseavam o seu sistema político na tradicional sharia⁶² ou lei islâmica, tornaram-nos muito populares. No entanto, a radicalização islâmica ocorreu de forma pouco uniforme. Nas civilizações pré-islâmicas, como o Irão, a Turquia e o Egito, o extremismo foi controlado, através da humilhação por parte dos regimes, a este tipo de ideal. O mesmo não aconteceu nos países sem civilizações pré-islâmicas, onde parte da comunidade

⁶¹ A Guerra dos Seis Dias, m 1967, foi um conflito armado que opôs Israel a um conjunto de países árabes, tais como: Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Árabia Saudita, Argélia e Sudão. O aumento das tensões entre as duas partes levou a que ambas mobilizassem tropas para a região do Sinai.

⁶² A sharia é a lei Islâmica, tal como proferida no Corão, o livro sagrado muçulmano.

procurou refúgio nos ensinamentos da atinga cultura e tradições islâmicas. Estes ensinamentos baseavam-se no fundamentalismo islâmico⁶³ (ibidem).

Podem indicar-se três acontecimentos que serviram como aceleradores do extremismo islâmico, e, por sua vez, na aplicação da jihad: “o início de um novo século islâmico (século XV), a Revolução Iraniana e a implementação de um regime teocrático islâmico, anti ocidente e revolucionário; e a invasão soviética do Afeganistão, com a subsequente jihad antissoviética⁶⁴” (Duque, 2016, p.142).

No ambiente pós- Guerra Fria (com a queda do ideal comunista), a contribuição para estes acontecimentos foi ainda maior, sendo que a adoção do Islão como um veículo de libertação tornou-se um processo lógico, especialmente tendo em conta todos os insucessos levados a cabo pelas correntes extremistas seculares. Deste modo, muitos intelectuais e nacionalistas extremistas muçulmanos começaram a adotar esta interpretação radicalista do Islão. Existem diferenças entre as interpretações de alguns líderes muçulmanos, tal como entre os sunitas e os xiitas. No entanto, o movimento islâmico tem ultrapassado a maioria das diferenças étnicas e culturais e é já um fenómeno global (Martin, 2013).

No dia 11 de Setembro de 2001, o extremismo e a violência deste terrorismo religioso atingiram talvez um dos seus expoentes máximos, quando membros da al-Qaeda “desviaram aviões comerciais para atingirem alvos simbólicos da economia, da política e da defesa dos EUA e, de um modo geral, do Ocidente”. A partir deste dia, a al-Qaeda passou a ser um dos tópicos prioritários das agendas políticas e da definição estratégica de vários países,

⁶³ O fundamentalismo islâmico é talvez melhor definido como o desejo de regressar à antiga era islâmica, em que a maior parte das outras regiões do mundo, incluindo a Europa, estavam em declínio. Nesta era, o mundo islâmico era caracterizado por um califado (cujo líder seria o califa), que atuaria como uma entidade religiosa com superioridade política, e contribuiria para avanços na filosofia e na ciência (Amirahmadi, 2017).

Esta corrente do Islão procura erradicar todas as formas de islamismo que não sigam uma interpretação exímia e literal do livro sagrado Corão. O fundamentalismo justifica o uso da violência como um meio de eliminar a corrupção, a degradação moral e o deturpo espiritual de uma nação (Martin, 2013).

⁶⁴ Em 1979, durante a invasão soviética do Afeganistão, surge o conceito de mujahideen. Desde essa data até à retirada da União Soviética em 1989, os guerreiros que combatiam as tropas soviéticas afirmavam estar a conduzir uma guerra sagrada. Voluntários muçulmanos de todo o mundo juntaram-se à causa dos afegãos, e isto serviu para sustentar o conceito ideológico moderno de jihad (Martin,2013).

tornando-se um dos temas de destaque na comunidade internacional (Duque, 2016, p.143).

Esta vaga religiosa, recentemente apelidada pela Europol de terrorismo jihadista, é portanto centrada no Islão e é, atualmente, a maior ameaça terrorista mundial. Tendo adquirido este vínculo de ameaça à escala global, é conveniente explicar parte da internacionalização da mesma, no que diz respeito às características do conflito armado que tanto torna o terrorismo jihadista um fenómeno difícil de combater.

O decréscimo, desde a Guerra Fria, dos conflitos entre Estados foi acompanhado por um aumento quase exponencial de conflitos intraestatais. Os conflitos armados dentro da zona limítrofe de um país, *“caracterizam-se por uma forte intensidade de combate, levando a violência (sobretudo contra não combatentes) a níveis e práticas pouco comuns até então, rompendo por completo as normas habituais de conduta em combate, típicas de forças armadas regulares”*. Passaram a existir táticas de guerra que visavam deliberadamente atentar a integridade física da população civil, através da prática de *“raptos, violações, tráfico de seres humanos e massacres*. No caso das células terroristas islâmicas mais atuais, os métodos utilizados surpreendem, pela missão de perpetrar muitos ataques que causem múltiplas vítimas através de ataques suicidas, atingindo indiscriminadamente muçulmanos e não muçulmanos, sem aviso e em qualquer local (Noivo, 2016, p.119).

Para além das consequências óbvias causadas diretamente no país do conflito, este tipo de práticas tende a provocar um impacto significativo na região circundante. As vagas de *“refugiados que procuram escapar aos combates geram problemas políticos nos Estados de acolhimento e, por outro lado, os países limítrofes àquele onde decorre o conflito são usados como rotas de abastecimento de apoio logístico e de armamento*. Face ao exposto, gera-se uma corrente divergente que tende a abranger outros países sem qualquer *“interesse nas causas originais do conflito”*, acabando por internacionalizar um conflito que era inicialmente intraestatal (ibidem, p.119).

A ocorrência de conflitos armados intraestatais deve-se *“à debilidade institucional dos Estados, cujo exemplo mais evidente são os comumente designados Estados Falhados”*. Por outras palavras, o problema dos conflitos intraestatais não se centra na população, pois não é por um Estado estar em

fase de transição que a mesma se torna mais “*beligerante*”. É a fragilidade ou até a falta de instituições que torna estes países mais vulneráveis à “*instabilidade e aos conflitos armados*”. As características destes conflitos e sua respetiva interpretação “*transformam a atualidade numa dicotomia norte-sul, distinguindo o norte – maioritariamente ocidental, estável e democrático – do sul – essencialmente africano, sul-americano e asiático-*”, sendo este último uma clara vítima do fenómeno da globalização, com acentuadas diferenças étnicas e culturais bem como desprovido de instituições políticas consistentes (ibidem, p.120-121).

O alcance do terrorismo de matriz islâmica é, perigosamente, mundial, sendo que se encontra em permanente adaptação e evolução face ao desenvolvimento tecnológico e social do planeta. Possui a invulgar capacidade de atrair seguidores um pouco por todo o mundo e, tal como já foi referido, constitui uma das principais preocupações da comunidade internacional, tendo originado uma panóplia enorme de planos de contra terrorismo. São vários os grupos/organizações dedicados a este tipo de extremismo religioso, tal como se verá de seguida.

3.3 Principais Células Terroristas Islâmicas em Estudo

Neste subcapítulo serão introduzidas alguns grupos/organizações terroristas que marcaram as últimas duas décadas e que caracterizam o fenómeno do terrorismo religioso (de matriz islâmica) da atualidade.

Quando os soviéticos invadiram o Afeganistão em 1979, houve um saudita, *Osama Bin Laden*, que se juntou aos milhares de afegãos não muçulmanos que viajavam para o Paquistão para executar a jihad. No entanto, a maior contribuição do mesmo foi a de solicitar contribuições materiais e financeiras, originárias da fortuna que herdou e que foi aumentando ao longo da sua vida. A jornada final da sua contribuição para o terrorismo de matriz islâmica internacional, ocorreu quando *Bin Laden* e milhares de outros veteranos da guerra contra a invasão soviética regressaram aos seus países, com o objetivo de prosseguir com a sua causa, em nome do Islão. Muitos destes seguidores de *Bin Laden* viriam a liderar dezenas de diferentes grupos terroristas espalhados pelo mundo e com algo em comum: um ideal fundamentalista islâmico, defensor do extremismo e da violência que se assiste na atualidade (Martin, 2013).

Pelas mãos de *Osama Bin Laden* e de *Abdullah Azzam*, nasce, em 1988, a al-Qaeda, que significa “a base” ou a “rede”. Tinha o objetivo de atrair muçulmanos sunitas dispostos a combater ao lado dos mujahideen para expulsar as forças militares soviéticas do Afeganistão (o que conseguiram). O grupo terrorista baseava a sua ideologia no tradicional “*fundamentalismo religioso islâmico*” desenvolvido por pensadores muçulmanos extremistas, dos quais se destaca *Sayidd Qtub*⁶⁵. A al-Qaeda iniciou uma campanha baseada em “*objetivos de curto e longo prazo*”. A prioridade seria expulsar as forças militares americanas e estrangeiras de “*terras sagradas do Islão, tais como a Arábia Saudita, bem como de outras regiões muçulmanas*”. Na sequência desse objetivo foi “*declarada a jihad aos EUA (também aos cidadão civis e militares) e aos seus aliados em qualquer parte do mundo*”. O grupo criticava igualmente os regimes corruptos muçulmanos, atribuindo a culpa à influência do ocidente e, como tal, planeava, não só, destituir a família real saudita do poder, de forma a restabelecer-se um tradicional regime islâmico, incorrupto (livre da aliança com os EUA), como também fazê-lo para os restantes regimes islâmicos que considerava corrompidos (Duque, 2016, p.143).

O objetivo mais distante da al-Qaeda incluía a “*criação do histórico califado pan-islâmico que abrangesse todos os países muçulmanos e onde a lei fosse a sharia*”. O alcance global da al-Qaeda é facilitado pela sua estruturação em células, que lhe permite ter ramificações espalhadas por vários países do mundo, aumentando a sua capacidade de “*adaptação às adversidades*”. A organização detém assim múltiplas frentes em várias zonas do planeta, dificultando o combate às suas atividades terroristas. A adaptação do grupo foi notória quando: “*Após ter sido forçada a mudar a sua base central no Afeganistão para as regiões fronteiriças do Paquistão, a rede jihadista fez uso intensivo da Internet como canal de propaganda; como meio de atrair e doutrinar novos recrutas; e como meio de fornecer aos seus seguidores informação sobre*

⁶⁵ *Sayidd Qtub* foi um importante pensador islâmico, ativista político, poeta, crítico literário e militante radical muçulmano. Era professor nos EUA e em 1950 regressou ao Egito sucedendo ao fundador da Irmandade Muçulmana, *Hasan al-Banna*, como líder da organização. Ele pretendia mudar a sociedade da base ao topo, impondo valores islâmicos em todos os aspetos da vida, através da aplicação rigorosa da sharia. Foi autor de oito obras doutrinárias sobre a sua perspetiva em relação ao Islão, que acabaram por lhe valer a condenação à morte, no Egito, em 1966 (Lopes, 2011).

a construção de bombas e outras orientações práticas para terroristas” (ibidem, p.144).

Deste modo, a al-Qaeda é uma rede que se distingue em vários aspetos entre os quais: o facto de não possuir território; não se guia pelas aspirações comuns de um grupo etnonacionalista; tem uma estrutura horizontal; não tem qualquer dependência estatal; tem aspirações políticas muito vagas; e tem uma perspetiva global totalmente religiosa (Martin, 2013).

Em 2014 o mundo tomou conhecimento de uma nova ameaça islâmica terrorista: o autoproclamado Estado Islâmico (aEI). São muitos os fatores que contribuíram para a ascensão do Daesh⁶⁶ (aEI), mas as “suas raízes remontam a 2003, com a invasão do Iraque”, e nas mãos do radicalista islâmico *al-Zarqawi*. Em 1989, *al-Zarqawi* aderiu ao movimento de “insurgência” a contra a fase final da “ocupação soviética do Afeganistão”. Combateu nalgumas disputas sectárias naqueles pais (no caos pós-soviético), pela tentativa de controlo do mesmo. Durante o seu percurso, conheceu um dos principais “arquitetos do salafismo⁶⁷ jihadista”, que o influenciou espiritualmente nas práticas que mais tarde viria a adotar. Com a invasão do Iraque, em 2003, por parte dos EUA, *al-Zarqawi* surge como principal líder da célula da al-Qaeda no Iraque⁶⁸ (Cf. Anexo C com mapa da distribuição das células da al-Qaeda), e portanto como aliado de *Bin Laden* no país (Stern; Berger, 2015, p.35-37).

O governo iraquiano de *Saddam Hussein* (do partido Baathista) era maioritariamente sunita, pelo que com o derrubar do regime após a invasão, dezenas de milhares de sunitas apoiados pelo governo, incluindo membros do

⁶⁶ O nome Daesh é a designação árabe dada ao autoproclamado Estado Islâmico.

⁶⁷ O salafismo é um “movimento flexivelmente organizado no seio do Islão sunita. É um apelo ao retorno às crenças, práticas, e sinceridade do Islão primordial, constituído pelas primeiras gerações de muçulmanos, conhecidas como *Salaf*”. Esta corrente ideológica é originária do trabalho do filósofo medieval *Ibn Taymiyyah* (m.1328) que defendia que o fim do califado naquela época se devia à “corrupção do Islão” e acreditava que voltar às crenças e práticas da comunidade muçulmana inicial, levaria a um “renascimento do mundo muçulmano”. Com a invasão soviética do Afeganistão nos anos 80, surgiu um ambiente propício para que alguns grupos mais radicais usassem a violência para solucionar os problemas da comunidade muçulmana. Os salafistas jihadistas têm igualmente uma preocupação com a corrupção do Islão e a opressão do mundo muçulmano, e consideram infiel todo o regime que não adotar uma interpretação estrita da sharia (Stern; Berger, 2015, p.302).

⁶⁸ A al-Qaeda possuía nesta altura células ou braços por todo o mundo, incluindo: no Iraque (AQI) que mais tarde se tornou no independente aEI; no Magreb Islâmico (AQMI) em 2007; em 2009, a al-Qaeda na Península Arábica, ou seja, no Líbano e na Arábia Saudita (APQA); um afiliado no subcontinente indiano e ainda a al-Qaeda na Síria (Stern; Berger, 2015).

exército, “foram afastados e condenados ao desemprego, deixando um grande número de iraquianos educados e experientes como potenciais recrutados para um movimento insurgente” que estava a nascer (Stern; Berger, 2015, p.41).

A invasão do Iraque serviu como um “para-raios para os jihadistas que até então não tinham conseguido atuar” devido ao regime repressivo sunita de *Saddam Hussein*. Muitos radicalistas islâmicos convergiram para o país para “combater as tropas americanas”, alimentados pelo ideal jihadista de que a América estava a ocupar a região do Médio Oriente, e que portanto necessitava de ser travada. Esta época foi efémera para o recrutamento de novos mujahideen que acreditavam piamente que o ideal fundamentalista islâmico que lhes fora inculcado se estava a verificar no terreno. Esta invasão serviu também como uma dádiva para a al-Qaeda que estava a desmoronar-se, “depois da sua base central no Afeganistão ter sido destruída pelos EUA” (ibidem, p.40).

O Iraque era há muito tempo assolado pelas históricas e sangrentas batalhas sectárias entre xiitas e sunitas. A maioria xiita foi largamente perseguida pelo regime sunita de *Saddam* enquanto este esteve no poder, pelo que com a invasão do Iraque e com a morte deste, e com a “posterior tentativa de instituir um sistema democrático no país, muitos xiitas foram levados para uma posição de poder político, enquanto muitos sunitas foram privados dos seus direitos” (ibidem, p.43).

Mais tarde, com um Iraque maioritariamente governado por xiitas, as condições no país agravaram-se de tal forma que o “líder da comunidade xiita do país, reconheceu que os sunitas tinham preocupações legítimas em relação à sua segurança, e que o governo precisava de ser mais inclusivo em relação às minorias árabes sunitas” (ibidem, p.54).

Em 2004, *al-Zarqawi* cria a AQI (al-Qaeda no Iraque), sob juramento (bayah) a *Bin Laden*. No entanto, embora fosse do interesse da al-Qaeda deter um afiliado nesta importante zona islâmica, Bin Laden não concordava com os métodos ultraviolentos e extremistas que *Zarqawi* utilizava na condução da jihad, para além de que não parecia dar prioridade à luta contra o ocidente (americanos). Auferia prioridade ao combate sectário contra os xiitas, perpetuados através de ataques extremamente sangrentos contra zonas sagradas, maioritariamente frequentadas por civis. Em 2006, *al-Zarqawi* acabaria por morrer num ataque aéreo executado pelos EUA. Mais tarde, uma

“coligação de jihadistas insurgentes, conhecida como Conselho Shura Mujahideen”, da qual fazia parte a AQL, “anunciava a formação de um Estado Islâmico do Iraque (ISI)”. O líder desta coligação era o “recém-nomeado al-Baghdadi”. O novo objetivo da organização era: “estabelecer uma autoridade islâmica ou emirado, depois desenvolvê-lo e apoiá-lo até alcançar o nível de um califado, sobre todo o território em que seja possível estender o seu poder no Iraque, ou seja, nas áreas árabes sunitas, para preencher o vazio surgido com a partida dos americanos, imediatamente após a sua saída e antes que forças não-islâmicas tentem preencher este vazio” (ibidem, p.49-50).

O novo líder terrorista, al Baghdadi, “esteve preso em Camp Bucca” (uma das prisões americanas no Iraque), em 2004. Um americano que trabalhou num destes centros de detenção, afirma que estas prisões “transformaram-se em autênticos centros de recrutamento e em campos de treino para os terroristas que os EUA estavam a combater”. Nesta prisão, graças à elevada educação académica islâmica de al-Baghdadi, este conseguiu reunir muitos seguidores, sendo que muitos deles eram militares sunitas do antigo governo, que estavam enfurecidos com a situação do país. Estes sunitas do antigo partido Baathista, tornaram-se uma parte extremamente importante do aEI, assumindo muitos cargos de liderança na organização (ibidem, p.57-59).

Em 2011, num país vizinho do Iraque, a Síria, cuja liderança era assumida por um regime altamente repressivo desde os anos 70, e onde a maioria da população jovem estava desempregada, inicia-se um período caótico e violento estimulado pela Primavera Árabe ⁶⁹. Deste modo, se os conflitos “sectários no Iraque ofereceram uma abertura para que o ISI se reagrupasse, a violência na

⁶⁹ A Primavera Árabe foi um conjunto de protestos anti governo, motins e rebelião armada que se espalharam pelo Médio Oriente no início de 2011. No entanto o sucesso e impacto destes protestos ainda são bastante discutidos na comunidade dos países árabes. Este movimento revolucionário iniciou-se na Tunísia no final de 2010 quando um homem se emulou causando um protesto em massa que deu origem à fuga do presidente da Tunísia do país, abandonando o poder. Isto estimulou os restantes protestos por todo o Médio Oriente e Norte de África, que se baseavam no descontentamento das populações para com os longos regimes opressivos e ditatoriais, pelo elevado desemprego, inflação, e corrupção dos sistemas políticos. Enquanto no Egipto e na Tunísia os motins foram bem-sucedidos (com os respetivos presidentes a abandonarem o poder), na Síria, um país multirreligioso aliado do Irão, os protestos não surtiram o mesmo resultado. Durante o ano de 2011, os protestos acabaram por chegar às principais metrópoles, e perante a resposta violenta do regime de Bashar Al-Assad surgiram um conjunto de grupos rebeldes armados que levaram o país para uma Guerra Civil. Os rebeldes são maioritariamente apoiados pela comunidade sunita e pela Arábia Saudita, enquanto a Rússia apoia o governo sírio (Manfreda, 2016).

Síria daria a al-Baghdadi o pretexto para se expandir". Vários grupos rebeldes seculares foram surgindo na Síria, e o líder do ISI enviou operacionais para estabelecerem um grupo radicalista islâmico no país. Surge o *Jabhat al-Nusra*, uma organização jihadista que funcionava inicialmente de forma independente, apoiada pelo ISI. Mais tarde, "*al- Baghdadi anunciou a fusão do ISI com o al-Nusra*", sem qualquer parecer por parte do líder desta última, estabelecendo o "*ISIL (Estado Islâmico do Iraque e do Levante)*" ou ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria)⁷⁰. Simultaneamente, o ISIL anunciou total independência à al-Qaeda (ibidem, p.63-65).

De forma a aumentar o seu poder e influência, o ISIS continuou a fazer alianças com várias "*tribos árabes sunitas no Iraque*", algumas delas tinham até lutado ao lado dos americanos, mas eram agora totalmente contra o regime em vigor. No verão de 2014, o "*ISIS apoderou-se e consolidou o controlo de Raqqa e Mossul*", estabelecendo estas cidades como capitais regionais na Síria e no Iraque⁷¹, respetivamente (ibidem, p.67).

Em Junho desse ano o ISIL dá um passo ousado, declarando que estava a "*reconstruir o califado, um império islâmico histórico com uma ampla ressonância entre a comunidade muçulmana, mas em especial entre os jihadistas salafitas*", que executavam a jihad na esperança de atingir esse fim. Deste modo, o "*emir do ISIL, al-Baghdadi, foi nomeado Califa Ibrahim*⁷²" do agora autoproclamado Estado Islâmico (ibidem, p.70).

Até à data, o idealismo da al-Qaeda tem sido muitas vezes niilista, enquanto o Daesh, embora com a sua tremenda capacidade de destruição, nutre-se com a vontade de reconstrução (ibidem).

O autoproclamado Estado Islâmico é em síntese um "*grupo milenarista, cujo objetivo é devolver o Islão*" a um ideal tradicional de integridade, com o

⁷⁰ O acrónimo ISIS significa, em inglês, na designação generalista dos meios de comunicação, o "Islamic State of Iraq and Syria". No entanto, o grupo designa-se a si mesmo, em árabe, como: *Al-Daulatul Islamiya fil Iraq wal-Shaam*, ou em inglês: Islamic State of Iraq and al-Sham". Em português, al-Sham significa o "Levante", que constitui uma região geográfica mal definida, mas que historicamente abrange essencialmente a Síria, o Líbano e a Palestina. Nos dias de hoje, essa área inclui também Israel e a Jordânia. Deste modo, o acrónimo ISIL (*Islamic State of Iraq and Levant*) também é usado (Siddiqi, 2014).

⁷¹ Cf. Anexo D com mapa da evolução, ao longo do tempo, do território ocupado pelo Daesh.

⁷² Nome muçulmano atribuído ao Califa.

objetivo final da criação de um califado global⁷³. Como se tem verificado nos últimos movimentos fundamentalistas de matriz islâmica, é uma organização de perspectiva moderna. Embora pretenda voltar a um passado de pureza e integridade na prática da sua religião, o aEI está a reinterpretá-la de “*uma forma inovadora e extremamente radical*”⁷⁴. A organização objetiva ainda eliminar, a nível global, “*todos os que discordam da sua ideologia*”. Muitos indivíduos por todo o mundo têm aderido a este grupo porque este representa para eles, uma força unificadora contra os *establishments* que lhes falharam e contra o Ocidente (ibidem, p.269).

O impacto internacional do aEI deve ser considerado como preocupante, pois inspira juramentos de lealdade a nível global, seguido de ataques em qualquer parte do mundo. Simultaneamente estabeleceu-se como um grupo ultraviolento, implacável, e bastante mais sectário⁷⁵ na sua ideologia (em relação aos grupos que o precederam), tornando-o o pináculo do extremismo violento da atualidade (ibidem).

⁷³ Cf. Anexo E com mapa da estratégia global do Daesh.

⁷⁴ O aEI “*governa através de uma estrutura de províncias, cada um com o seu próprio governador, ramificadas em governos locais, bem como uma série de unidades administrativas que imitam, em muitos aspetos, a típica burocracia governamental. A sua força militar é dominada por iraquianos enquanto as suas instituições civis são reguladas por funcionários estrangeiros*” (Stern; Berger, 2015, p.75)

⁷⁵ O Daesh prioriza o combate às minorias xiitas e a outras que o grupo considere não seguir a sua versão do Islão.

4. Caracterização do Fenómeno da Globalização

“A unidade é a variedade, e a variedade na unidade é a lei suprema do Universo.”

(Isaac Newton, n.d)

Neste capítulo será introduzida de forma mais aprofundada, a incontornável influência e contribuição da globalização para o objeto de estudo desta investigação.

O fenómeno da globalização rodeia-se de uma atualidade e pertinência indiscutíveis na compreensão das sociedades contemporâneas. É um fenómeno que torna todas as partes de uma sociedade interdependentes, num processo de constante comunicação e a caminho de uma linguagem social comum. No entanto, é igualmente um fenómeno em permanente evolução e nutrida por um conjunto de fatores em constante análise/estudo, tornando-a uma realidade difícil de investigar. A globalização é atualmente constituída por um conjunto de fatores do contexto social, embora *“o conceito pareça ter surgido originalmente associado ao mundo organizacional, sobretudo no domínio da estratégia empresarial e da internacionalização das grandes empresas multinacionais. Por isso, tende a ser tradicionalmente equacionado na vertente económica, financeira e tecnológica das sociedades”* (Balão, 2014, p.16).

A nível social, este fenómeno é usado para explicar a entrada de informação, aspetos culturais, bem como toda uma panóplia de produtos originários de um país, numa rede global que permite a todos estes elementos chegarem a um destinatário, se for preciso, do outro lado do planeta. Este processo é facilitado pela tecnologia, pelos modernos meios de comunicação da atualidade (*internet*), e por uma rede de empresas transnacionais que permitem que todos estes bens tenham um alcance à escala global. No âmbito económico, por seu lado, o conceito tem sido utilizado para designar *“o processo segundo o qual as perceptíveis vantagens do capitalismo de estilo ocidental têm sido partilhados com um grupo cada vez mais vasto de países em desenvolvimento”*, de onde se incluem alguns países do Médio Oriente (ibidem, p.17).

4.1 Evolução da Globalização

Neste subcapítulo, serão analisadas as várias correntes de pensamento que poderão ter dado origem ao conceito de globalização da atualidade, e que portanto, acompanharam ou precederam este fenómeno ao longo da história.

Os fundamentos que terão levado ao conceito atual da globalização apresentam-se como “*lógico-rationais*” e pretendem mostrar o melhor caminho para o surgimento deste fenómeno. Na realidade, a história rodeia-se de vários fundamentos ideológicos que possam ter estado na génese da globalização (ibidem, p.30).

A primeira corrente de pensamento ou ideologia a considerar, será a do iluminismo. Este termo refere-se a um “*movimento de ideias que tem as suas origens no século XVII (ou até antes, nos séculos anteriores, nomeadamente no século XV, de acordo com alguns historiadores – coincidindo com a era Gâmica⁷⁶, por muitos considerada como sinónimo da crítica e mudança social determinantes)*”. O iluminismo apresenta-se como uma filosofia inspirada na crítica dos valores tradicionais que se verificavam na época, e assenta no uso da razão para progredir e melhorar todos os aspetos da vida. O conceito de “*philosophe, com que o próprio iluminista se autodefine, baseia-se no objetivo de conduzir à instauração, no mundo, de uma ordem nova, caracterizada pela felicidade*” (ibidem, p.31-32).

Segue-se o imperialismo, que “*pressupõe a existência de uma dinâmica de Estado que, necessariamente, conduz à definição de uma qualquer coexistência com outros poderes políticos*”. Esta corrente ideológica data dos finais do século XIX, altura em que se desenvolvem as primeiras teorias, cuja análise é feita ainda na atualidade. De facto, “*entre 1870 e a deflagração da 1ª Guerra Mundial, assistiu-se à divisão quase total do continente africano entre os Estados europeus, por um lado, e à ocupação de vastos territórios da Ásia, ou pelo menos da sua subordinação à influência europeia (como sucedeu com a China, a Pérsia, e o Império Otomano)*”. Depois do término da 2ª Guerra Mundial

⁷⁶A era Gâmica (etimologicamente derivada do nome ‘Gama’, apelido do navegador português que descobriu o caminho marítimo para a Índia) é uma designação atribuída pelos indianos no período dos descobrimentos, por entenderem que a chegada de Vasco da Gama às suas praias, em 1498, correspondeu a um momento singular, gerador de mudanças profundas. É considerado o verdadeiro início da globalização (Costa, 2010).

começa a formar-se uma atitude crítica do imperialismo, sendo que *“com a expansão europeia, todo o mundo se transforma, pela primeira vez, num sistema interdependente e por isso, efetivamente inter-influenciável e inter-influenciado”*. O império romano afirmava a igualdade de todos os homens perante a lei pelo que influenciou o conceito de imperialismo. Esta corrente de pensamento *“desempenhava uma função de grande utilidade, na medida que centrava o cidadão no mundo. Assegurava-lhe um lugar e dizia-lhe onde pertencia. É aconselhável ter presente a possível distinção entre o imperialismo anterior à era Gâmica e aquele que se verificou depois da descoberta do caminho marítimo para a Índia. O Imperialismo da primeira fase era fundamentalmente europeu, de tradição romana e visava assegurar uma certa forma de organização da sociedade internacional, na medida em que era uma organização hierarquizada e centralizada”*. Com a intervenção napoleónica, já tinha havido uma considerável descentralização da sociedade pelo que o conceito de imperialismo deixou de fazer sentido, com a simultânea extinção do título de imperador (ibidem, p.32-35).

Na segunda metade do século XIX, surge o Internacionalismo. Este caracterizava-se por uma gama de ideais políticos diversos, no entanto, há um fator comum entre eles que importa destacar. Esta corrente ideológica focava-se *“na comunidade de interesses das Nações, na solidariedade política e económica de todos os povos e ao seu desejo de cooperação mútua – considerando-os claramente superiores aos interesses e motivações nacionais ou estatais”*. Ao contrário do imperialismo que centrava a sua atenção num núcleo de poder (o imperador) bem definido, o internacionalismo descentra esse núcleo, realçando que o que se tem são cidadãos do mundo, e não cidadãos de uma determinada pátria ou nação. De forma generalizada esta corrente ideológica abrange *“tendências diversas como a criação de uma comunidade de ideias e de ideais capaz de unir todos os povos numa só sociedade civil”*. Com o objetivo de estender esta influência globalmente, o *“método/ tomada de decisão a ser adotado poderá ser o supranacionalismo, que pressupõe que o poder é exercido por agentes nomeados, independentes, ou por representantes eleitos pelo governo ou cidadãos dos EM. Neste caso, os governos dos EM ainda detêm o poder, muito embora tenham de o partilhar com outros atores, e as decisões são tomadas por maioria de votos”*. Podem ser encontrados bons

exemplos deste método em organizações como a NATO, a ONU e agora, no período pós-Tratado de Lisboa, a UE (ibidem, p.37-40).

Segue-se a influência do pacifismo, que normalmente “ *se entende como a doutrina, ou até mesmo – apenas- um conjunto de ideias ou de atitudes, bem como o movimento correspondente assente em duas características: a condenação da guerra como meio apto para a resolução dos conflitos internacionais, e a consideração da paz permanente ou perpétua entre os Estados como um objetivo possível e desejável.*” O pacifismo distingue-se do internacionalismo, no sentido que este último “*proclama a união supranacional das pessoas pertencentes ao mesmo grupo, classe ou partido, com o objetivo de reforçar a sua coesão e influência, embora não necessariamente com fins pacíficos*”. No século XIX, o projeto individual deixa de ter tanta expressão, e começam a surgir movimentos coletivos com vista ao estabelecimento da paz. Surge a “Sociedade Americana para a Paz” (1828), fundada por *William Ladd*⁷⁷, que propôs em 1840 um plano para a criação de um Parlamento Global e de um Tribunal das Nações, semelhante às mais atuais Sociedade das Nações ou à ONU. Numa segunda fase, os movimentos pacifistas “*inspiraram-se na doutrina económica do comércio livre*”. Numa terceira fase, acabam por se desenvolver “*por iniciativa de grupos democráticos, a destruição dos antigos impérios e a instauração de governos fundados na soberania popular*” (ibidem, p.42-46).

O federalismo, numa primeira aceção, designa a teoria do Estado Federal. É importante “*destacar a presença de comportamentos de teor federalista fora dos Estados Federais, tal como sucedeu na Europa, durante os séculos XIX e XX, consubstanciado nas experiências conhecidas dos EUA, da Alemanha, Bélgica e Suíça e, mais recentemente, naquela que é uma experiência, no que se refere ao funcionamento das suas instituições e às repercussões que as decisões tomadas no seu seio têm sobre os diferentes EM, para uma solução claramente federal: a UE*”. O federalismo é entendido como uma “*doutrina social de carácter global como o liberalismo ou o socialismo, e por isso mesmo, não se reduz ao aspeto meramente institucional*”. Enquanto até aquela data se tinha verificado uma generalizada exclusão da sociedade e do povo no contexto

⁷⁷ O americano William Ladd (1778-1881) foi um dos primeiros ativistas contra a guerra, tendo sido o primeiro presidente da *American Peace Society*, que se tratava de um grupo pacifista, criado em 1828.

internacional, no sentido em que apenas as mais altas esferas de poder nacional se relacionavam com os reis e líderes de outras Nações no processo de tomada de decisão (Estado absoluto), o federalismo assume-se *“como uma doutrina social de carácter global”*. É também a primeira teoria que *“define especificamente o valor da paz como objetivo de luta”*. O federalismo *“identifica ainda, além disso, os instrumentos necessários para a criação de uma ordem pacífica universal, fundada sobre um poder superior aos próprios Estados”*. Depois da 2ª Guerra Mundial, os Estados nacionalistas, que perderam a sua condição de Nações de poder independentes, ficaram sujeitos e a uma supremacia bipolar mundial, aceitando a realidade de que os principais interesses mundiais seriam divididos pelas duas superpotências globais, sendo que *“acabaram por iniciar o processo de integração europeia, ao longo do qual a sociedade civil, a par com o carácter exclusivamente nacional, acaba por evoluir no sentido de adquirir igualmente o europeu, numa linha em que parece tender a tornar-se uma sociedade federal”*. Começa a surgir uma tendência para o *“achatamento da pirâmide de poder político”* à escala global, ou a uma tendência de descentralização, bem como uma inclinação para a integração de um maior número de Estados em organizações multinacionais (ibidem, p.47-53, p.56).

Segue-se o modernismo, é uma corrente de pensamento que *“afirma o poder dos seres humanos para fazer, melhorar e modificar o seu ambiente interno e externo, com o auxílio de conhecimento científico, da tecnologia e da experimentação sendo, por isso, na sua essência, progressiva e otimista”*. O termo abrange vários movimentos nas áreas da política, cultura, arte, música e literatura que se verificaram na sociedade ocidental no final do século XIX e início do século XX (ibidem, p.56-57).

Na mesma linha evolutiva surge o pós-modernismo. Surge simultaneamente o termo pós-modernidade, utilizado para descrever *“as implicações sociais e culturais do pós-modernismo”*. Esta corrente ideológica refere-se aos aspetos da arte contemporânea, cultura, economia e condições sociais que resultam dos acontecimentos associados à caracterização da vida dos finais do século XX e início do século XXI. Incluem-se nestes acontecimentos *“a própria globalização, o consumismo, a fragmentação da autoridade, e a titularização do conhecimento como uma ativo transacionável”*. A partir do

debate existente em torno da diferenciação das duas expressões, a pós-modernidade parece surgir *“como uma condição ou uma forma de estar que surge relacionada com alterações quer nas instituições, quer nas condições de vida, enquanto o pós-modernismo centra-se no funcionamento social e político, externo, da sociedade”*. Assim, a globalização assume no presente um papel semelhante àquele da pós-modernidade na medida *“em que representa o modelo em funções, em aplicação, na sociedade globalmente considerada”*. A pós-modernidade também surge associada *“à emergência da aldeia global”*, sendo que se destaca *“a forma como os meios eletrônicos de comunicação de massas eliminaram as barreiras espaço-temporais da comunicação humana, permitindo que as pessoas interajam e vivam numa escala global”*. Considera-se que a pós-modernidade passou por duas fases relativamente distintas, sendo que a primeira terá tido o seu início no dealbar dos anos 50 do século XX, tendo resistido até ao final dos anos 80. Quanto à segunda fase, considera-se que terá tido início *“com a explosão da televisão por cabo, com a disseminação da internet responsável pelo crescimento da rede global”*, coincidente com o final da Guerra Fria, que se destaca como uma época de proliferação dos meios de comunicação digitais e da disseminação de informação, representando um auxílio extra ao crescimento da teia global (ibidem, p.58-69).

Recuando alguns séculos no tempo, depois da divisão do Império Romano, do desaparecimento do Império do Ocidente e das invasões bárbaras, a ideia de uma comunidade moral única, baseada numa união de consciência dos seus constituintes e assumindo a premissa de que os homens seriam todos iguais, porque todos filhos de Deus, emerge subsequentemente no contexto religioso. Surge assim o universalismo, que se caracteriza por *“ser anti-particularista e anti-individualista, razão pela qual os homens tendem a assumir um papel que, individualmente, é praticamente inexistente. A principal preocupação a ter em conta seria apenas “garantir a existência de um quadro de referência moral e espiritual comum”* (ibidem, p.70-74).

Já por diversas vezes, nos conceitos apresentados anteriormente, se fez referência ao cosmopolita e como tal, ao cosmopolitismo. Trata-se da doutrina que *“nega as divisões territoriais e políticas (Pátria, Estado, Nação), afirmando o direito do homem, particularmente do intelectual, a definir-se como cidadão do mundo”*. Neste sentido, é importante distinguir este conceito de dois outros que

Ihe parecem muito próximos: universalismo e internacionalismo. O universalismo destaca principalmente os elementos morais e espirituais que os homens possuem em comum, sendo que não é normal opor-se às realidades políticas Pátria, Nação e Estado. O termo internacionalismo indica, num sentido mais geral, sobretudo a necessidade de uma unidade jurídica supranacional. No século XVI, os ideais cosmopolitas *“sobreviviam nos juristas holandeses e alemães, nos célticos e libertinos franceses, e nas grandes correntes místico-herméticas que se situavam à margem da cultura oficial, abrindo de vez em quando uma passagem, até chegar ao iluminismo”*. Nas origens do cosmopolitismo do século XVIII, reúnem-se todas as linhas de pensamento até aqui esboçadas, formando um complicado equilíbrio. Em 1712, o abade *Charles-Iréné Castel* de Saint-Pierre *“escrevia a sua primeira versão de um projeto de paz perpétua propondo a criação de uma Liga Europeia de 18 Estados soberanos, com um tesouro comum, sem fronteiras e uma união económica”*. A ideia central do cosmopolitismo é a de que *“toda a humanidade pertence a uma única comunidade moral, e nesse sentido contrasta com as ideologias quer do patriotismo quer do nacionalismo. Além disso, pode também, ou não, pressupor a existência de uma qualquer espécie de governo mundial ou, tão simplesmente, referir-se a relações morais, económicas e ou políticas mais inclusivas entre Nações ou entre indivíduos de diferentes Nações”*. Convém acrescentar, ainda, que *“uma identidade humana cosmopolita é necessária para que se possa assistir ao triunfo dos direitos humanos, do mesmo modo que uma identidade europeia o é para uma união política europeia”*. Alguns autores imaginam um mundo cosmopolita que ultrapassa a tradicional conceção de Estado ou Nação, derrubando fronteiras e criando uma comunidade de cidadãos globais que assumem uma identidade transnacional. As diferentes instituições democráticas espalhadas pelo mundo, *“criando o espaço para o discurso e decisões políticas globais, tenderão a reforçar a noção de cidadania a um nível planetário. Estruturas de governança embrionárias que tenderão a considerar equilibradamente os princípios de irredutibilidade (ou seja, a noção de que determinados problemas apenas poderão ser equacionados ao nível global, como é o caso do aquecimento global) e da subsidiariedade (ou seja, a noção de que as decisões deverão ser tomadas sempre que possível ao nível local, privilegiando a proximidade das realidades em causa e das populações que por*

ela são diretamente afetadas) constituirão, assim, a base para uma ordem global cosmopolita que buscará, sempre, respostas integradoras". Num contexto prático, a UE talvez seja mais uma vez um bom exemplo de aproximação ou progressão neste sentido (ibidem, p.79-88).

Nesta linha evolutiva surge o termo "mundialização", que estabelece a ponte ideológica para o último conceito que irá ser mencionado: o mundialismo. A mundialização é um "*movimento que expressa a solidariedade das populações do globo e procura estabelecer instituições e leis supranacionais de uma estrutura federativa comum, ao mesmo tempo que defende o respeito pela organização política da humanidade envolvendo a transferência de parte da soberania nacional dos Estados para um Autoridade Federal Mundial, Governo Mundial e Tribunal Federal Mundial*". Por sua vez, o mundialismo é o "*movimento que tem como objetivo a construção de uma unidade política mundial*". Ele afirma o "*princípio da unidade pluralista do género humano acima das divisões nacionais e a necessidade do seu ordenamento pacífico capaz de garantir a unidade do planeta e, ao mesmo tempo, a autonomia de todos os Estados*" (ibidem, p.90-91).

O desenvolvimento na Revolução Industrial e, mais recentemente, da Revolução Científica, determinaram a ampliação das relações de produção e de troca transfronteiriças, fazendo "*sair progressivamente, da sua condição primitiva de isolamento, cada uma das comunidades em que o mundo está dividido, tornando-o cada vez mais estritamente interdependente em todas as suas partes, naquele que parece ser o caminho para a consolidação teórica de uma real sociedade global*". Gerou-se então, até a atualidade, uma teia social global, que torna praticamente todos os seus intervenientes, nos vários sistemas políticos, económicos e sociais dos Estados mundiais, interdependentes e globalmente interligados. A evolução da globalização ao longo da história é, neste momento, algo de que "*depende o destino de todos os homens e de todos os povos*" (ibidem, p.92).

4.2 Tecnologia na Era da Globalização

Aquela que muitos autores consideram a primeira vaga da globalização, de onde surgem as primeiras grandes mudanças visíveis, foi responsável pela considerável revolução do conhecimento, em muito potenciada pelo enorme

avanço tecnológico da altura, assumindo-se como totalmente inovadora para a Europa daquela época. A época em questão concentra-se nos séculos XV e XVI, altura dos descobrimentos e das aventuras do Novo Mundo. No ano de 1500 dá-se a descoberta da América (Brasil), seguida da primeira circunavegação marítima. Com a descoberta de um novo território global, nasce uma completa reinterpretação do espaço, acompanhado de uma profunda mudança da consciência global dos povos da Europa Central-Occidental, que se estendeu a toda a humanidade (Balão, 2014).

As transformações que se verificaram nestes séculos, foram inicialmente potenciadas pelos portugueses e espanhóis (os primeiros grandes povos a aventurarem-se no mar), seguidos mais tarde pelos franceses, holandeses e ingleses. É nesta altura que todos os processos da sociedade, desde a política, economia, e até a própria integração social, se alteraram profundamente com as simultâneas descobertas marítimas que entretanto foram existindo, recriando a noção do espaço planetário (ibidem).

É isto que acaba por estar na origem do que acabou por ser conhecido por *“superioridade racional do europeu, ou espírito europeu, e ainda racionalismo ocidental, e que se impôs de forma irreprimível”*. Esta nova perspetiva mundial, acompanhada pela redefinição do próprio conceito de comunidade humana, destruiu o que restava do conceito medieval que até então se verificava, dando origem à criação de *“novos Estados, novas frotas, novos exércitos e à invenção de novas máquinas”*, submetendo a vontade de todos os povos europeus a esta transformação (ibidem, p. 336).

Assim, é importante ter em conta *“a importância crucial da hegemonia em inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico como um dos fatores de globalização, por excelência”*. É neste contexto que a *internet* surge como uma das ferramentas mais importantes da sociedade contemporânea, sendo que estende a sua influência a várias áreas da esfera social de qualquer país da atualidade. A *internet* representa *“um conglomerado de redes à escala mundial, constituída por milhões de computadores interligados e permitindo quer o acesso à informação quer à sua transferência”*, tornando-se uma das principais armas utilitárias dos meios de comunicação e difusão de informação da atualidade. Mas, a *internet*, tal como hoje a conhecemos, *“com a sua interatividade, como um conjunto de redes interligadas de computadores e respetivos conteúdos*

multimédia”, só se tornou possível graças à criação da rede coletiva *World Wide Web*. “Assim, graças à internet foi possível aproximar os diversos atores do sistema internacional em geral e do sistema político internacional em particular, aumentar as interações que entre eles se estabelecem, e por essa via, estreitar laços” que, por sua vez, permitem alargar a sua influência a todo o mundo, contribuindo para “aumentar o acesso ao conhecimento, ao saber e à informação”. Desta forma, torna-se claro que qualquer Estado que possua esta capacidade ou que invista nesta rede de comunicação estará a aumentar o fluxo de informação entre ele e outras Nações, bem como estará a potenciar o acesso à informação, sendo que esta lhe chega muitas vezes em primeira mão. Isto é uma valência que coloca qualquer nação em vantagem em relação a outra, tornando as restantes dependentes de quem possua esta avanço tecnológico (ibidem, p.337-338).

No entanto, surgem associados aos movimentos de globalização algumas preocupações. A principal preocupação surge “associada ao lugar das pessoas num mundo onde o desenvolvimento tecnológico superior é cada vez mais sinónimo de desemprego e, conseqüentemente, de maior grau de desigualdade, pobreza e, por sua vez, de potenciais problemas sociais”. É importante realçar que para a globalização se assumir como um movimento efetivamente eficiente, não pode deixar de promover a ligação aos países do terceiro mundo, neste sistema global contemporâneo (ibidem, p.339 -340).

De acordo com um projeto de investigação da Universidade de Leyden (Holanda), “só no período entre 1995 e 1996, verificaram-se vários conflitos que causaram mais de dez mil mortes, em países tais como: Afeganistão, Argélia, Iraque, Turquia, Índia, Paquistão”, entre outros. A combinação de “fatores étnicos, culturais, religiosos, está presente com frequência, e a pobreza parece uma moldura que potencializa a conflituosidade”. No entanto, à pobreza como facto, acrescem-se sentimentos de privação superior à de outros grupos étnicos ou culturais, muitas vezes originados devido a um rápido desenvolvimento económico e social, que acaba por causar danos no sistema social, separando grupos que antes coexistiam em paz (Moreira, 2014, p.215).

Num mundo “cuja construção, manutenção e transformação assenta nas imagens, os meios de comunicação social em geral, assumem, por isso, um papel facilitador fundamental. A capacidade de difundir a cultura dominante, bem

como o quadro de valores associado à religião hegemónica e à língua do império depende, claramente, da existência dos meios adequados e mais capazes de assegurarem que a mensagem é transmitida de forma a atingir o público-alvo”. No seio da Globalização contemporânea da atualidade (século XXI), torna-se portanto clara a importância de assegurar o controlo dos meios de comunicação e de difusão de informação, como forma de garantia de maior poder efetivo (ibidem, p.341).

4.2.1 Uso da *Internet* nas Organizações Jihadistas

O século XXI começa “o seu percurso histórico no seio de profundos tumultos e mutações de diversa ordem” (Balão, 2014, p.425). O terrorismo de matriz islâmica é um excelente exemplo, sendo que teve particular potenciação nos finais da década de 90 e já no início do século XXI, facilitado pelo movimento da globalização.

Os extremistas islâmicos têm vindo a demonstrar-se como fiéis acompanhantes dos avanços tecnológicos globais, sendo que recorrem a ferramentas de comunicação modernas de forma a conduzirem eficazmente a sua jihad e a espalharem a sua mensagem. A não ser que um grupo terrorista seja ideologicamente/religiosamente contra a tecnologia, é comum recorrer à capacidade das comunicações sociais mais modernas, por forma a atingir os seus objetivos (Stern; Berger, 2015).

A seguir ao ataque ao *World Trade Center* (2001), o utensílio social *online* mais utilizado pelos jihadistas era o fórum *online*. Estes fóruns “são páginas web onde um utilizador se pode registar, utilizando um nome real ou não, para discutir tópicos de interesse mútuo”. O sistema de fóruns, usado mais frequentemente pela al-Qaeda (o grupo chegou a planejar ataques neste sistema), era altamente hierarquizado sendo que apenas permitia o acesso a uma certa elite de confiança da organização. Face ao exposto, geravam-se pressões entre os seguidores da organização terrorista, pelo que, simultaneamente com o acompanhamento da evolução tecnológica, e com algumas invasões *online* de forças secretas inimigas, os apoiantes jihadistas começaram mais recentemente a aderir a plataformas abertas nas redes sociais, tais como: Youtube, Facebook e Twitter (Stern; Berger, 2015).

Aquela que estava a tornar-se a era da liberdade de expressão, potenciada por empresas de alcance global que se promoviam como plataformas ideais para este objetivo, começou a arrastar estes gigantes da comunicação para uma tempestade de críticas de valores morais, no sentido de albergarem ou facilitarem a propagação do terrorismo. Os serviços mais usados globalmente, tal como o Facebook e o Twitter, eram “*os principais alvos de crítica, em parte porque se tornavam locais muito populares onde os apoiantes e recrutas do terrorismo podiam operar*” (ibidem, p.165).

No próximo capítulo será feita uma maior análise ao desenvolvimento, positivo e negativo, do uso das redes sociais por parte dos grupos jihadistas.

4.3 Globalização no Futuro

Quando se aborda o tema da globalização, é uma tarefa árdua, se não de todo impossível, conseguir prever a evolução da mesma nos próximos tempos, especialmente para um período específico. Deste modo, será apenas feita uma análise geral ao possível futuro deste fenómeno.

O movimento de globalização tem provocado uma transformação intensa e acelerada da realidade das últimas décadas, sendo que existem certos fatores aceleradores, que potenciam esta transformação. As revoluções sociais assumem um papel importante nesta realidade, pois são as principais influências da mudança da mentalidade dos povos que, acabam por, derradeiramente, ser o núcleo das grandes alterações na comunidade internacional (Balão, 2014).

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, houve um pico de revoluções resultantes de múltiplos movimentos sociais, que acabaram por se afirmar como determinantes para se tentar apurar quais os papéis dos indivíduos de uma sociedade, se considerados isoladamente, e posteriormente o seu papel coletivo nos grupos sociais em que se inserem. Da mesma forma, estes movimentos foram importantes para perceber o papel dos múltiplos grupos sociais em que os indivíduos se inserem, quando integrados nas sociedades nacionais e, depois, “*na rede da Sociedade Civil Transnacional que tenderá a ser, por sua vez, integrada no sistema de governança global*” (ibidem, p.426).

Assim, a “*mudança será total na medida em que tenderá a integrar, pelo menos em termos formais, todos os atores numa constelação que procurará ligar entre si todos os elementos dos vários subsistemas*”. Para que isto seja possível,

é importante ter em conta fatores basilares como a língua, a cultura e a religião. Da mesma forma, será necessária uma *“estrutura económica e comercial hegemónica, bem como mercados financeiros interligados”*. Convém, por fim, não esquecer, que deve ser tido em conta o natural avanço na tecnologia e nos meios de comunicação, bem como nos transportes (idem).

Estes fatores anteriormente apresentados tornam-se lógicos quando combinados com os verdadeiros objetivos a alcançar, que são, afinal, *“comuns a todos os cidadãos e aos povos em geral: acabar com a pobreza; apostar numa política global mais justa, mais humana, assente numa globalização democrática, e lutar contra o terrorismo estão entre as grandes preocupações da humanidade”*. A ideia de governo à escala planetária existe desde há muito tempo e continua a persistir na atualidade. Atualmente ao considerarmos os recursos existentes *“como a aposta na construção de grandes espaços, na difusão e defesa da expansão do sistema político democrático à escala global, a conjugação dos interesses dos poderes políticos, económico e social, entre outros”*, pode concluir-se que há a possibilidade de este projeto ainda ser viável no século XXI (idem).

Face ao fenómeno da globalização *“há que equacionar as potencialidades que este mesmo movimento representa: ele não constitui apenas um manancial de ameaças (como o terrorismo) de vários domínios”*. Ele permite libertar o espírito e as ideias nele contidas, abrindo espaço para a eventual e derradeira sociedade global, preparada para enfrentar os desafios do futuro (ibidem, p.429).

A era de globalização que agora se atravessa, e que se irá continuar a atravessar, na condição de fenómeno que trouxe mudanças culturais, políticas, económicas (entre outras), e que afeta toda uma estrutura social, internacional e interconectada, veio minimizar o conceito de rivalidade de grandes poderes, estabelecendo-se assim como uma das primeiras regras da política intencional do futuro (Linklater, 2011).

Em matéria de terrorismo, mais especificamente o de matriz islâmica, é certo que a globalização tem atuado como um facilitador da sua respetiva proliferação, quer na difusão da sua mensagem, quer na própria atividade interna dos grupos jihadistas. No próximo capítulo, será feita uma abordagem que tenta contrastar com esta realidade, incluída nas políticas de combate ao terrorismo de matriz islâmica que serão de seguida abordadas.

(página intencionalmente em branco)

5. O Terrorismo na Globalização

“A religião do futuro será cósmica e transcenderá um Deus pessoal, evitando os dogmas e a teologia.”
(Albert Einstein, n.d)

Nesta investigação tem sido feita uma análise à origem, evolução e desenvolvimento do percurso que deu origem ao atual terrorismo de matriz islâmica. Seguidamente convergiu-se para os grupos terroristas islâmicos mais mediáticos das últimas duas décadas, introduzindo as condições da cena internacional que levaram ao surgimento dos mesmos.

No capítulo que precede o atual, apresentou-se uma análise mais aprofundada dos movimentos ideológicos que poderão ter estado na origem do fenómeno que hoje se conhece como globalização. Da mesma forma, fez-se a transposição para a atualidade no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico e avanço nos meios de comunicação e difusão de informação, que inerentemente progridem de mãos dadas com o processo da globalização.

Destacou-se também no último capítulo, a tendência que os terroristas de matriz islâmica têm tido, para recorrer ao avanço tecnológico das últimas décadas, contribuindo assim para a sua missão e para a difusão dos seus ideais. Aqui já pode ser feita a primeira ponte na relação entre o objeto de estudo e o fenómeno da globalização, mas numa perspetiva negativista, e como contributo para o fenómeno do terrorismo.

Assim, tem sido apresentada uma visão pessimista da globalização, no sentido em que a teia global que se tem vindo a criar, onde todo o sistema social mundial se encontra ligado e, por sua vez, anexado de relações de interdependência que, indiscutivelmente, permite que todos cheguem a todos, tem contribuído para as aspirações terroristas de matriz islâmica.

No presente capítulo, serão abordados os vários planos transnacionais de combate ao terrorismo, bem como as parcerias da atualidade que existem para este fim. Será igualmente feita uma breve análise do que está a ser feito em Portugal para o propósito acima mencionado, bem como as entidades responsáveis por essas contingências. Seguidamente, tentar-se-á atribuir uma visão positivista da globalização, na ótica de um processo contributivo para o combate ao terrorismo de matriz islâmica, através da análise dos principais

elementos de combate ao terrorismo da atualidade. Por fim, será feita uma projeção daquilo que poderá ser o combate ao terrorismo no futuro.

5.1 Planos Transnacionais de Combate ao Terrorismo

Os atentados do 11 de Setembro de 2001 revelaram “*a ameaça do terrorismo catastrófico, recentrando os EUA e os seus aliados no Arco Islâmico, entre o Atlântico e o Índico, para conter a força crescente dos movimentos fundamentalistas e das redes terroristas*”. No mesmo ano, a Aliança Atlântica invocou pela primeira e única vez na sua história, o artigo 5º do Tratado de Washington, para exprimir o apoio dos aliados aos EUA, na resposta à agressão terrorista. Na sequência dessa reunião, a NATO iniciou uma operação de segurança no Afeganistão, que serviu como ponto de partida para os vários planos transnacionais de combate ao terrorismo de matriz islâmica, numa ótica de cooperação e coordenação, expressando a vontade de uma comunidade internacional em terminar com as atrocidades dos atos terroristas (UE, 2005).

Nesta nova perspetiva da comunidade internacional surge a estratégia antiterrorista da UE que “*visa combater o terrorismo em todo o mundo, no respeito pelos direitos humanos, e tornar a Europa mais segura, para que os seus cidadãos possam viver num espaço de liberdade, segurança e justiça*”. Como tal, em 2005, os Estados-Membros da UE reuniram-se no COE⁷⁸ para delinear a sua estratégia antiterrorista. Devido ao desenvolvimento do fenómeno do terrorismo com novas tendências, como o fenómeno dos lobos solitários e dos combatentes estrangeiros (recrutados vindos de todo o mundo, identificando-se com as causas da jihad), ou o crescente potencial de mobilização e comunicação através das redes sociais, o Conselho da Europa adotou uma revisão desta estratégia em Junho de 2014. Esta estratégia passa por “*quatro objetivos gerais: prevenir, proteger, perseguir e responder*” (UE, 2016).

A primeira estratégia inclui, por exemplo, identificar e combater os processos ou fatores que levam à radicalização, bem como lutar contra o recrutamento internacional, especialmente aquele que envolve cidadãos da UE. A segunda diz respeito a, entre outras estratégias, “*proteger as fronteiras*

⁷⁸ O Conselho Europa é um órgão que promove os direitos humanos, através de convenções internacionais, sendo que defende a liberdade de expressão, igualdade, e a proteção de minorias (COE, 2016).

externas, o reforço da segurança nos transportes (através dos registos de identificação dos passageiros), ou pela redução da vulnerabilidade de infraestruturas". A terceira, a perseguição, inclui, por exemplo, através de um incremento na *"cooperação prática entre autoridades policiais e judiciais"* (Europol e Eurojust), limitar a capacidade de planeamento e organização dos grupos terroristas. Na sequência deste terceiro objetivo, o COE e o Parlamento Europeu já adotaram, em 2015, novas técnicas para *"impedir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo"*. Por fim, o quarto objetivo, a resposta, envolve *"preparar a UE para gerir e minimizar as consequências de um atentado terrorista"*, especialmente num contexto humanitário, através, por exemplo, da definição das regras de execução da já mencionada cláusula de solidariedade da UE (ibidem).

No que diz respeito à UE, da qual Portugal faz parte, desde 1986, há um elemento comum aos quatro pilares da sua estratégia: o papel da UE no mundo. Conforme estabelecido na Estratégia Europeia de Segurança, a *"União Europeia assume, pela sua ação externa, a responsabilidade de contribuir para a segurança global e para a criação de um mundo mais seguro. Atuando através das Nações Unidas e em articulação com esta organização e com outras instâncias internacionais e regionais, a UE esforçar-se-á por edificar o consenso internacional e promover normas internacionais de combate ao terrorismo"*. A UE promoverá os esforços envidados no seio da ONU no sentido de definir uma estratégia antiterrorista global. Outro elemento essencial da abordagem europeia consistirá em continuar a conferir à luta contra o terrorismo a mais elevada prioridade no diálogo com países parceiros relevantes, como os EUA, como veremos adiante (UE, 2005).

A segurança da UE está estreitamente ligada aos acontecimentos noutros países, em particular nos países vizinhos, logo é necessário conferir uma dimensão global à sua estratégia antiterrorista. Nesta temática, torna-se exponencialmente importante a cooperação com parceiros internacionais visto ser uma ameaça comum ao EM da UE e, como tal, algo que prejudica ou poderá vir a prejudicar os interesses estratégicos das várias Nações da EU, e ainda dos EUA, do qual faz parte na consecução da Aliança Transatlântica. Nas relações entre a UE e países terceiros, o combate ao terrorismo está bem presente, nos diálogos políticos de alto nível, na adoção de cláusulas e acordos de cooperação,

ou em projetos específicos de assistência e desenvolvimento de capacidades, desenvolvidos com países estratégicos (UE, 2005).

A NATO, e também a ONU, criaram, já no novo milênio, grupos de trabalho especializados no combate ao terrorismo e sua respetiva proliferação, tentando não só preveni-lo como também aprender e ajudar a lidar com as consequências sociais e humanitárias que advêm desta ameaça.

A Assembleia Geral da ONU aprovou a Estratégia Global de Contra terrorismo (*Global Counter-Terrorism Strategy*) em 2006⁷⁹. Esta estratégia é um instrumento global para melhorar os esforços internacionais, nacionais, e religiosos, no combate ao terrorismo. Este marco representa a primeira vez que, na história, todos os países membros concordaram num plano estratégico e operacional comum para o combate individual e coletivo desta ameaça. Desta forma enviam uma mensagem clara às células terroristas globais, de que o terrorismo é inaceitável em todas as suas formas. Os planos operacionais desta estratégia, variam desde o fortalecimento da estrutura de cada Estado, a uma melhor coordenação interna no sistema de atividades da ONU de combate ao terrorismo (UN, 2006).

Decorrente desta estratégia foi criado o *Counter-Terrorism Implementation Task Force* (CTITF). A estratégia elaborada pela ONU e pela qual se rege este grupo de trabalho contra o terrorismo, está assente em quatro pilares, sendo que um deles diz respeito ao melhoramento das capacidades dos Estados para prevenir e combater o terrorismo, outro para reforçar a importância da ONU nesta temática, um terceiro para melhorar a coordenação entre os vários EM (através da partilha de informação entre as várias equipas de cada Estado, dedicadas a esta matéria) e por último promover uma cooperação internacional na atenuação desta ameaça comum. É ainda tido em conta, como base estrutural desta estratégia, a defesa, promoção, e proteção dos direitos humanos e aplicação da lei internacional subjacente a este tópico (ibidem).

O terrorismo, perpetrado pelo autoproclamado Estado tem aumentado para um novo nível de intensidade. Tem um alcance que abrange os territórios dos EM da NATO bem como dos seus aliados, e representa agora uma ameaça direta para toda a comunidade internacional. Também contribui para a crise dos

⁷⁹ Esta estratégia da ONU foi, entretanto, revista em Junho de 2016 (UN,2016).

refugiados e emigrantes. Em resposta à ameaça mais atual à comunidade internacional, levada a cabo pelo ISIL, tanto os membros da NATO como os parceiros da instituição têm contribuído para uma Coligação Global de Combate ao Daesh. Graças a esta coligação têm sido feitos progressos consideráveis, aumentando assim a experiência de inclusão e de coordenação com os EM da NATO, bem como com outros parceiros, em operações e exercícios liderados pela NATO. Na sequência da dramática consequência humanitária provocada por esta célula terrorista, bem como das repercussões na segurança e na estabilidade regional, os EM estão a oferecer assistência humanitária e de segurança naquela região (NATO, 2016).

Esta Coligação Global⁸⁰ de luta contra o Daesh nasce em 2014, tal como anunciado pelo Departamento de Estado dos EUA. O ISIS tem afetado profundamente a estabilidade e a prosperidade de países como o Iraque, a Síria e a Líbia, bem como outras regiões do Médio Oriente, representando uma ameaça para a paz e segurança internacionais. O grupo continua a cometer atos de terror⁸¹, violando recorrentemente a lei internacional e os direitos humanos. O Daesh tem atacado, deliberadamente, zonas populacionais civis, tem cometido execuções em massa, recorre à perseguição de indivíduos e de comunidades (baseando-se na sua identidade), rapta civis, é responsável pelo assassinato de crianças, violações e outras formas de violência sexual, a deslocação ou até o assassinato de minorias étnicas, entre outras atrocidades (State Department, 2014).

A capacidade de recrutamento, à escala global, que esta organização tem demonstrado, revela o alcance planetário desta ameaça. Tal como referido no Conselho de Segurança da ONU na Resolução 2170, *“o terrorismo só pode ser derrotado através de uma aproximação compreensiva envolvendo a participação ativa e a colaboração de todos os Estados”* (ibidem).

Existem cinco linhas de esforço realçadas por esta Coligação internacional, na sequência do encontro entre os EUA e os seus parceiros da NATO (em 2014), tais como: providenciar apoio militar aos seus parceiros;

⁸⁰ Cf. Anexo F com as nações constituintes desta Coligação.

⁸¹ Cf. Anexo G com gráficos do impacto do terrorismo de matriz islâmica (vítimas e nº ataques) entre 2013 e 2015.

impedir o fluxo de combatentes estrangeiros (apoiantes vindos de vários países que não os dos conflitos); impedir o financiamento do aEI; gerir crises humanitárias nas regiões afetadas pelo grupo terrorista; e expor a verdadeira natureza do grupo (e não aquela que o mesmo vende na sua propaganda). Os EUA reforçam a importância que todos os membros da coligação têm e que apenas na base de uma cooperação e coordenação de todos os esforços acima mencionados, é que será atingida a eficiência pretendida. Da mesma forma, o apoio humanitário que até agora tem sido prestado aos sobreviventes das atrocidades do Daesh, bem como os refugiados que entretanto fugiram das zonas ocupadas, tem sido de extrema importância para manter a estabilidade regional. Vários países têm respondido á crise humanitária, incluindo a Arábia Saudita que chegou a contribuir com quinhentos milhões de dólares para a assistência de socorro no Iraque (assistência inclui comida, abrigo, água e primeiros socorros) (ibidem).

Na sequência da cimeira bianual da NATO em Varsóvia (Julho de 2016), com incidência nos debates sobre a estabilidade para o leste, para o sul, e para o Afeganistão, estiveram também presentes os representantes da UE (Presidente da Comissão Europeia, Alta Representante da UE e Presidente do Conselho Europeu). A cimeira tinha como um dos principais objetivos o melhoramento da coordenação e cooperação entre a UE e a NATO. Para a estabilidade a sul, a UE sublinhou, como um dos seus papéis, a simultânea luta contra o aEI. Na *“declaração conjunta sobre o reforço da cooperação prática em domínios específicos”* entre a UE e a NATO, destaca-se o reforço da capacidade de defesa e segurança dos parceiros leste e sul, e a coordenação em matéria de cibersegurança e ciberdefesa (estes assumem-se como uma das ameaças mais proeminentes do futuro no crime tecnológico) (UE, 2016).

É importante, ainda, realçar o trabalho realizado pelo *National Counter-Terrorism Center* (NCTC), um centro norte-americano especializado no combate à ameaça global do terrorismo, estabelecendo prioridades internas e externas. É um centro essencialmente dedicado à recolha e difusão de informação, colaborando estreitamente com algumas agências de *intel* americanas, tal como estrangeiras. Na sua missão têm a responsabilidade de melhorar a sua análise estratégico-tática, usando a informação nacional e transnacional que adquire ou lhe é transmitida, bem como difundir informação e dados que consegue reunir

em relação à ameaça terrorista, com os seus parceiros federais e estrangeiros (onde se inclui a UE) (NCTC,2012).

Em anexo encontram-se relatórios da *Global Terrorism Index (GTI)* de 2016, sobre os registos de atividade terrorista entre os anos de 2000 e 2015, a nível global, de forma a melhor clarificar as consequências reais do mesmo. Esta análise irá focar-se no impacto dos grupos al-Qaeda e Daesh na Europa⁸², EUA⁸³, e ainda nos conflituosos Iraque e Síria⁸⁴.

5.2 Portugal no Combate ao Terrorismo

Em Portugal, existem também planos de contingência com o objetivo de combater o terrorismo transnacional. Têm sido empenhados meios nacionais para este objetivo, numa ótica de melhoramento da segurança interna do país e em conjugação com os esforços internacionais da NATO e da UE. O CEDN tem previsto (no âmbito das ameaças e riscos no ambiente de segurança global e nacional), o terrorismo transnacional, sendo assim importante dedicar-se à prevenção e proteção da nação neste sentido. Tal como já foi referido, *“Portugal, devido à sua liberdade de acesso e à sua identidade como democracia ocidental pode tornar o país um alvo de terrorismo internacional”* (MDN, 2014, p.22).

No âmbito das ameaças, o terrorismo tem sido um dos aspetos que mais desafiantes no tradicional quadro de defesa nacional, realçando a importância de estabelecer uma relação estreita entre a segurança interna e externa do país. No âmbito da UE, *“a interdependência entre segurança interna e externa é um pressuposto formalizado na Estratégia Europeia de Segurança e na sua nova Estratégia de Segurança Interna”* (Costa, 2010, p.14).

A Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, revista em 2015, representa, segundo a Ministra da Administração Interna, *“um compromisso de mobilização, coordenação e cooperação de todas as estruturas nacionais com responsabilidade direta e indireta no domínio da luta contra esta ameaça”*. A ministra acrescenta ainda que *“a cooperação entre as Forças Armadas e as*

⁸² Cf. Anexo H.

⁸³ Cf. Anexo I com os grupos que atacaram maioritariamente os EUA no período entre 2000 e 2015.

⁸⁴ Cf. Anexo J com os atentados terroristas no Iraque e na Síria entre 2000 em 2015.

Forças e Serviços de Segurança é aprofundada, tendo em vista os objetivos definidos na Estratégia". Esta medida tem por base a cooperação que Portugal se comprometeu a dar além-fronteiras, nas já existentes estratégias de combate ao terrorismo da NATO e da ONU, bem como na estratégia antiterrorista da UE (SGMAI, 2015).

A estratégia portuguesa está assente em cinco pilares: a deteção de sinais indicadores de atividade terrorista que possa vir a constituir uma ameaça; a prevenção, através da identificação dos processos que levam à radicalização e recrutamento de combatentes; a proteção daqueles que possam ser considerados como os alvos prioritários, reforçando a sua segurança e diminuindo a sua vulnerabilidade; a perseguição de células terroristas através da identificação e eventual neutralização das mesmas, bem como o corte de acesso aos materiais e financiamento das atividades terroristas, tentando sempre fazer comparecer os culpados perante a justiça portuguesa; e saber responder na eventualidade de um ataque terrorista bem-sucedido, obrigando a uma intervenção humanitária bem como ao restabelecimento e manutenção da ordem em território nacional (ibidem).

Em termos práticos, foi já criada em Portugal, no seio da Polícia Judiciária (PJ), a Unidade Nacional de Contra Terrorismo (UNCT) que detém competências no que diz respeito à *"prevenção, deteção, investigação criminal e de coadjuvação das autoridades judiciárias"* em relação a crimes, tais como: *organizações terroristas e terrorismo; crimes contra a segurança do Estado; captura ou atentado à segurança dos transportes; crimes com "bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objetos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioativas; tráfico de armas; crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal e os previstos na Lei Penal Relativa às Violações do Direito Internacional Humanitário"*; entre outros (PJ, 2017).

Esta unidade mantém uma relação estreita com a Unidade de Informação Financeira (UIF), que se trata do órgão central nacional, com competências para *"receber, analisar e difundir a informação de suspeita de branqueamento ou de financiamento de terrorismo"*. Ainda na missão da UNCT, está a colaboração com a Unidade de Cooperação Internacional (UCI), que assegura o bom

funcionamento da ramificação portuguesa da Europol e da Interpol⁸⁵, “*para os efeitos da missão da PJ e para partilha de informação com outros órgãos de polícia criminal*”. Convém destacar que duas das responsabilidades da UCI, no âmbito da coordenação transnacional, são precisamente: “*desenvolver, acompanhar e analisar processos, projetos e missões no plano internacional da cooperação institucional com outros Estados; e coordenar a participação da PJ nas instâncias competentes no quadro da cooperação policial da União Europeia*” (ibidem).

Embora ainda numa fase muito inicial, pode afirmar-se que Portugal trabalha no sentido de corresponder às expectativas das várias organizações transnacionais das quais faz parte, bem como participar ativamente na segurança e defesa da população, de uma das ameaças mais mediáticas da atualidade.

5.3 Contribuições da Globalização

No espetro de combate ao terrorismo de matriz islâmica, são vários os fatores a ponderar, bem como várias as técnicas a adotar. No entanto, esta investigação focar-se-á naquelas que são talvez as maiores armas usadas pelos grupos jihadistas, inerentes ao fenómeno da globalização. Sendo assim, o crescimento do sistema financeiro, no sentido de uma unificação/integração de núcleos financeiros regionais numa corrente global de interligação, tal como o natural avanço tecnológico dos meios de comunicação, são dois marcos da globalização largamente aproveitados pelas células jihadistas. O combate ao financiamento bem como ao uso da tecnologia na disseminação de informação, por parte dos grupos terroristas islâmicos, são dois dos principais elementos de contra terrorismo a considerar. Inicia-se então esta análise pelo combate ao modo de financiamento dos grupos terroristas, uma parte crucial da sua estratégia e do sucesso da sua demanda.

A liberalização de mercados à escala global, espalhou-se na década de 80, retirando o seu controlo e a sua regulação aos Estados. Esta liberalização dificultou o controlo fronteiriço e financeiro, incentivando um fluxo de bens ilegais, bem como de processos de lavagem de dinheiro que esse tipo de produtos

⁸⁵ A Interpol (*International Criminal Police Organization*) é a maior organização policial internacional, sendo constituída por 190 países (Interpol, 2017).

potencia. Grupos terroristas como a al-Qaeda, e mais recentemente o Daesh, têm usufruído desta realidade para levar a cabo as suas missões.

Durante a década de 90 do século XX, a al-Qaeda *“transformou-se numa empresa com rol de pagamentos e subsídios, bem como em operacionais que viajavam pelo mundo e se inseriam nos conflitos locais, fosse para darem assistência aos movimentos radicais no terreno ou para se aproveitarem deles”*. Um exemplo disso mesmo aconteceu quando a organização tentou “lavar” dinheiro, através de empresas de socorro no conflito da Bósnia (onde a al-Qaeda auxiliou com recursos a rebelião sérvia), bem como quando efetuou a mesma operação, *“através de membros treinados da célula jihadista nos EUA que perpetrou o atentado ao World Trade Center de 1993⁸⁶”* (Stern; Berger, 2015, p.79).

O Daesh foi já considerado o grupo terrorista com maior riqueza alguma vez gerada na história das organizações jihadistas, e, portanto, o grupo mais ameaçador da atualidade, neste contexto. O americano *Patrick B. Johnson* apresentou perante o Comité dos Serviços Financeiros da Câmara dos Representantes dos EUA, o testemunho de que combater o financiamento do aEI é extremamente difícil. A diferença chave entre as atividades financeiras do aEI e dos seus antecessores não é bem no género mas sim na escala. Estimativas de 2014 mostram que o Daesh lucrava cerca de um a três milhões de dólares por dia, algo que lhes permite conseguir conduzir a sua jihad em duas frentes, quer contra governos múltiplos quer contra grupos armados não estatais, ao mesmo tempo que tentava conquistar território na Síria. Outros dados retirados de um líder do Daesh capturado em Mosul, mostram que o capital da organização pode chegar aos dois mil milhões de dólares (Johnston, 2014).

Através de documentos financeiros, faturas e memorandos capturados pelos EUA, pela Coligação e por forças iraquianas entre 2005 e 2010, sabe-se que o grupo gera grande parte do seu capital através de um conjunto de produtos. Estes produtos incluem: contrabando de petróleo e outros produtos originários dos setores de petróleo do Iraque e da Síria ou através da extorsão de entidades nesses setores; extorsão e imposição de taxas na economia local e nas áreas sob seu controlo; através do roubo de despojos de guerra, incluindo

⁸⁶ Em 1993, a célula da al-Qaeda nos UA detonou um carro bomba perto de um dos edifícios do *World Trade Center*, vitimando 6 pessoas.

as raras e valiosas antiguidades locais, e da posterior venda ou contrabando desses materiais através do mercado negro; e finalmente, embora sem confirmação, desconfia-se que parte do financiamento poderá ser originário de fontes externas (ibidem).

A estratégia americana (Tesouraria dos EUA) para combater o financiamento do Daesh passa por três etapas, todas elas envolvendo a coordenação com outras entidades, nacionais ou transnacionais, de forma a melhorar a qualidade de informação e de atuar mais eficientemente no problema (ibidem).

A primeira etapa é a de tentar cortar o lucro da organização. As duas principais fontes lucrativas do aEI são o petróleo e a extorsão criminosa. No que diz respeito ao petróleo é natural que o grupo mova o produto através de uma rede ilegal independente da economia formal, sendo deste modo menos sujeitos ao normal controlo e pressão financeiras. No entanto, nalgum momento do processo de venda do petróleo, haverá alguém que o adquire e que opera no sistema financeiro legal e que, portanto, estará sujeito a maior controlo (a sua conta bancária, o seguro dos seus transportes, as licenças das suas infraestruturas, etc). Face ao exposto, os facilitadores da venda do petróleo do Daesh estarão eventualmente vulneráveis, sejam eles intermediários, refinadores, as próprias transportadoras, ou qualquer um que possa processar o negócio do petróleo ilegal. Todos estes elementos poderão sofrer sanções financeiras que prejudiquem este processo. No entanto, continua a ser necessário trabalhar em coordenação com as restantes entidades transnacionais de contra terrorismo para obter mais informação, quer para cortar as rotas de contrabando ilegal deste petróleo, quer para identificar qualquer um que esteja envolvido nesta rede ilegal. Este processo tem sido mais eficiente devido ao contributo das autoridades turcas, curdas e iraquianas, através da investigação regional naquele território (ibidem).

Em relação à extorsão criminosa, *Bill Cohen*⁸⁷ reconhece que para cortar esta fonte de financiamento terrorista seria precisa uma intervenção terrestre. Para que seja possível neutralizar a extorsão por parte do Daesh, é necessário que se comece a recuperar parte do território perdido para a organização, bem

⁸⁷ O republicano *Bill Cohen* foi secretário da defesa dos EUA (1997-2001) tendo assumido um papel importante na luta contra o terrorismo, durante o mandato do presidente *Bill Clinton*.

como parte do controlo sobre a economia e a população local. Deste modo, é primeiramente uma intervenção dos militares e das forças de segurança. A curto prazo, poderá trabalhar-se com alguns parceiros locais (curdos e iraquianos) de modo a monitorizar o fluxo de bens que tenham como destino/origem o território ocupado pelo grupo, bem como cortar quaisquer negócios entre algumas entidades e os responsáveis do Daesh (visto que essas entidades acabarão por ser extorquidas) (ibidem).

A segunda etapa de combate ao financiamento da organização é a de restringir o acesso ao sistema financeiro internacional. Terá inicialmente que se limitar a capacidade do Daesh de executar transações através dos sistemas bancários do Iraque, Síria, e do sistema bancário internacional. No entanto, será necessária a cooperação ativa com outras entidades europeias e no Médio Oriente, para que esta limitação surta um efeito considerável. Os principais desafios desta segunda etapa são: um determinado número de bancos no norte do Iraque (dentro e fora da cidade de Mosul) estão alegadamente sob o controlo da organização sendo que naturalmente não cumprem com as políticas reguladoras; o Daesh tentará sempre identificar bancos que não cooperem com as políticas sancionadoras contra a organização; e por fim, continua a ser difícil controlar por completo algumas instituições bancárias, pelo que o grupo poderá continuar a usar alguns sistemas financeiros no Iraque e na Síria, especialmente aqueles que operem com o estrangeiro (ibidem).

A terceira etapa de combate ao financiamento é a de aplicar sanções financeiras a líderes e facilitadores do Daesh. Através da identificação, exposição, e, posterior, neutralização financeira, os EUA conseguiram ter algum sucesso no combate ao financiamento da al-Qaeda. Deste modo, fazendo a transposição, torna-se uma prioridade identificar estes indivíduos do, ou associados ao Daesh. Ter sucesso na aplicação de sanções nalguns líderes e na rede de facilitadores do grupo, poderá dificultar em grande medida algumas atividades financeiras e comerciais dos seus membros (ibidem).

Através da globalização, passou a ter-se um sistema financeiro interligado à escala global, facilitando a dissimulação e o movimento de fundos, rápida e facilmente. Esta vantagem é aproveitada por organizações terroristas através do uso, por exemplo, de camadas sucessivas de empresas de fachada, tornando difícil seguir o seu rasto. Na mesma linha de pensamento, as organizações

extremistas islâmicas têm recorrido, desde o uso rudimentar de dinheiro líquido e o comércio de artefactos culturais roubados (tal como já foi referido), ao uso da moderna moeda virtual⁸⁸, aumentando ainda mais a dificuldade de colmatar esta ameaça (UE, 2016).

Na sequência deste problema, o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu propuseram (em 2016), algumas questões em relação ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, tais como: dar resposta à utilização de novas tecnologias nas transações financeiras; controlar o fluxo financeiro vindo de países terceiros de elevado risco (Cf. Anexo K com uma lista dos países terceiros de elevado risco); incrementar a transparência; atribuir mais poder às unidades de informação financeira⁸⁹. Esta proposta pretende evitar obstáculos desnecessários ao *“bom funcionamento dos mercados financeiros para as empresas e para o comum cidadão”*, enquanto simultaneamente *“reforça a segurança e protege os direitos fundamentais, inclusive a proteção de dados e as liberdades económicas”* (ibidem).

Este plano foi, entretanto, reforçado, através da aplicação de duas estratégias de ação: *“localizar os terroristas através dos movimentos financeiros, impedindo-os de transferir fundos ou outros ativos; e neutralizar as fontes de receitas utilizadas pelas organizações terroristas, visando a sua capacidade de obter financiamento”* (ibidem).

Ainda na ótica de combate ao financiamento terrorista, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 2015, duas resoluções que incidem em limitar/suprimir o acesso das organizações terroristas às instituições financeiras internacionais (ibidem).

Os planos que têm sido definidos no combate ao financiamento do grupo terrorista já obtiveram algum sucesso com organizações que estiveram mais ativas no passado. No entanto, é importante realçar que estas estratégias dependem muito da informação que se consegue reunir no terreno e depende

⁸⁸ As transações com moedas virtuais são muito usadas pelos grupos terroristas de matriz islâmica, pois as transferências rodeiam-se de um maior grau de anonimato, que por sua vez é dificultado se estiver sob várias camadas de empresas fachada (UE,2016).

⁸⁹ As unidades de informação financeira (UIF), desempenham um papel importante na identificação das operações financeiras das redes terroristas, nomeadamente a nível transfronteiras, e na deteção dos seus financiadores. As UIF devem ter acesso à informação e devem ser capazes de a trocar, sem obstáculos, incluindo através de cooperação adequada com as autoridades com funções coercivas (UE, 2016).

em grande parte das parcerias e da coordenação/cooperação com outras organizações ou entidades transnacionais. É através da partilha e cruzamento de informação que se obterá uma maior eficiência, naquela que é uma das principais armas de combate ao terrorismo: o corte do fluxo financeiro terrorista.

5.3.1 Contribuição da Tecnologia na Propaganda Jihadista

Em 2001, a al-Qaeda lançou um vídeo com quase duas horas de propaganda elaboradamente arquitetada, apresentando-se aos *media* ocidentais, bem como aos potenciais recrutas e crentes da comunidade muçulmana. Posteriormente, na sequência da resposta americana aos atentados do 11 de Setembro de 2001, passou a haver um combate às atividades terroristas na zona fronteiriça entre o Paquistão e o Afeganistão, exercendo pressão sobre o grupo terrorista e diminuindo assim a sua atividade de propaganda. Na visão que a al-Qaeda tinha do mundo bem como nas suas justificações ideológicas “ *a jihad era um ato de defesa*”, ou pelo menos era esse o conceito que tentava mostrar globalmente. Seria mais fácil e credível passar a mensagem à comunidade muçulmana de que a jihad era um modo de autodefesa, ao invés de tentar persuadir os seus seguidores a acreditar num ideal irrealista de domínio global. Simultaneamente, “ *o conceito de fraqueza era também muito importante a nível estratégico*”, ou seja, se fizessem acreditar perante os seguidores radicais, que a inevitável inferioridade de recursos e capacidades militares da célula era óbvia, podiam desculpar-se com a prática de uma guerra assimétrica, cujos alvos são principalmente vítimas civis, evitando um combate militar contra os inimigos. (Stern; Berger, 2015, p.129-137).

A mensagem do aEI é mais ampla que a da al-Qaeda no sentido em que o apelo não era apenas dirigido aos combatentes ou futuros mujahideen, havendo igualmente a preocupação de persuadir muçulmanos não combatentes a construir um Estado-Nação muçulmano. Deste modo, teriam um papel fundamental ao lado dos guerreiros divinos, trabalhando em áreas como a engenharia, a medicina, a propaganda, a administração de sistemas e até no policiamento. “ *A dicotomia entre violência e ordem civil era ecoada pelas derivações da propaganda do aEI. O conceito geral representava algo novo e diferente no mundo jihadista, projetando a sua visão de uma sociedade*

abrangente que ultrapassava os limites da destruição nihilista (já mencionada associada ao movimento jihadista” (ibidem, p.142).

O clima de terror instalado pelo aEI, tal como as decapitações e as centenas de execuções de prisioneiros da organização, resultaram num “*fluxo constante de comunicação*”, em grande parte divulgado na sua própria revista: a *Dabiq*. O aEI é ativo e tem uma influência profunda na comunidade muçulmana e na comunicação social global, ao contrário das várias décadas de propaganda jihadista que tinham tido pouco impacto até então. Como parte da sua “*campanha em aterrorizar o mundo, o aEI tinha conquistado uma área que até então nenhum grupo terrorista tinha conseguido: o mundo das redes sociais*”. (ibidem, p.154-155).

As organizações jihadistas mais recentes têm assim recorrido às redes sociais, ou por outras palavras, à vaga de comunicação e difusão de informação mais moderna da atualidade, reinventando o uso da tecnologia como forma de captação de novos recrutas e de divulgação da sua mensagem divina. Entra-se agora na segunda principal estratégia de combate ao terrorismo: a tecnologia.

Desde os anos 90, que a expressão “*whack-a-mole*” tem sido usada para descrever a dificuldade das ações contraterroristas. Esta expressão é um nome de um jogo cujo objetivo é bater em toupeiras mal elas apareçam nos buracos de um tabuleiro. Inevitavelmente, as toupeiras aparecem tão depressa que o jogador acaba por perder. A ideia por detrás da luta contra o terrorismo é semelhante, “*pois o desmantelamento de uma organização terrorista raramente levava à extinção do movimento a que estava associada. Ao eliminar uma célula, novas células eram formadas a partir da original*”. Facilmente se pode fazer a transposição para a dificuldade de combater o extremismo islâmico na *internet*. A nova geração de plataformas nas redes sociais é uma teia rolante onde as pessoas podem circular e facilmente encontrar indivíduos com interesses comuns. Para os indivíduos que são vulneráveis à radicalização, “*estas plataformas criam abismos sombrios de ligações sociais que podem ser encontradas por figuras influentes e recrutadores terroristas*” (Stern; Berger, 2015, p.167-169).

As redes sociais representam um problema sério para as entidades estatais que pretendam combater o terrorismo através dos meios de comunicação mais modernos. Isto porque estas plataformas sociais *são* “*detidas*

por empresas que procuram o lucro, o que não reside nem nos serviços governamentais nem em intenções filantrópicas". Deste modo, estas empresas são as principais responsáveis pelas políticas de suspensão de contas nestas redes, bem como pelos limites que os utilizadores não podem ultrapassar, sendo que o governo apenas poderia exercer uma pequena influência em matéria de suspensão de contas terroristas *online* (ibidem, p.170).

Foi levada a cabo uma campanha de combate ao uso, das redes sociais, com fins terroristas. O Facebook acabou por adotar *"uma atitude agressiva contra os jihadistas violentos, tendo iniciado um processo de monitorização, procurando e eliminando as páginas e grupos dedicados a conteúdo terrorista"* (ibidem, p.167).

O Twitter surge como a principal rede social usada pelos terroristas islâmicos, sendo que muitas organizações extremistas distribuíam rotineiramente novos lançamentos que descreviam batalhas e reivindicavam ataques. A política de suspensão de contas que entretanto foi incrementada, diminuiu a presença e influência dos extremistas islâmicos (das organizações mencionadas) nas plataformas sociais, e conseqüentemente a sua capacidade de disseminar a sua mensagem e de recrutar novos seguidores. Estas ações de suspensão atrasavam o movimento dos terroristas, pois obrigavam-nos a reconstruir as suas contas do início e a angariarem novamente bastantes seguidores para conseguirem ter alguma projeção, resultando num desgaste psicológico bastante grande para a respetiva organização terrorista (ibidem).

Nos EUA, o governo americano pediu por várias vezes às empresas detentoras destas plataformas para que suspendessem algumas contas. O Twitter foi a empresa que ofereceu maior resistência a estes e outros pedidos do governo, como por exemplo o acesso a informação privada das contas, e também nas restrições ao discurso usado pelos utilizadores (ibidem).

O aEI criou a sua primeira conta no Twitter como o seu principal meio de comunicação para com a sua comunidade apoiante. Em pouco tempo, a conta gerou cerca de noventa mil seguidores até ter sido eliminada pela empresa. Iniciou-se um jogo entre a rede social e a organização terrorista, com a última a criar novas contas sucessivamente e com o Twitter a procurar, identificar e suspender a respetiva conta. As novas contas tinham cada vez mais dificuldade em reunir seguidores em pouco tempo, até serem suspensas novamente,

“provando que “bater nas toupeiras” poderia ter um efeito duradouro”. O aEI tem operacionais especializados neste mundo eletrónico da sua propaganda, trabalhando sempre ativamente de forma a conseguir divulgar as mensagens da organização pelo máximo número de utilizadores possível, recorrendo às mais variadas técnicas de exponenciação de seguidores. Chegaram até a recorrer a *hackers* especializados, a entidades *online* robô (que reproduziam sucessivamente as suas mensagens) bem como à aplicação lançada nesse ano, a *app* Dawn (mais tarde removida pelos EUA) que facilitava e aumentava a visibilidade do grupo. Como exemplo surge a campanha preparada em detalhe pelo grupo, que incluía um *hashtag*⁹⁰ que exigia que o emir do Daesh declarasse o califado. *“Tratava-se de uma técnica sem precedentes para um grupo extremista, proporcionando um grupo de análise online para testar a mensagem antes de oficializá-la, permitindo ao aEI melhorar o anúncio antes da sua divulgação, que ocorreria meses depois”*. Simultaneamente, os recrutadores do Daesh também usavam o Twitter, reinventando por completo o recrutamento jihadista observado até à data. Os *potenciais combatentes* *“podiam acompanhar, no seu país de origem, os combatentes reais, falar com eles, fazer perguntas e eventualmente receber instruções para poderem juntar-se à causa”*. Os futuros recrutas poderiam viajar, se assim desejassem, até à Turquia, junto à fronteira com a Síria, iniciar sessão no Twitter e pedir a alguém que os fosse buscar. Isto terá acontecido diariamente na altura do pico propagandístico do Daesh (ibidem,p.186;p.190; p.193).

Apesar do grande mediatismo que o Daesh inicialmente conseguiu no início, juntamente com a exposição e divulgação da sua atividade e das suas práticas ultraviolentas, entre as quais as decapitações, atualmente aquele tem vindo a atenuar-se. O combate quase estratégico entre o Twitter e a organização tem surtido resultados. Com as suspensões, o Daesh *“ tinha sido forçado a gastar mais energia e a obter menos ganhos, com um saldo resultante de pressões e retrocessos que os seus membros tinham descrito como*

⁹⁰ O *hashtag* é uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #.É utilizada para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria uma interação dinâmica do conteúdo da publicação com outros utilizadores, permitindo que estes acedam ao conteúdo da mesma caso tenham interesse no assunto ou na palavra-chave colocada no *hashtag*. Por exemplo, se um utilizador terrorista do Twitter colocar o *hashtag* “#daesh” numa publicação, quem está interessado nestes assuntos poderá procurar por este conteúdo acedendo diretamente às publicações que contenham esta palavra-chave.

devastadores”. No entanto, o combate, na *internet*, ao uso *online* das redes sociais por parte do Daesh, continua com a ainda existente ameaça que o grupo representa (ibidem, p.208).

Dos exemplos acima mencionados, pode perceber-se que, embora a globalização tenha atuado nos últimos anos como um facilitador para as redes jihadistas, surge, também, neste contexto como uma potencial arma contraterrorista. Os sucessos que têm vindo a ser alcançados no combate ao financiamento são possíveis, em parte, graças ao sistema de integração financeira global, que permite mais rapidamente a identificação do itinerário económico dos grupos. Da mesma forma, o recurso à tecnologia por parte das redes jihadistas tem sido igualmente combatido com tecnologia, com as empresas de comunicação social a aparecerem como eficazes na atenuação da ameaça. Toda esta panóplia de técnicas, só é possível graças à coordenação de esforços e à cooperação das entidades transnacionais de combate ao terrorismo de matriz islâmica. Enaltece-se assim a rede global que o fenómeno da globalização trouxe, e que permite uma troca e disseminação de informação por todas as unidades de contra terrorismo internacionais.

5.4 Futuro do Combate ao Terrorismo

Neste subcapítulo irão ser introduzidos alguns fatores que se preveem prováveis no que concerne ao terrorismo de matriz islâmica no futuro. Dada a notável capacidade de adaptação destas organizações às características da sociedade contemporânea, não seria aconselhável prever esta ameaça para um horizonte demasiado longínquo. Deste modo, irá ser apenas feita uma projeção para a próxima década.

O terrorismo dissidente dos anos 90 e início de milénio tem sido cada vez menos ideológico e cada vez mais cultural. O terrorismo etnonacionalista continua a existir e o religioso continua a espalhar-se por grupos extremistas islâmicos, sendo que o terrorismo não estatal tem vindo a verificar-se como a principal ameaça terrorista emergente da atualidade, assumindo-se como um fenómeno global (Martin,2013).

O século XXI acordou para a ameaça do terrorismo fundamentalista islâmico. Ao contrário do terrorismo secular praticado anteriormente, o terrorismo religioso tem a capacidade de se estabelecer como ameaça ao nível

internacional, podendo atingir qualquer membro da comunidade internacional (Martin, 2013).

O terrorismo de matriz islâmica é caracterizado por integrar um sistema organizacional completamente diferente. Na condução da sua missão, “as componentes operacionais e técnicas são executadas a partir de uma célula local”, atribuindo-lhe a característica de “glocal”⁹¹. Define-se por uma “descentralização das suas estruturas”, através das tais células, estabelecendo um “sistema de comunicação em rede”. A atribuição de funções é feita consoante as especialidades técnicas dos seus operacionais, abrangendo um vasto leque de domínios técnicos. A sua identificação é difícil pela tendência à “inserção social” no país em que operam, bem como pela escolha altamente seletiva de novos elementos humanos. Algumas organizações afiliadas deste tipo de grupos terroristas, embora sem “ligação orgânica” com a organização, poderão atuar segundo as indicações de outrem, pela perseguição de um objetivo comum. Por fim, caracterizam-se pela utilização de táticas assimétricas⁹², sendo que este tipo de grupos terroristas esforça-se no sentido de produzir um grande impacto a nível internacional, ou seja, de atingir um certo mediatismo global que projete ainda mais os seus atos. Deste modo, é expectável que se preveja “a realização de atentados contra alvos seletivos de grande impacto mediático” (Romana, 2005).

Como normalmente se verifica que os atentados perpetrados por extremistas islâmicos têm uma elevada exposição na comunicação social, é seguro dizer-se que grupos terroristas, como a al-Qaeda ou o Daesh (por exemplo), continuarão a recorrer a este tipo de métodos no futuro (Martin, 2013).

Nesta linha de pensamento, é importante referir que o terrorismo fundamentalista islâmico inimiza principalmente o Ocidente e os regimes ou Nações não muçulmanas, e a extensão da sua ameaça adquire um carácter global, como já foi referido. Assim, surgem vários problemas de segurança interna e externa em diversos países, pelo menos naqueles cujos interesses

⁹¹ A expressão “glocal” remete para a possibilidade de uma organização terrorista, através de uma célula local (numa determinado país-alvo), estender os tentáculos da sua ação a um nível global.

⁹² Capacidade dos terroristas poderem teoricamente adquirir uma panóplia de armas de alto rendimento, atacar alvos sem qualquer antecipação, provocar um elevado número de baixas e atacar de forma não convencional (Martin, 2013).

políticos e económicos interfiram ou ajam em desacordo com as prospeções das organizações terroristas de matriz islâmica. Através desta ameaça, estas organizações conseguem infligir um certo nível de ansiedade nas potenciais Nações ameaçadas, causando um sentimento de descontentamento e medo nas populações (ibidem).

Este tipo de movimentos terroristas são independentes (livres da influência do Estado), têm os seus próprios recursos e a ligação que estabelecem com as pequenas células a nível internacional, torna difícil combatê-las. Por outras palavras, eliminando uma célula, não é suficiente para parar o movimento, porque todas as outras poderão ativar-se ou prosseguir com a missão. Por exemplo, alguns operacionais treinados e inspirados pela al-Qaeda, estabeleceram dezenas de células em vários países e regiões do planeta, tais como: Afeganistão, Algéria, Bósnia, Indonésia, Kosovo, Líbano, Malásia, Paquistão, Filipinas, Somália, Sudão ou Iémen. Outras células foram estrategicamente formadas em países do Ocidente ou não muçulmanos, dos quais se destacam: Inglaterra, França, Alemanha, Israel, Espanha, EUA e nalgumas regiões da Argentina, Brasil e Paraguai. Algumas células são consideradas “adormecidas”, isto é, não dão qualquer sinal de atividade terrorista até serem ativadas (via e-mail, rede social, entre outras) pouco antes da execução de um ataque (ibidem).

A *internet* tem sido, como já foi referido, um instrumento de bastante uso para a divulgação da mensagem dos grupos extremistas islâmicos. Tem sido também recorrente o recurso às novas tecnologias, nos meios de comunicação, por parte destas organizações terroristas mais modernas, pois facilita e expedita a comunicação entre as várias células e têm um alcance maior para o público em geral. Assim, é expectável que se continue a verificar o recurso a este tipo de tecnologias (ibidem).

Todos estes fatores tornam claro que o futuro do terrorismo moderno continuará a ser um enorme desafio para os Estados que o tentam travar, sendo que a al-Qaeda se destaca como um dos principais e contínuos desafios, isto se a ameaça do Daesh for contida nos próximos anos (ibidem).

A Primavera Árabe iniciada em Dezembro de 2010, provou que há um descontentamento geral das populações para com os regimes políticos nos países do MENA, embora esta revolta árabe tenha conseguido resultados

efetivos em poucos países. No entanto, tendo em conta que os tumultos nesta região do planeta têm sido regulares nas últimas décadas, torna provável que ainda se esteja um pouco longe da estabilidade que há tanto é desejada no Médio Oriente. Os poucos sucessos que foram atingidos na Primavera árabe não deixam de ser sucessos e, como tal, poderão incentivar futuras revoltas num futuro próximo. A população jovem árabe tem estado particularmente interessada nos movimentos fundamentalistas emergentes, à medida que aumentam o seu descontentamento pelos regimes árabes nacionalistas e socialistas falhados (ibidem).

A fasquia global (*“internacionalização”*) que o terrorismo de matriz islâmica atingiu, *“implica, também, a criação de mecanismos constantes de troca de informações que poderão conduzir”* à identificação, localização e eliminação da ameaça (Romana, 2005).

A cooperação e coordenação internacional no combate ao terrorismo têm sido uma das principais armas contra esta ameaça global. Através de uma parceria direta entre agências de segurança internacionais (algumas das quais já mencionadas), e outras unidades de contra terrorismo de vários países, têm sido capturados terroristas responsáveis por atentados e têm sido desmanteladas algumas unidades terroristas ativas quer na Europa quer no Médio Oriente. Esta *“articulação de esforços, no plano de cooperação internacional, insere-se numa lógica de relações multilaterais”* (Romana, 2005).

As estratégias de combate ao terrorismo de matriz islâmica, devem trabalhar no sentido da *“otimização e maximização das condições e meios de cada Estado”*, especialmente nos meios que constituem os sistemas de informação, para auxiliar neste panorama de coordenação internacional (ibidem).

Ainda no prisma da segurança, a nível doméstico esta terá que continuar a ser priorizada nos vários países, através das várias forças de segurança, das entidades responsáveis pelos emigrantes, bem como a própria segurança alfandegária e aeroportuária (Martin, 2013).

As operações de combate ao financiamento terrorista têm mostrado ser uma importante via de desgaste das organizações terroristas tal como já demonstrou ser com a al-Qaeda, e portanto devem continuar a ser uma forte aposta no combate ao terrorismo. A vigilância global das comunicações

(telemóveis, e-mail, redes sociais, fax, e *internet* no geral), embora eticamente contestadas, permitem interceptar conversas entre células ou indivíduos específicos que se preparam para perpetrar ataques. Por fim, as comunidades de *intelligence* e os sistemas de justiça criminais mundiais, terão que continuar a trabalhar em coordenação para atenuarem esta ameaça global, sendo que se têm demonstrado mais eficazes no combate ao terrorismo do que muitas entidades militares, conseguindo efetuar pressão nas redes terroristas e regularmente “encurralando” os criminosos até um ponto em que estes são detidos ou eliminados (ibidem).

Convém, por fim, referir que, a maior ou menor eficiência do combate ao terrorismo, está associada à maior ou menor recolha de informação (e cruzamento de dados) sobre as células ou grupos terroristas. Sendo a *internet* um dos palcos principais de planeamento e propaganda terrorista, é seguro prever que poderá haver uma aposta maior, nos próximos anos, por parte destas organizações, em utilizar a tecnologia e os avanços na comunicação para perpetrar ataques digitais ou informáticos, de modo a infligir danos em infraestruturas estratégicas ou em captar ou recolher informações importantes sobre o inimigo. Podem chamar-se a este tipo de ataques, de cibernéticos⁹³, e é um recurso em desenvolvimento que poderá muito bem ser um investimento a curto prazo das organizações extremistas islâmicas, conhecidas precisamente por acompanharem o avanço tecnológico mundial e por possuírem técnicos e operacionais especializados em informática. Deverá haver para o futuro um enfoque na cibersegurança e ciberdefesa, como política de defesa dos Estados, tal como foi já destacado na Cimeira NATO-UE em Varsóvia (2016).

Face ao exposto, é seguro afirmar que o terrorismo predominante da atualidade (terrorismo de matriz islâmica), embora com estruturas organizacionais e com cadeias hierárquicas diferentes de grupos terroristas seculares, teve uma “*capacidade notável de evolução e adaptação ao avanço*

⁹³ Um exemplo de um ataque cibernético ocorreu ainda o ano passado (2016) quando alguns dos “sites mais populares, como o Twitter, o Spotify e o eBay, sofreram interrupções nos seus serviços. Durante mais de duas horas, o acesso a estes sites, e ainda às páginas eletrónicas de diversos media - incluindo a CNN e os jornais The New York Times, Boston Globe, Financial Times e The Guardian - foi impossível na costa leste dos EUA” (DN, 2016).

tecnológico”. Este fator, embora controlável, torna o combate futuro às redes extremistas islâmicas incerto (Duque, 2016, p.146).

Do mesmo modo, continua a haver uma falta de consenso no que diz respeito à definição de terrorismo, como uma ameaça efetivamente preocupante. A comunidade internacional debate-se com o fato de haver países que consideram o terrorismo de matriz islâmica um recurso para a consecução dos seus interesses nacionais, sendo que há exemplos de países que aproveitam o impacto mediático destes grupos para paralelamente lucrarem nas regiões (O Médio Oriente possui um sem número de interesses económicos e geostratégicos) onde estas redes supostamente estão sediadas. Este impacto mediático tem dado origem, especialmente com o Daesh, a uma onda de recrutamento e de apoios globais⁹⁴ nunca antes visto num grupo jihadista. Isto representa um claro desafio para o futuro, pois as redes sociais assumem-se como plataformas que tão cedo não sairão do panorama mundial.

Por fim, colocam-se as questões de natureza ética, no que diz respeito à atualização e inovação dos vários serviços de combate ao terrorismo. Neste sentido, tem havido uma clara aposta na vigilância e na obtenção privada de informação sobre as redes terroristas islâmicas, mas isso implica que as entidades que acedem a esse nível privativo de informação tenham capacidade para vigiar dados e pormenores da vida pessoal do mais comum dos utilizadores de uma rede social. Surge o obstáculo moral do quão inovador deve ser o avanço tecnológico ao qual estas entidades recorrem, sem que seja posta em causa a liberdade pessoal dos indivíduos de uma sociedade, em detrimento da *“previsão eficaz da radicalização”* (idem).

⁹⁴ Cf. Anexo L com as atuais afiliações conhecidas do Daesh.

(página intencionalmente em branco)

6. Conclusões

*“O Homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes,
não tivesse tentado o impossível.”*

(Max Weber, n.d)

Esta investigação começou por apresentar o objeto de estudo, o terrorismo de matriz islâmica, bem como as suas delimitações espaço-temporais. Simultaneamente contextualizou-o na cena internacional, estabelecendo uma ponte entre o passado e o presente.

Seguidamente aprofundou-se a temática do terrorismo, começando por analisar o conceito de forma generalista, convergindo depois para o terrorismo de matriz islâmica. Nesse ponto, foi apresentada uma resenha histórica do mesmo, terminando com o destaque das principais células terroristas islâmicas da atualidade.

Introduziu-se, à posteriori, o conceito da globalização, desde os seus primórdios ideológicos àquilo que é considerado na atualidade. Nesse contexto, surge a tecnologia, que se destaca como subproduto da globalização ou como facilitador para o desenvolvimento do conceito da globalização em si. Nesta abordagem, incluem-se os meios de comunicação modernos tais como as redes sociais, que o terrorismo muito aproveitou para propagar o seu ideal extremista. Dá-se aqui uma visão negativista, no sentido do contributo da globalização para o terrorismo de matriz islâmica.

No capítulo que precedeu as conclusões, fez-se o oposto. Primeiro, enunciaram-se os principais planos transnacionais de combate ao terrorismo internacional, incluindo em Portugal, destacando a cooperação/coordenação entre todos. Acabou por se dar uma perspetiva mais otimista, no que concerne ao contributo da globalização, na atenuação da ameaça global que o objeto de estudo representa.

Neste capítulo iremos reunir toda a informação apresentada ao longo da dissertação, com o objetivo principal de responder à pergunta de partida, que serviu como referência inicial para desenvolver todo esse processo informativo até agora mencionado. Tendo desenvolvido a investigação nos últimos capítulos, passaremos seguidamente à avaliação dos objetivos que foram enunciados no segundo capítulo, tendo como horizonte a pergunta de partida:

“Poderá a globalização, enquanto fenómeno da atualidade, ser um processo a favor da luta contra o terrorismo de matriz islâmica?”

Para auxiliar na fase final da investigação, seguiremos as linhas orientadoras inerentes às hipóteses de trabalho que foram também enunciadas no segundo capítulo. Estas servem como baías para o percurso metodológico, sendo que procuraremos atestar ou refutar a validade das mesmas, de forma a aproximarmo-nos da meta final deste estudo.

Face ao exposto, em relação à primeira hipótese secundária⁹⁵, comecemos por analisar os mecanismos de combate ao terrorismo de matriz islâmica da atualidade. São vários os planos apresentados, abrangendo múltiplas organizações transnacionais. No capítulo anterior destacámos a importância de fazer frente aos processos internos dos grupos terroristas como forma de deter os seu desenvolvimento e influência à escala global.

Inicialmente, foi mencionada a forma como os terroristas de matriz islâmica se têm aproveitado de um mercado financeiro internacional cada vez mais globalizado e, assim, com cada vez maior liberdade de movimento nas transações. Consequentemente, o desenvolvimento das missões terroristas e da persecução das suas aspirações divinas, torna-se mais fácil com orçamentos, no caso do Daesh, a chegarem a níveis nunca antes observados numa organização desta índole. Combater o modo de financiamento destes grupos, através da identificação das suas transações e do limitar do seu acesso ao sistema financeiro internacional, através da colocação de embargos aos bancos ou ramificações financeiras que normalmente usam, será o passo inicial. Segue-se a identificação, no terreno, dos múltiplos negócios nos quais estes grupos estão envolvidos (petróleo, artefactos culturais roubados, extorsão), para que seja possível impedir algumas etapas financeiras da cadeia comercial e assim evitar que o grupo obtenha lucro. Já anteriormente este tipo de estratégia tinha resultado com a al-Qaeda e já tem surtido algum efeito com o Daesh, especialmente no que diz respeito à venda de petróleo, onde a regulação da proibição da sua venda ilegal, tem sido mais exaustiva e eficaz. Destacámos

⁹⁵ HS1: “Os mecanismos de combate ao terrorismo de matriz islâmica que existem são eficazes para o presente, mas não o serão no futuro.”

também a importância da adaptação e desenvolvimento de processos, que possam combater estes grupos no contexto da tecnologia. Mais especificamente, técnicas de combate ao uso dos meios de comunicação modernos (como as redes sociais). Assim, empresas como o *Facebook* e o *Twitter* têm contribuído com sucessivas atualizações das suas políticas de privacidade e do uso da plataforma, com o objetivo de melhor identificar as contas oficiais das organizações e, assim, eliminá-las, de forma a travar o alcance mediático que estas lhes permitem ter.

Podemos agora fazer menção aos mecanismos contraterroristas do futuro. Tal como referido no capítulo anterior, focaremos a previsão “apenas” para a próxima década. O mundo dos meios de comunicação sempre foi um dos principais campos de aposta dos extremistas de matriz islâmica. É seguro dizer que a plataforma das redes sociais tão cedo não abandonará o quotidiano da população mundial, especialmente por se tratar de um meio de liberdade de expressão a uma escala nunca antes conseguida. Por outras palavras, os terroristas têm, embora com os entraves das empresas detentoras das redes sociais, a possibilidade de fazer chegar a sua mensagem em pouco tempo, e para muitas pessoas. Deste modo conseguem alcançar o mediatismo que tanto é reconhecido como crucial nestes grupos terroristas. No que diz respeito ao uso desta tecnologia, podemos afirmar que tão cedo não deixará de ser usada, especialmente como método de recrutamento extremamente eficaz (tendo já conseguido atrair milhares de combatentes estrangeiros). Assim, os mecanismos do presente, em relação a estes fatores específicos, serão muito provavelmente os mesmos do futuro, pelo menos na próxima década.

Do que foi supra mencionado, pensamos ter reunido os argumentos suficientes para refutar a primeira hipótese secundária, pelo que consideramos que os mecanismos de combate são eficazes para o presente, tal como também o serão para o futuro.

Em relação à segunda hipótese secundária⁹⁶, podemos remeter logicamente para a questão da tecnologia e do recurso, cada vez mais comum, a este meio, por parte das organizações de matriz islâmica. Tal como já foi referido, decorre neste momento uma “batalha campal” no seio das plataformas

⁹⁶ HS2: “O terrorismo de matriz islâmica será combatido a partir de um computador, devido à evolução das tecnologias de informação.”

sociais, entre os operacionais de propaganda ou recrutadores jihadistas, e as respectivas empresas detentoras dessas plataformas. Naturalmente que os governos, através das agências de segurança, também têm uma intervenção nesta matéria, muitas vezes pela da obtenção de informação através destas plataformas. Consequentemente, essas agências governamentais procedem, se possível, à identificação e localização dos indivíduos responsáveis. Muitos indivíduos com ligações terroristas já foram detidos desta forma, pois operavam nestas plataformas à distância, longe do conflito ou núcleo de operação, se necessário, num país do outro lado do mundo. Neste trabalho conjunto entre entidades governamentais e as empresas detentoras do monopólio das redes sociais, tem sido possível suspender centenas de contas jihadistas *online*, limitando o alcance da mensagem do respetivo grupo terrorista.

É importante destacar, também, o potencial do ciberespaço, como meio de ataque por grupos terroristas. Tal como já foi referido no capítulo anterior, já houve, na história, episódios de ataques cibernéticos. Deste modo, num mundo cada vez mais interdependente, em que praticamente toda a estrutura da sociedade (política, economia, saúde, segurança, entre outros) se encontra interligada e, numa sociedade cada vez mais digital, é natural que a vulnerabilidade das infraestruturas de um Estado aumente. Por outras palavras, embora numa sociedade mais eficiente, a era da tecnologia digital tornou alguns sistemas centrais de um Estado, potenciais alvos de ataques cibernéticos, com o objetivo de debilitar ou atingir uma ou mais infraestruturas estatais. O ciberterrorismo é uma preocupação do futuro, e terá que ser travada no seio do mundo informático.

No entanto, não deixamos de destacar que grande parte da missão de um grupo terrorista de matriz islâmica depende do seu crescimento económico. Para que seja viável travar este crescimento, os Estados continuam dependentes do trabalho no terreno, no que diz respeito à recolha de informação sobre eventuais negócios que envolvam o grupo. Parte desses negócios continuam a ser feitos longe do mundo eletrónico das transações, ou seja, fisicamente, com dinheiro palpável. Seguindo esta lógica e usando o exemplo da organização do Daesh, o grupo terá de ser combatido no terreno, com intervenção militar, para que seja possível retomar o território ocupado pelos jihadistas. Por fim, o poder e alcance, enquanto ameaça, do Daesh, está muito dependente do seu autoproclamado

califado, ou seja, do seu território, onde a maioria dos seus objetivos são coordenados e cumpridos, pelo que apenas uma intervenção no terreno pode permitir eliminarem este problema.

Face ao exposto, parece-nos lógico considerar como refutada a segunda hipótese secundária. Embora grande parte do combate inicial seja travado através de um computador (no seio do mundo informático), uma intervenção física continua a ser necessária no terreno.

No que concerne à terceira hipótese secundária⁹⁷, tanto no primeiro capítulo como no quinto, foram mencionadas um conjunto de organizações governamentais, responsáveis por criar vários planos estratégicos de combate ao terrorismo de matriz islâmica. Tanto a UE, como a ONU, a NATO, ou o NCTC, têm sido responsáveis por, no plano internacional, criar mecanismos de combate à ameaça global que o objeto de estudo representa. Aparecem, no plano secundário, várias outras organizações (a OSCE, a Liga dos Estados Árabes, a Organização da Cooperação Islâmica, entre outros) trabalhando em relação estreita com as anteriores. Ainda na cena internacional, surgem as organizações não-governamentais de cariz humanitário, como peças fundamentais do conflito (crise dos refugiados) e pós-conflito.

Tal como se observou nos dados retirados do GTI 2016 e, tendo em conta que nos focámos nos dois principais grupos terroristas de matriz islâmica das últimas duas décadas (no que diz respeito ao seu alcance global), ou seja, o Daesh e a al-Qaeda, podemos tirar algumas ilações. Deste modo, desde 2001, ano a partir do qual se concentram os primeiros esforços globais de combate a este tipo de terrorismo, houve, por exemplo, uma diminuição acentuada deste extremismo em solo americano. A grande maioria dos ataques perpetrados naquele país entre 2001 e 2015 foram de grupos que não os de matriz islâmica. O mesmo já não aconteceu em solo iraquiano, tendo este tido, pelo contrário, um acentuado aumento de incidentes terroristas no mesmo período de tempo. Esta realidade centrou-se na invasão do Iraque e no respetivo aumento da violência sectária, acompanhado pela insatisfação de ver o país a ser invadido pelo ocidente.

⁹⁷ HS3: “A integridade (económica, social, política e de segurança) dos Estados está garantida, no presente, com os mecanismos de combate ao terrorismo de matriz islâmica, existentes entre as várias organizações/entidades governamentais e não-governamentais.”

Em relação ao Daesh, cujos ataques dispararam no período entre 2013 e 2015, a janela de análise é curta. É certo que os ataques, de matriz islâmica, dirigidos em solo europeu (executados pelo Daesh) aumentaram, no entanto, esta realidade não se pode atribuir à ineficácia das estratégias antiterroristas, pois a maioria foi, ou revista, ou criada recentemente (como é o caso da Coligação global na luta contra o Daesh). Ainda em relação a este grupo terrorista, os episódios de terror em solo iraquiano e sírio aumentaram igualmente entre 2013 e 2015, fruto da ocupação inusitada do território por parte do grupo. A onda de mediatismo violenta que o Daesh incentiva, demonstrada pelas execuções em direto, pelas decapitações, e por múltiplas violações dos direitos humanos, torna este período um dos mais sangrentos da história do terrorismo de matriz islâmica.

Tal como já foi referido, os recursos financeiros do grupo já são agora mais controlados, na sequência das estratégias antiterroristas, tal como a propagação da sua mensagem tem diminuído nas redes sociais, através do esforço de entidades não-governamentais como o Twitter ou o Facebook.

Embora o terrorismo desta índole possa atingir a estrutura de um Estado, poder dizer que a integridade do mesmo, como um todo, sai prejudicada, será demais. A não ser que um Estado deixe de o ser, ou sofra um impacto profundo como têm sofrido o Iraque e a Síria com a invasão do Daesh, com as respetivas fronteiras a tornarem-se maleáveis, a integridade de um Estado tipicamente mantém-se.

Face ao que foi acima enunciado, consideramos a terceira hipótese secundária como parcialmente válida. O impacto da al-Qaeda tem diminuído consideravelmente nos últimos quinze anos, fruto das estratégias antiterroristas. Da mesma forma, em relação ao Daesh, os Estados (com a exceção dos que têm, ou poderão vir a ter o seu território ocupado), têm a sua integridade (económica, social, de segurança e política) assegurada no presente, graças aos mecanismos que têm sido criados pelas organizações/entidades governamentais e não-governamentais.

Após atestada a validade das três hipóteses secundárias, resta-nos agora analisar igualmente a legitimidade da hipótese principal⁹⁸. A validação ou refutação da hipótese principal está dependente do que foi atestado nas anteriores, pois todas se encontram interligadas.

Primeiramente, deve destacar-se o cariz global da ameaça que é o terrorismo de matriz islâmica. Este é um fator comum associado a este tipo de terrorismo mais moderno. A estrutura mais horizontal e em célula que este tipo de organizações apresenta, permite-lhe ter afiliações um pouco por todo o mundo, nas áreas que estrategicamente servem melhor os seus interesses divinos. Deste modo, e tendo em conta que o ocidente é um inimigo comum a muitos dos grupos de matriz islâmica, a ameaça que representam estende-se à escala global, com a possibilidade de praticamente qualquer país, que não siga a sua visão religiosa do Islão, ser considerado um alvo.

Seguidamente, como referido nesta investigação, vivemos, na atualidade, numa sociedade contemporânea cada vez mais globalizada, ou seja, cada vez mais interligada, no seio de uma rede global. Neste sentido, toda a estrutura nuclear de um ou mais Estados, desde a economia, política, tecnologia, e até mesmo a nível social (relação entre pessoas), se aproxima, numa teia globalmente permeável.

Já foram validadas as hipóteses referentes aos mecanismos atuais de combate ao terrorismo de matriz islâmica, tal como à possibilidade deste afetar a integridade dos Estados. Com a exceção dos Estados que viram os seus territórios serem ocupados por grupos radicalistas islâmicos (como a Síria, o Iraque e outros que lhe possam seguir), a integridade de um Estado tem sido coberta pelas estratégias antiterroristas das organizações/entidades governamentais e não-governamentais.

Face ao supra mencionado, consideramos a hipótese principal validada. Embora o terrorismo de matriz islâmica tenha potencial para, num mundo globalizado, atingir a integridade de um Estado, os mecanismos contraterroristas da atualidade têm mostrado eficácia suficiente para impedi-lo.

⁹⁸ HP1: “O terrorismo de matriz islâmica, enquanto ameaça global, num mundo globalizado, a nível social, económico, político e tecnológico, pode prejudicar a integridade dos Estados, mas existem mecanismos de combate eficazes, criados ao nível nacional e transnacional, e em organizações/entidades governamentais e não-governamentais.”

Neste momento, estão reunidas todas as condições para que possamos responder à pergunta de partida⁹⁹.

A globalização é uma realidade que surgiu assumidamente no século passado e que, na atualidade, representa um fenómeno incontornável e em permanente evolução. Tem uma relação estreitíssima com o avanço tecnológico, no sentido em que funciona como um potenciador da tecnologia (através da troca de informação entre os países mundialmente desenvolvidos, bem como aquisição de produtos e subprodutos necessários para produzir tecnologia), tal como um resultado evolutivo da mesma. No âmbito da economia, gerou-se um mercado livre de bens e produtos que permitem, se necessário, um cidadão vender e comprar produtos, a países do outro lado do mundo.

No âmbito da tecnologia, surgem ainda os avanços nos meios de comunicação e difusão de informação através, por exemplo, das plataformas sociais *online*. Estas plataformas, entre outras, conduzem as sociedades contemporâneas a um nível de interligação nunca antes visto e, a rapidez de acesso à informação que estes meios trouxeram, permitem uma atualização muito maior do mundo que nos rodeia.

As redes jihadistas têm usado e abusado do potencial de meios de comunicação como as redes sociais. No entanto, neste momento, grupos terroristas de matriz islâmica como o Daesh, estão a ser submetidos a um conjunto de medidas contraterroristas, que têm conseguido, progressivamente, uma supressão cada vez maior da sua influência na *internet*. Deste modo, a tecnologia, como avanço facilitado pela globalização, contribuiu para a atenuação do fenómeno jihadista *online*.

Da mesma forma, tem crescido a facilidade com que as entidades governamentais e não-governamentais conseguem trocar informação entre si. Aliás, a grande maioria dos planos estratégicos de combate ao terrorismo de matriz islâmica, incluem precisamente o cruzamento de dados com outras entidades, com o mesmo objetivo, a nível transnacional. Este modo de recolher/fornecer informação essencial permite a identificação, e posterior localização de muitos dos operacionais recrutadores jihadistas que operam nas

⁹⁹ P.P: “Poderá a globalização, enquanto fenómeno da atualidade, ser um processo a favor da luta contra o terrorismo de matriz islâmica?”

redes sociais. Da mesma forma, permite que se detetem intermediários importantes nos negócios das redes jihadistas, combatendo assim o financiamento que é tão importante para a condução da jihad.

Por fim, resta-nos destacar que a natural interligação social que a globalização trouxe, associado ao crescente choque e mistura de culturas, etnias e raças em muitos países ocidentais, permite, numa ótica teoricamente otimista, que melhor se perceba a cultura, religião e costumes/tradições que estas organizações tanto defendem. Deste modo, através do entendimento do contexto destes grupos, seria possível, numa situação de pós-conflito, estabelecer as condições regionais mais apropriadas, para que a probabilidade de ressurgências terroristas de matriz islâmica diminuísse consideravelmente no futuro.

Em síntese, tendo em consideração tudo o que foi anteriormente mencionado, pensamos estar em posição de afirmar que a globalização, enquanto fenómeno da atualidade, pode ser um processo a favor da luta contra o terrorismo de matriz islâmica, tendo já demonstrado resultados muito positivos.

Em relação às perguntas derivadas, pensamos ter respondido à primeira pergunta derivada¹⁰⁰, através da resposta dada à pergunta de partida da investigação, no sentido em que foram abordadas os vários contextos em que a globalização poderá contribuir para a atenuação do terrorismo de matriz islâmica. No que concerne a segunda pergunta derivada¹⁰¹, iremos responder com a perspetiva do autor, no subcapítulo destinado às sugestões.

O sistema internacional caracteriza-se, na atualidade, por uma incerteza global que deverá fazer parte da preocupação prioritária dos Estados no futuro. A emergência de ameaças à escala global, como aquela que representou o objeto de estudo desta investigação, revela que estamos num constante e progressivo processo de adaptação e reavaliação das estratégias nacionais e transnacionais. Deveremos continuar a atribuir simultaneamente um cariz prioritário, nas parcerias internacionais de cooperação entre Estados e organizações, nas áreas da política, economia, cultura, saúde, sociedade,

¹⁰⁰ PD1: “De que forma a globalização poderá contribuir para a atenuação do terrorismo de matriz islâmica?”

¹⁰¹ PD2: “Como poderá combater-se o terrorismo, mais eficazmente, numa perspetiva da comunidade internacional, no futuro?”

segurança, entre tantas outras. Estamos na era de uma comunidade internacional em permanente mudança, e esta investigação tenta contribuir para a realidade de que, os Estados, na tentativa de uma perspetiva comum, devem continuar a trabalhar no sentido de estabelecer a ordem mundial.

6.1 Sugestões

Após a investigação efetuada nesta dissertação, pensamos ter adquirido um nível de conhecimento suficiente para elaborar algumas sugestões:

- Em países onde tradicionalmente existe uma tensão sectária considerável, poderia haver uma maior inclusão das minorias etnonacionalistas nas posições de poder, ou uma maior inclusão das mesmas nas estruturas sociais, económicas e de segurança de um Estado. O objetivo seria evitar situações como as do Iraque, em que depois do derrube do regime de Saddam (em 2003), e com o governo em transição, houve uma ascensão maioritariamente xiita ao poder, enquanto simultaneamente os sunitas, privados dos seus direitos, criaram uma insurgência violenta que ainda hoje perdura.
- Difundir a ideia (através dos meios de comunicação mais modernos) de que as tradições islâmicas (de uma sociedade de inclusão e em que todos serão valorizados), prometidas por grupos como o Daesh, aos verdadeiros muçulmanos (verdadeiros no ponto de vista da organização), são falsas. Os refugiados que estiveram sujeitos ao regime extremista islâmico do Daesh afirmaram, há pouco tempo, após a parcial recuperação de Mossul, que as condições do regime são estritamente autoritárias e que quem não colabora com as suas aspirações será morto.
- Uma maior inclusão das minorias étnicas, raciais e culturais em países do Ocidente. Por exemplo, através da criação de infraestruturas que permitam a liberdade religiosa dessas minorias, não discriminá-las no mundo laboral, e criando as mesmas oportunidades sociais que para o resto da população, com o objetivo de evitar um crescente desagrado e possível identificação com movimentos fundamentalistas.

- Apelar à aproximação de culturas a nível global, de forma a melhor entender os diferentes contextos socioculturais e religiosos das várias civilizações. Por exemplo, dando particular destaque à Aliança das Civilizações da ONU, cujo um dos objetivos é precisamente a aproximação da cultura dos países muçulmanos e do Ocidente, por forma a melhorar os processos de tomada de decisão a nível internacional, abrangendo as diferentes realidades contextuais de cada Estado.

(página intencionalmente em branco)

Referências bibliográficas

- AMIRAHMADI, Hooshang. - **Dark Geopolitics of the Middle East**. The Cairo Review of Global Affairs [Em linha]. 2015. [Consult. 10 Fev. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https:// www.thecairereview.com/essays/dark-geopolitics-of-the-middle-east/>
- BALÃO, Sandra M. - **A Matriz do Poder - Uma Visão Analítica da Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo**. 2ª ed. [S.l.]: MGI, 2014. ISBN 978-989-97668-8-4.
- BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia - **The Globalization of world politics - An introduction to international relations**. 5ª ed. [s.l.]: Oxford, 2011.
- BESSA, João M.A.P. – **As Nações Unidas e o Terrorismo**, Revista Militar [Em linha] nº. 2458 (2006) [Consult. 22 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.revistamilitar.pt/artigo/159>
- COE - **The Council of Europe in brief** [Em linha]. 2016. [Consult. 29 Dez. 2016]. Disponível em WWW:URL:http://www.coe.int/en/web/about-us/who-we-are
- COSTA, João P.B. – Combate ao terrorismo e cooperação civil-militar: o papel da EU e da NATO . reflexos nas áreas de segurança interna e defesa nacional. 2010. In **I Congresso Nacional de Segurança e Defesa**. Lisboa: Revista Segurança e Defesa; AFCEA-Portugal.
- COSTA, João P.O. E - **O pavão da Globalização**. Expresso [Em linha]. (17 Mai. 2010). [Consult. 6 mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://expresso.sapo.pt/blogues/ blogue_vento_velas/o-pavao-da-globalizacao=f583275>
- COUTO, Abel C. - **Elementos de Estratégia, Apontamentos para um Curso**. Vol.1. Lisboa: Militares, Instituto de Altos Estudos, 1988.
- DIAS, Mónica; SAMÕES, Orlando. - Liberalismo e Institucionalismo Liberal. In DUQUE, Raquel; NOIVO, Diogo; SILVA, Teresa DE A. E - **Segurança Contemporânea**. Lisboa: PACTOR, 2016. ISBN 978-989-693-054-7. p.23-41.

DN - **Ataque cibernético afetou Twitter, Spotify e outros serviços**. Diário de Notícias. [Em linha]. 12 Out. 2016. [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.dn.pt/media/interior/ataque-cibernetico-afetou-twitter-spotify-e-outros-servicos-5455764.html>

DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve - **International Relations Theories - Discipline and Diversity**. 2ª ed. Nova Iorque: Oxford, 2010. ISBN 978-0-19-954886-6.

DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian C. - Realism. In BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia - **The Globalization of world politics - An introduction to international relations**. 5ª ed. [s.l.]: Oxford, 2011. ISBN 978-0-19-956909-0. p.84-100.

DUQUE, Raquel - Terrorismo: um olhar sobre a evolução e as particularidades desta forma de violência. In DUQUE, Raquel; NOIVO, Diogo; SILVA, Teresa DE A. E - **Segurança Contemporânea**. 1ª ed. Lisboa: PACTOR, 2016. ISBN 978-989-693-054-7. ISBN 978-989-693-054-7. p.131-151.

DUQUE, Raquel; NOIVO, Diogo; SILVA, Teresa DE A. E - **Segurança Contemporânea**. 1ª ed. Lisboa: PACTOR, 2016. ISBN 978-989-693-054-7.

E-GLOBAL - **Distribuição demográfica de sunitas e xiitas**. E-Global [Em linha] 5 Jan. 2016. [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://e-global.pt/noticias/geopolitica/o-mapa-geopolitico-mais-importante/>

EUROJUST - **Eurojust Council decision** [Em linha]. 2002. [Consult. 16 Mai. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://www.eurojust.europa.eu/about/legal-framework/Pages/eurojust-legal-framework.aspx>

EURONEWS - **A capital do Azerbaijão acolheu o Fórum Global das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, dedicado à problemática da radicalização dos jovens**. Euronews [Em linha]. 27 Abr. 2016. [Consult. 21 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://pt.euronews.com/2016/04/27/alianca-das-civilizacoes-juntos-contr-o-odio>

EUROPOL - **Our Thinking** [Em linha]. 2016. [Consult. 12 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:https://www.europol.europa.eu/about-europol/our-thinking>

EUROPOL - **TE-SAT 2013: EU Terrorism Situation and Trend Report** [Em linha]. [s.l.]: Van Deventer. (2013). [Consult. 12 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/te-sat-2013-eu-terrorism-situation-and-trend-report>

EUROPOL - **(TE-SAT) 2016 European Union Terrorism Situation and Trend Report** [Em linha]. Hague: [s.n.]. (2016). [Consult. 12 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/eu-terrorism-situation-and-trend-report>

FIERKE, K. M. - Construtivism. In DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve - **International Relations Theories – Discipline and Diversity**. 2ª ed. Nova lorque: Oxford, 2010. ISBN 978-0-19-954886-6. p.177-195.

FREDDY EYTAN - **The Failures of the International Community in the Middle East since the Sykes-Picot Agreement, 1916-2016**. Jerusalem Center for Public Affairs [Em linha] [Consult. 10 Fev. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://jcpa.org/the-failures-in-the-middle-east-since-the-sykes-picot-agreement/>

FRONTEX - **Origin** [Em linha]. 2016. [Consult. 16 Mai. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://frontex.europa.eu/about-frontex/origin/>

HOUGH, Peter – **Understanding Global Security**. 2ª ed. [s.l.]: Routledge, 2008. ISBN 0-415-42141-1.

IEP – **Global Terrorism Index 2016** [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. (2012). [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2016/11/Global-Terrorism-Index-2016.2.pdf>

IEP - **Global Terrorism Index 2012** [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. (2016). [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/2012-Global-Terrorism-Index-Report.pdf>

INTERPOL - **About Interpol** [Em linha]. 2017. [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.interpol.int/About-INTERPOL/Overview>

ISW - **ISIS Global Strategy** [Em linha] [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://understandingwar.org/sites/default/files/ISIS Global Strategy MAR 2016-01_4.png>

ISW - **ISIS's Campaign in Europe: December 5, 2015 to March 25, 2016** [Em linha] [Consult. 17 mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://post.understandingwar.org/sites/default/files/ISISEurope 2016 All Data_0.pdf>

ISW - **ISIS Sanctuary: April 22, 2016** [Em linha] [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://understandingwar.org/sites/default/files/ISIS Sanctuary April 22-01_9.png>

ISW - **ISIS Sanctuary: April 22, 2016** [Em linha] [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://understandingwar.org/sites/default/files/ISIS Sanctuary April 22-01_9.png>

ISW - **ISIS Regional Campaign: May 2016** [Em linha] [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://understandingwar.org/sites/default/files/ISIS Regional Map May HIGH Res 2016-01_5.png>

ISW - **Iraq Control of Terrain Map: December 15, 2016** [Em linha] [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:file:///C:/Users/maria/Desktop/JEGL_Tese/imagens/Iraq Blobby map 15 DEC 2016 PDF.pdf>

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg - **Introduction to International Relations- Theories & Approaches**. 4ª ed. Nova Iorque: Oxford, 2010. ISBN 978-0-19-954884-2.

JOHNSTON, Patrick B. - **Countering ISIL's Financing**. [Em linha]. Washington: RAND Corporation. (2014). [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em

<WWW:URL:http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/testimonies/CT400/CT419/RAND_CT419.pdf>

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina DE A. - **Metodologia do Trabalho Científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. ISBN 85-224-0859-9.

LASTRES, Helena M.M.; ALBAGLI, Sarita - **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1999. ISBN 85-352-0489-X.

Liga dos Estados Árabes - **Mundo árabe MENA**. EEni [Em linha]. 2015. [Consult. 29 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://pt.reingex.com/Liga-dos-Estados-Arabes.asp>

LINKLATER, Andrew - Globalization and the transformation of political community. In BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia – **The Globalization of world politics – An introduction to international relations**. 5ª ed. [s.l.]: Oxford, 2011. ISBN 978-0-19-956909-0. p.528-544.

LOPES, M. S. - **Perfil: Sayyid Qutb: o ideólogo da «jihad»**. Público [Em linha]. 2 Fev. 2011. [Consult. 15 Fev. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.publico.pt/2011/02/02/mundo/noticia/sayyid-qutb-o-ideologo-da-jihad-1478217>

LUCENA, José N. DE S. - Tipologia e Hierarquização das Ameaças. A importância das afirmações. Tipos de Sistemas das Informações. Em COUTO, Abel C. - **Nação e Defesa**. [s.l.]: IDN, 1992. ISBN 0870-757X. p.125-165.

MANFREDA, Primoz - **Definition of the Arab Spring**. ThoughtCo [Em linha]. Actual. 10 Fev. 2017. [Consult. 10 Fev. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://middleeast.about.com/od/humanrightsdemocracy/a/Definition-Of-The-Arab-Spring.htm>

MARTIN, Gus - **Understanding Terrorism**. 4ª ed. American Psychological Association. London: SAGE, 2013. ISBN 978-1-4522-0582-3.

MCGREW, Anthony - Globalizations and global politics. In BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia - **The Globalization of world politics - An**

introduction to international relations. 5ª ed. [s.l.]: Oxford, 2011. ISBN 978-0-19-956909-0. p.14-34.

MDN - **Conceito Estratégico de Defesa Nacional**. [Em linha] [Consult. 10 Fev. 2017]. Portugal: 1a série, nº 67, 2013. (2013). p.16–22. Disponível em <WWW:URL:<http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=008&cod=03072013x2#sthash.sPtPuFHf.dpbs>>

MNE - **Tratado de Lisboa - Versão Consolidada**. [Em linha]. Portugal: Assembleia da República. (2008). [Consult. 10 Fev. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf>

MOREIRA, Adriano - **Teoria das Relações Internacionais**. 4ª ed. Coimbra: Almedina, Grupo, 2002. ISBN 972-401-771-0.

MOREIRA, Adriano - **Teoria das Relações Internacionais**. 8ª ed. [S.l.]: Grupo Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-55551-0. p.71-79.

MOREIRA, Adriano - Prefácio. In DUQUE, Raquel; NOIVO, Diogo; SILVA, Teresa DE A. E - **Segurança Contemporânea**. 1ª ed. Lisboa: PACTOR, 2016. ISBN 978-989-693-054-7. p. XIII-XV.

MSF - **Quem somos** [Em linha]. 2017. [Consult. 16 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:<http://www.msf.org.br/quem-somos>>

MUIR, Jim - **O polêmico acordo feito há 100 anos na raiz de conflitos no Oriente Médio**. BBC Brasil [Em linha]. 18 Mai. 2016. [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>>

NATO – **The North Atlantic Treaty**. Washington D.C.: 1949.

NATO - **Countering terrorism** [Em linha]. 2010. [Consult. 16 Mai. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_77646.htm>

NATO - **Warsaw Summit Communiqué** [Em linha]. 2016. [Consult. 2 Jan. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_133169.htm>

NCTC - **NCTC_Strategic_Intent_2013_2015**. [Em linha]. Estados Unidos: [s.n.]. (2012). [Consult. 2 Jan. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.nctc.gov/docs/NCTC_Strategic_Intent_2013_2015.pdf>

NOIVO, Diogo - Conflitos armados: conceitos, evolução e resolução. In DUQUE, Raquel; NOIVO, Diogo; SILVA, Teresa DE A. E - **Segurança Contemporânea**. 1ª ed. Lisboa: PACTOR, 2016. ISBN 978-989-693-054-7. p.115-131.

OSCE - **Who We Are** [Em linha]. 2016. [Consult. 29 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://www.osce.org/who-we-are>

PINTO, Maria DO C. - A Jihad e contexto europeu. In MOREIRA, Adriano - **Terrorismo**. 1ª ed. Coimbra: Almedina, Grupo, 2003. p.440-459.

PINTO, Maria DO C. - **A Organização para a Cooperação Islâmica** [Em linha]. 2015. [Consult. 29 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://janusonline.pt/images/anuario2015/3.14_MariaCeupinto_CooperacaIslamica.pdf>

PJ – **Comunicação UIF** [Em linha]. 2017. [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7B05D39412-A622-466C-82F8-3C0D4794F548%7D>

PJ - **Unidade de Cooperação Internacional** [Em linha]. 2017. [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7BF2B1FEAA-D25F-4654-9377-F4A1304DD2A6%7D>

PJ - **Unidade Nacional Contra Terrorismo** [Em linha]. 2017. [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7B6C365914-7C6C-4EA7-96D3-07CC3990A258%7D>

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUT, Luc V. - **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5ª ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

- REIS, Bruno C. - Realismo, ainda a teoria dominante? In DUQUE, Raquel; NOIVO, Diogo; SILVA, Teresa DE A. E - **Segurança Contemporânea**. 1ª ed. Lisboa: PACTOR, 2016. ISBN 978-989-693-054-7. p.3-23.
- ROMANA, Heitor - **Terrorismo e «Intelligence»: um novo quadro analítico**. Janus [Em linha]. 2005. [Consult. 16 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005_4_1_11.html>
- SAMPAIO, Jorge - **Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações (2007-Fev.2013)** [Em linha] [Consult. 21 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://jorgesampaio.pt/jorgesampaio/pt/aoc/>
- SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria DEL P. B. - **Metodologia da Pesquisa**. 5ª ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2013. ISBN 978-85-65848-28-2.
- SEABRA, Pedro - Construtivismo e Segurança. In DUQUE, Raquel; NOIVO, Diogo; SILVA, Teresa DE A. E - **Segurança Contemporânea**. 1ª ed. Lisboa: PACTOR, 2016. ISBN 978-989-693-054-7. p.41-55.
- SEMANA - **Al Qaeda y la pesadilla fantasma**. Semana [Em linha]. 10 Ago. 2013. [Consult. 17 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.semana.com/mundo/articulo/al-qaeda-pesadilla-fantasma/353669-3>
- SGMAI - **Estratégia Nacional de Combate ao terrorismo** [Em linha]. 26 Fev. 2015. [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Paginas/Estratégia-Nacional-de-Combate-ao-terrorismo-.aspx>
- SIDDIQI, Muhammad - **What is the Levant?**. Dawn [Em linha]. 17 Jun. 2014. [Consult. 16 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.dawn.com/news/1113209>
- STATE DEPARTMENT - **The Global Coalition to Counter ISIS** [Em linha]. 2016. [Consult. 11 mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.state.gov/s/seci/index.htm>

STATE DEPARTMENT - **The Global Coalition To Counter ISIS: Partners** [Em linha]. 2016. [Consult. 17 mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://www.state.gov/s/seci/c72810.htm>

STERN, Jessica; BERGER, J. M. - **Estado Islâmico, Estado de Terror**. 1ª ed. Nova Iorque: Ecco, 2015. ISBN 978-989-8491-68-8.

STILWELL, Peter - Terrorismo e tradição bíblica. In MOREIRA, Adriano- **Terrorismo**. 1ª ed. Coimbra: Almedina, Grupo, 2003. p.153-159.

TERRA - **Conheça células terroristas da Al-Qaeda pelo mundo**. Terra [Em linha]. 8 Ago. 2010. [Consult. 17 mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://noticias.terra.com.br/mundo/conheca-celulas-terroristas-da-al-qaeda-pelo-mundo,d80c78c65940b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

UE - **Cimeira da OTAN, em Varsóvia, na Polónia** [Em linha]. 2016. [Consult. 11 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2016/07/08-09/>

UE - DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO. [Em linha]. Bélgica: [s.n.]. (2016). [Consult. 11 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10678-2016-INIT/pt/pdf>

UE - **Luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo** [Em linha]. 2016. [Consult. 11 mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/fight-against-terrorist-financing/>

UE - **Luta da UE contra o terrorismo** [Em linha]. 2005. [Consult. 11 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/>

UE - **Luta da UE contra o terrorismo - Consilium** [Em linha]. 2005. [Consult. 16 Mai. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/fight-against-terrorism/>

UE - **Mogherini attends meeting of the Global Coalition to counter Da'esh in Washington DC** [Em linha]. 2016. [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/7388/mogherini-attends-meeting-global-coalition-counter-daesh-washington-dc_en>

UE COMISSION - **supplementing Directive (EU) 2015/849 by identifying high-risk third countries with strategic deficiencies** [Em linha]. Brussel: [s.n.]. (2016). [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/3/2016/EN/3-2016-4180-EN-F1-1-ANNEX-1.PDF>

UN, G. A. - **Resolution adopted by the General Assembly on 16 September 2005** [Em linha]. Nova Iorque: [s.n.]. (2005). [Consult. 12 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/60/PDF/N0548760.pdf?OpenElement>

UN, G. A. - **Secretário-geral da ONU pede parceria global no combate ao extremismo violento** [Em linha]. 11 Abr. 2016. Atual. 2 Set. 2016. [Consult. 29 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:https://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-pede-parceria-global-no-combate-ao-extremismo-violento/>

UN, G. A. - **The 2005 World Summit High-Level Plenary Meeting of the 60th session of the UN General Assembly** [Em linha]. 2005. [Consult. 29 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://www.un.org/en/events/pastevents/worldsummit_2005.shtml>

UN, G. A. - **UN Global Counter-Terrorism Strategy** [Em linha]. 2006. [Consult. 23 Mai. 2016]. Disponível em <WWW:URL:https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/un-global-counter-terrorism-strategy>

UN, G. A. - **Universal Declaration of Human Rights** [Em linha]. 2016. [Consult. 29 Dez. 2016]. Disponível em <WWW:URL:http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html>

UN S.C - **Resolution 1566** [Em linha]. [s.l.]. [s.n.]. (2004). Disponível em <WWW:URL:http://www.unrol.org/files/n0454282.pdf>

UNICEF - **A UNICEF** [Em linha]. 2017. [Consult. 16 Mar. 2017]. Disponível em <WWW:URL:http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101110&m=1>

VIANA, Vítor R. - **Segurança Colectiva** - A ONU e as Operações de Apoio à Paz. [S.l.]: Cosmos, 2002. ISBN 972-762-241-0.

VILELAS, José - **Investigação - O Processo de Construção do Conhecimento**. 1ª ed. Lisboa: Sílabo, 2009. ISBN 978-972-618-557-4.

(página intencionalmente em branco)

Anexos

ANEXO A - Distribuição Geográfica dos Sunitas e Xiitas.....	A-1
ANEXO B - Definição de Fronteiras no Acordo Sykes-Picot.....	B-1
ANEXO C - Distribuição das Células da al-Qaeda no Mundo.....	C-1
ANEXO D - Mapas Temporais da Ocupação Territorial do Daesh	D-1
ANEXO E - Mapa da Estratégia Global do aEI.....	E-1
ANEXO F - Nações da Coligação Global	F-1
ANEXO G - Gráficos de Atentados do Daesh e da al-Qaeda	G-1
ANEXO H - Atentados Terroristas Perpetrados na Europa	H-1
ANEXO I - Ataques Terroristas em Solo dos EUA.....	I-1
ANEXO J - Atentados no Iraque e Síria	J-1
ANEXO K - Países Terceiros de Elevado Risco.....	K-1
ANEXO L - Afiliações Globais do ISIL	L-1

(página intencionalmente em branco)

ANEXO A - Distribuição Geográfica dos Sunitas e Xiitas

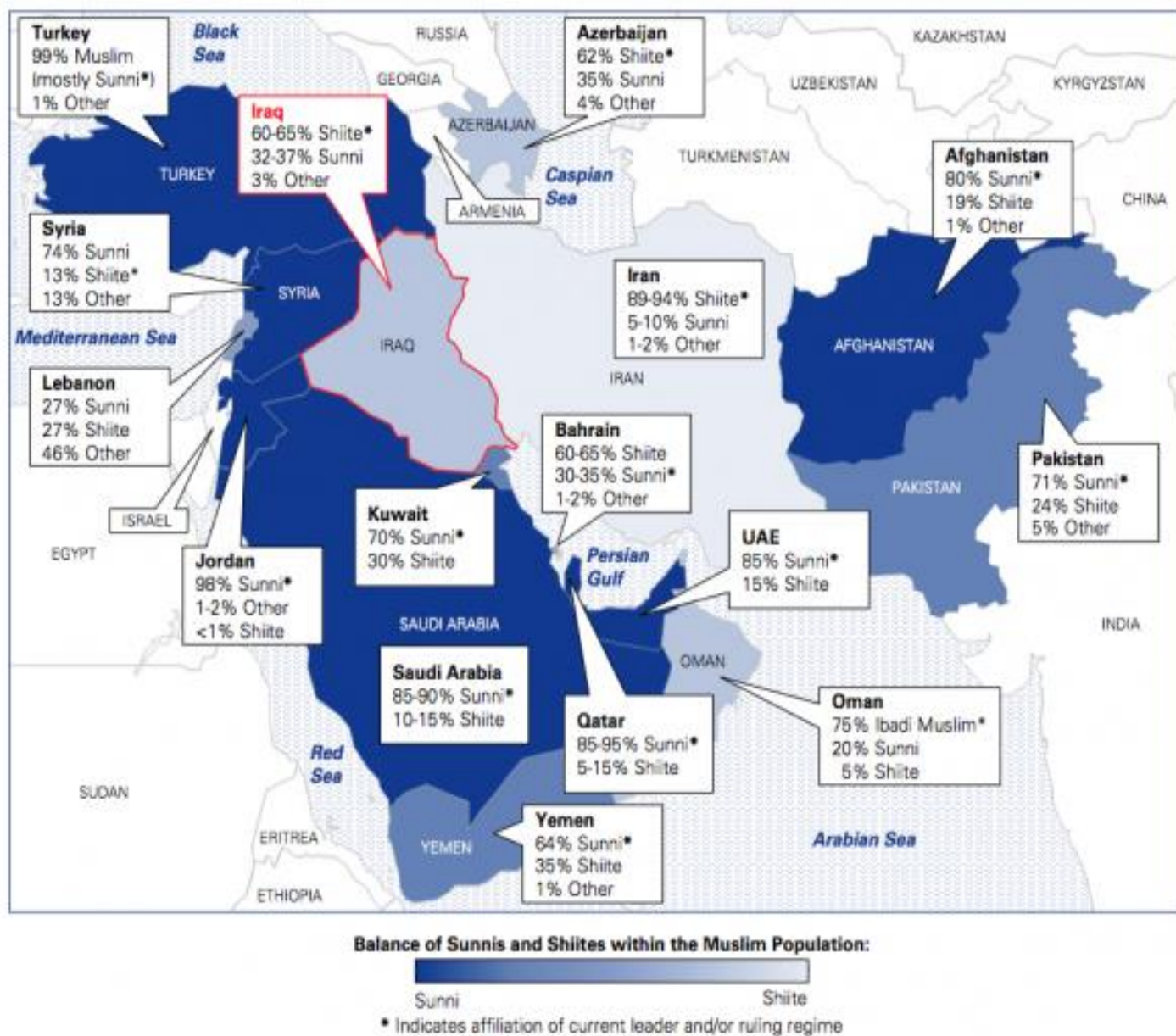


Figura A-1 – Mapa indicativo da distribuição xiita e sunita no Médio Oriente, Sudeste Europeu e Ásia Ocidental.¹⁰²

Fonte: (e-Global, 2016)

¹⁰² Os sunitas “representam mais de 85% das populações muçulmanas na Arábia Saudita, Catar, Jordânia, Síria e Emirados Árabes Unidos, e 70-85% no Kuwait, Paquistão e Afeganistão. Os xiitas são maioria no Bahrein, Iraque, e Azerbaijão (60-65% xiita), bem como no Irão (90-95%), lar da maior população xiita. Embora a região do Médio Oriente e Norte de África seja majoritariamente muçulmana (93%), é o lar de apenas cerca de 20% dos muçulmanos no mundo todo. A maioria – mais de 60% – vive na região da Ásia-Pacífico” (e-Global, 2016).

ANEXO B - Definição de Fronteiras no Acordo Sykes-Picot

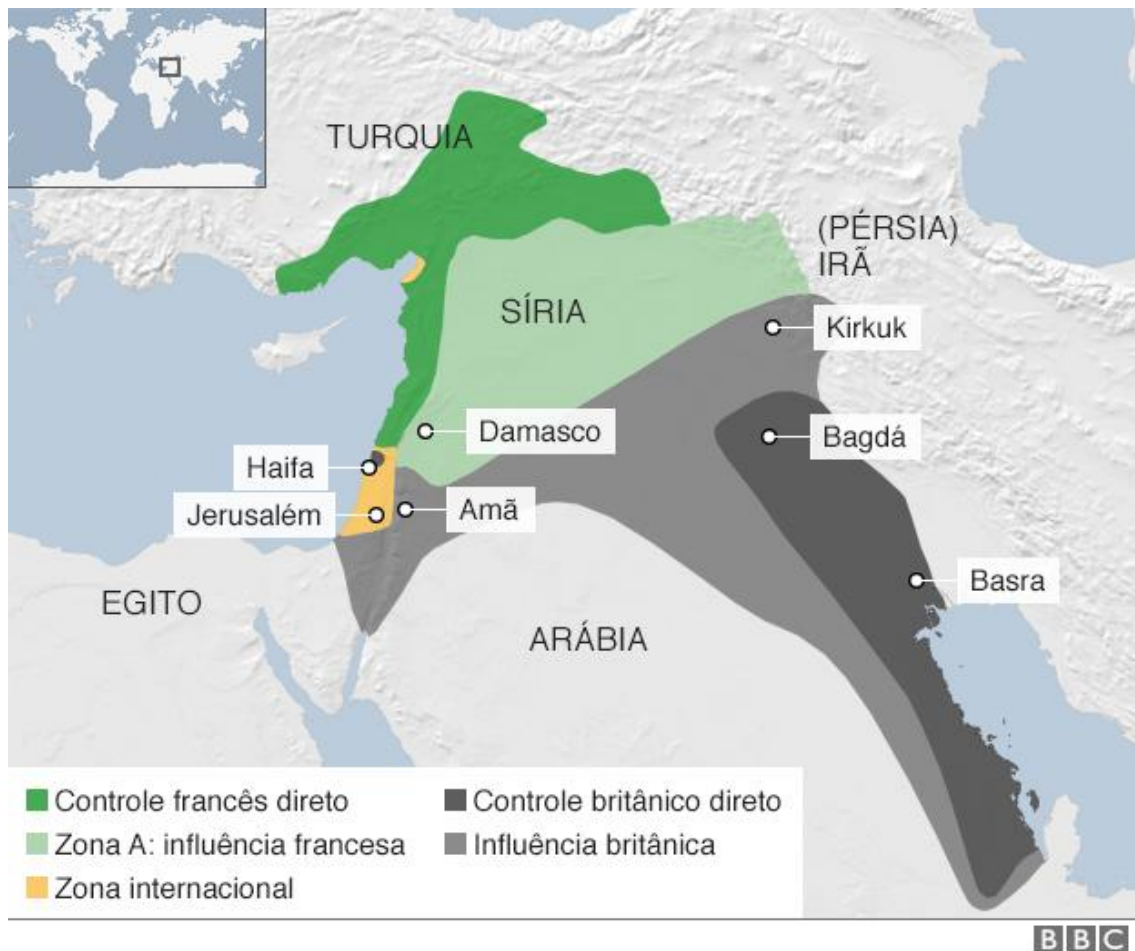


Figura B-1 – Mapa representativo atual da influência da divisão geográfica feita no acordo Sykes-Picot.

Fonte: (Muir, 2016)

¿Dónde está Al-Qaeda?

A pesar de más de una década de guerra contra el terrorismo islámico, Estados Unidos no ha sido capaz de derrotar a Al-Qaeda. Aunque ya no son tan fuertes, es una organización descentralizada con grupos locales que funcionan como franquicias.

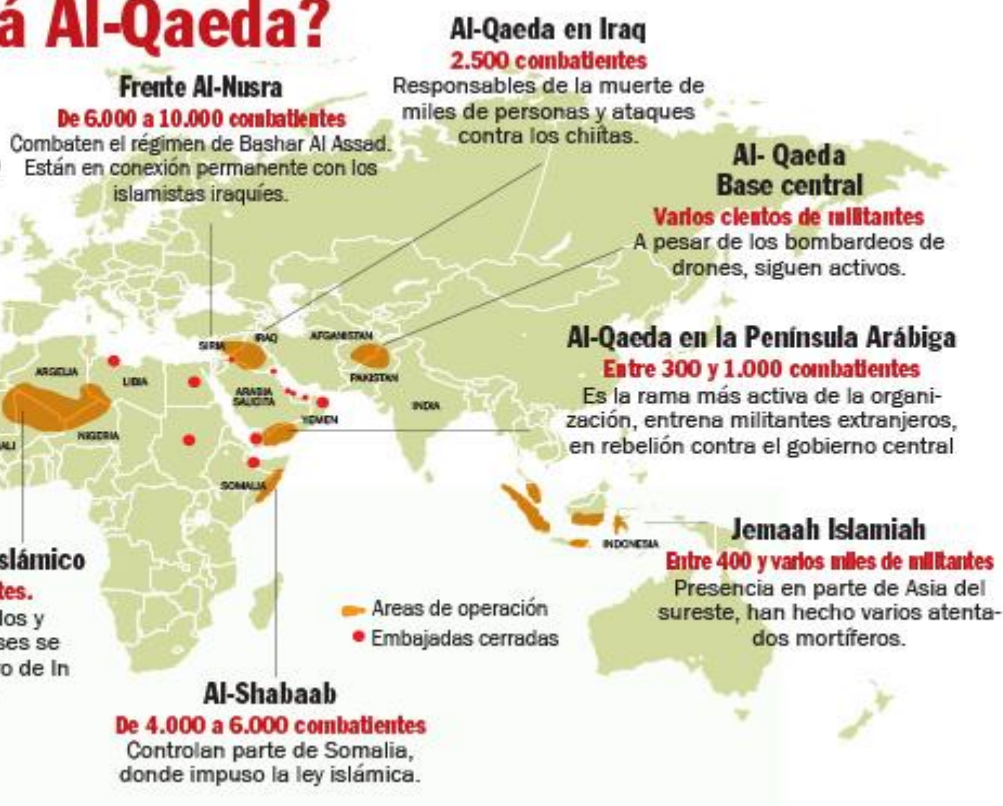


Figura C-1 – Mapa da distribuição das células conhecidas da al-Qaeda no mundo¹⁰³.

Fonte: (Semana, 2013)

¹⁰³ São 7 células espalhadas pelo globo: *al-Qaeda no Iraque (atualmente desativada)* ; *al-Qaeda no Magreb Islâmico* ; *Jihad Islâmica, no Iêmen (al-Qaeda na Península Arábica)* ; *Harakat al-Shabaab Mujahideen, na Somália* ; *Jihad Islâmica, no Egito* ; *Movimento Islâmico no Turquistão, na China* ; e *Grupo Líbio de Luta Islâmica* (Terra, 2010).

ANEXO D - Mapas Temporais da Ocupação Territorial do Daesh

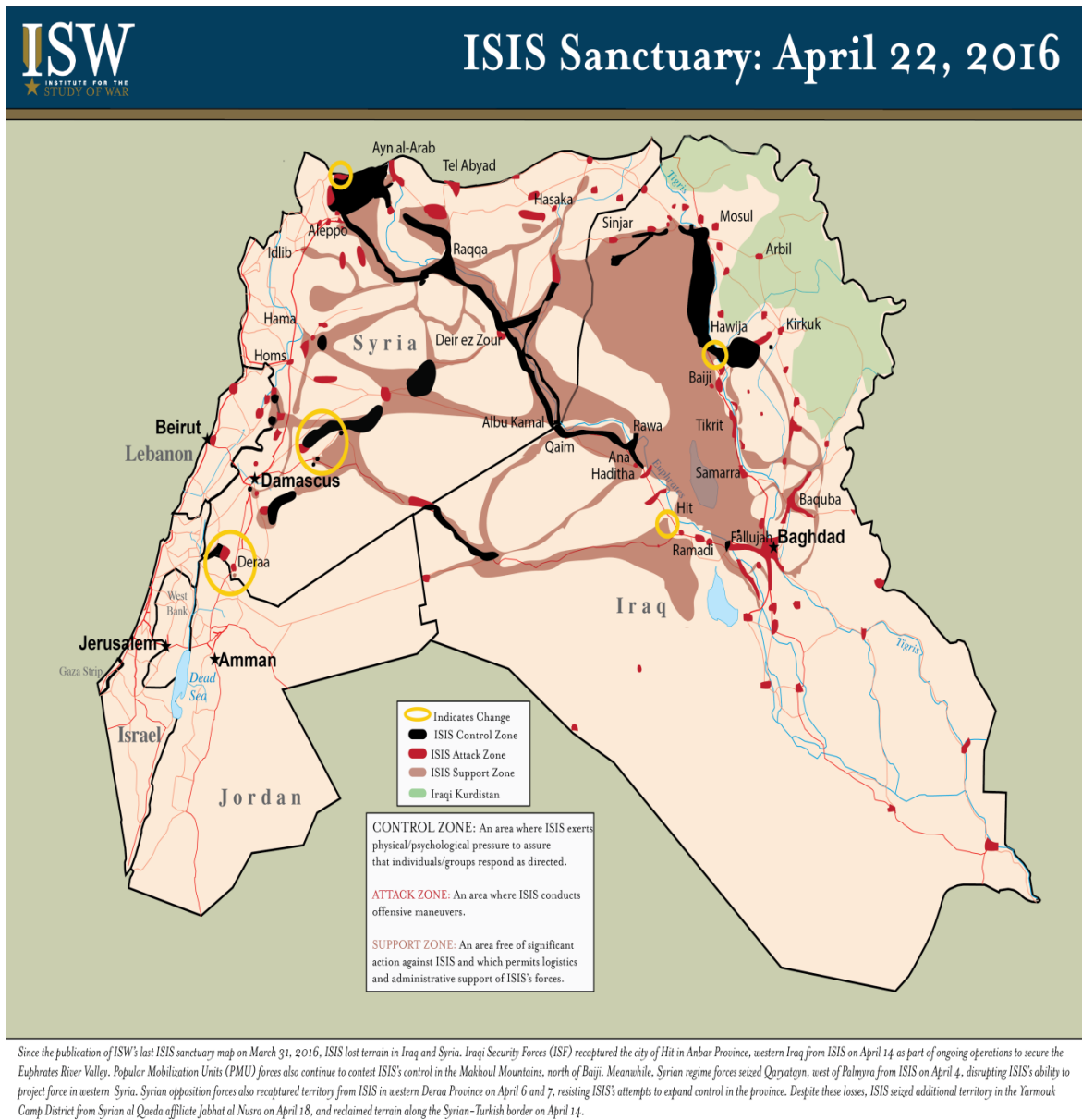


Figura D - 1 – Mapa representativo do território ocupado pelo Daesh em Abril de 2016¹⁰⁴

Fonte: (ISW, 2016)

¹⁰⁴ O território efetivamente ocupado está assinalado a preto. Neste momento, as linhas já recuaram, sendo que a Coligação já conseguiu recuperar parte do território.

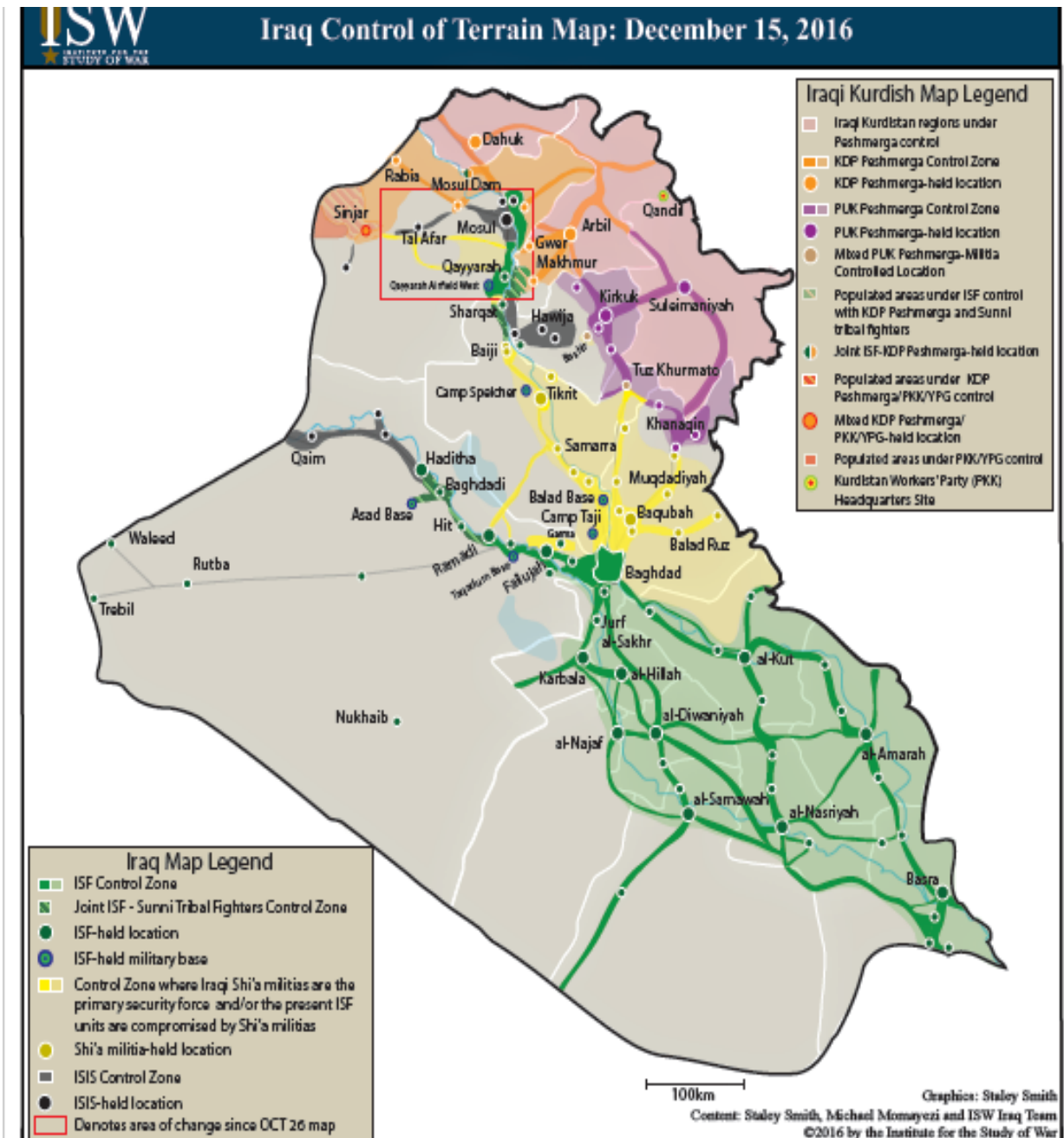


Figura D-2 – Território ocupado pelo Daesh no Iraque no final de 2016¹⁰⁵

Fonte: (ISW, 2016)

¹⁰⁵ As zonas a cinzento-escuro representam o território efetivamente ocupado pelo ISIL, demonstrando uma diminuição do mesmo.

ANEXO E - Mapa da Estratégia Global do aEI

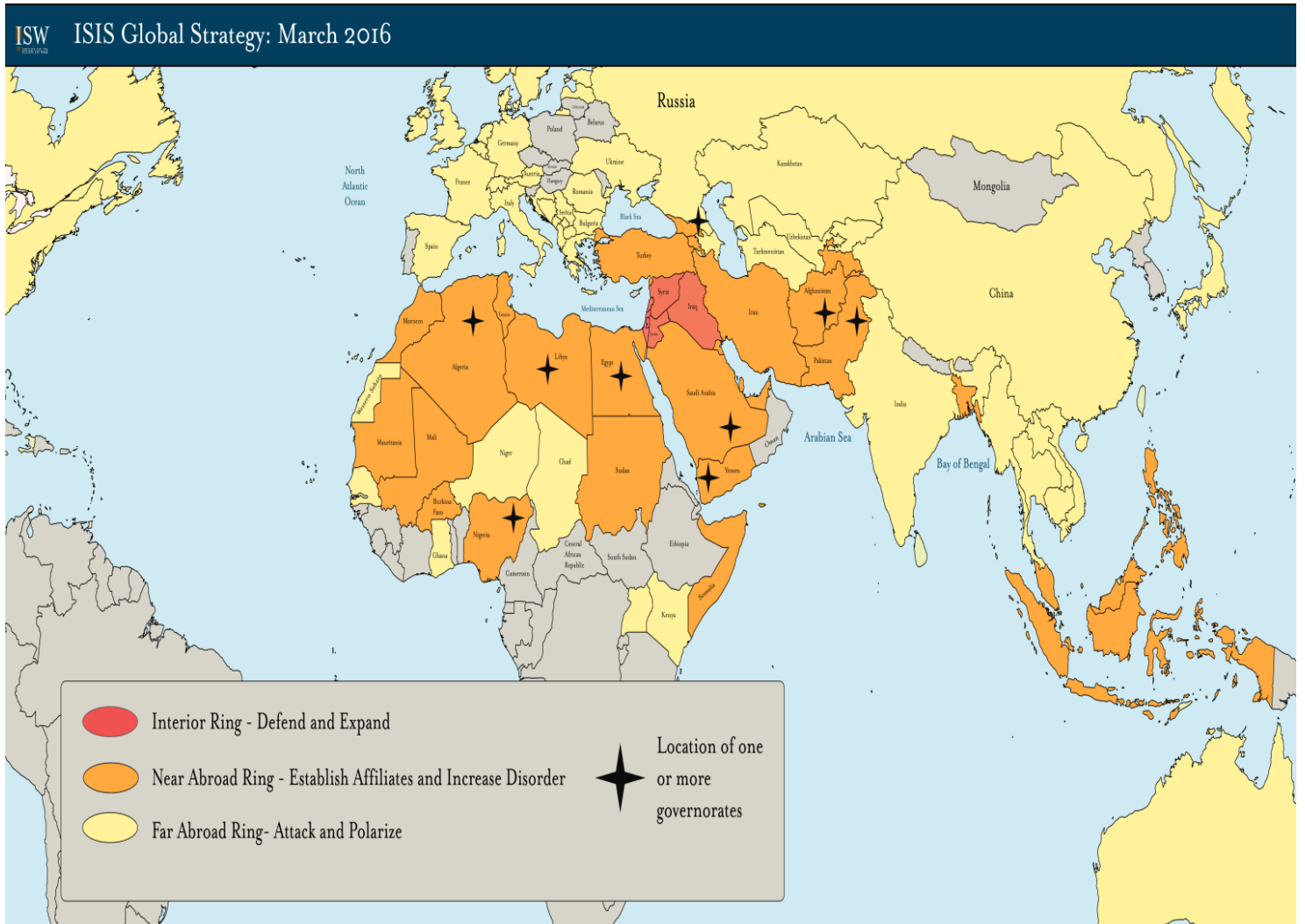


Figura E-1 – Mapa da Estratégia Global de ocupação do ISIS a curto (vermelho), médio (laranja) e longo prazo (amarelo).

Fonte: (ISW, 2016)

ANEXO F - Nações da Coligação Global

AFRICA Egypt Libya Morocco Nigeria Somalia Tunisia	EUROPE Albania Austria Belgium Bosnia and Herzegovina Bulgaria Croatia Cyprus Czech Republic Denmark Estonia Finland France Georgia Germany Greece Hungary Iceland Ireland Italy Kosovo Latvia Lithuania Luxembourg Macedonia Moldova Montenegro Netherlands Norway Poland Portugal Romania Serbia Slovakia Slovenia Spain Sweden Turkey Ukraine	INSTITUTIONS Arab League EU INTERPOL MIDDLE EAST Bahrain Iraq Jordan Kuwait Lebanon Oman Qatar Saudi Arabia United Arab Emirates
-----------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Figura F-1 – Lista de países e organizações constituintes da Coligação Global de combate ao Daesh

Fonte: (State Department, 2016)

ANEXO G - Gráficos de Atentados do Daesh e da al-Qaeda

FIGURE 3.1 DEADLIEST TERRORIST GROUPS, 2013-2015

ISIL overtook Boko Haram as the deadliest group in 2015 with over 6,000 deaths.

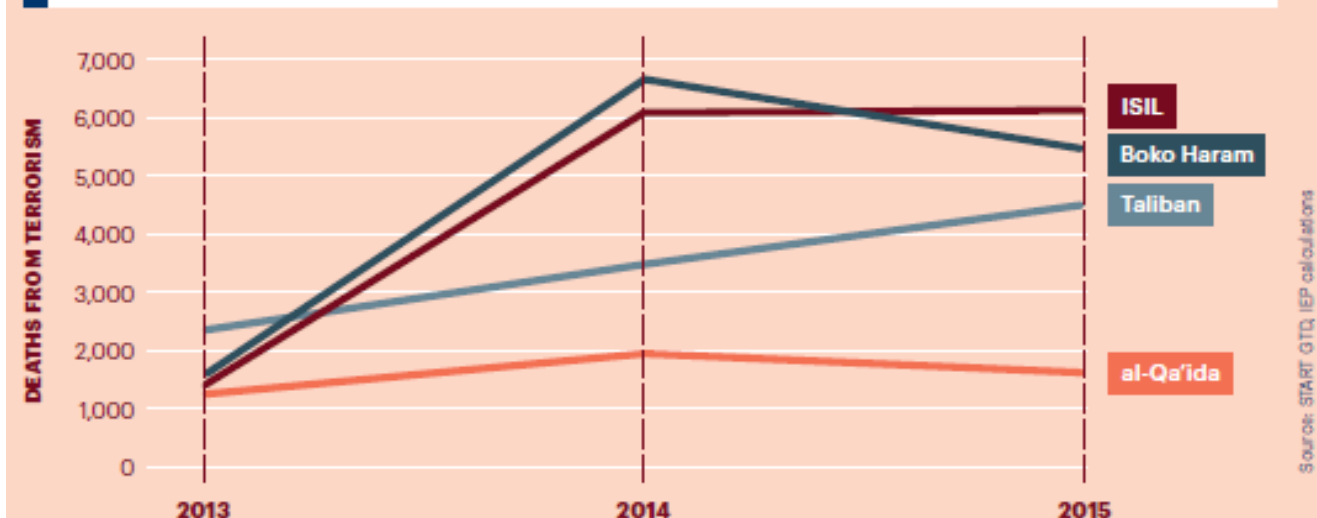


Figura G-1 – Gráfico indicativo dos grupos terroristas de matriz islâmica mais mortíferos entre 2013 e 2015.

Fonte: (GTI, 2016)

Tabela G-2 – Tabela indicativa dos danos causados pelo Daesh (organização mais mortífera) entre 2013 e 2015

GROUP	ISLAMIC STATE OF IRAQ AND THE LEVANT (ISIL)
INCIDENTS	953
DEATHS	6,141
INJURIES	6,208
LOCATION OF ATTACKS	BAHRAIN FRANCE IRAQ JORDAN LEBANON SAUDI ARABIA SOMALIA SYRIA TUNISIA TURKEY PALESTINE

Fonte: (GTI, 2016)

ANEXO H - Atentados Terroristas Perpetrados na Europa

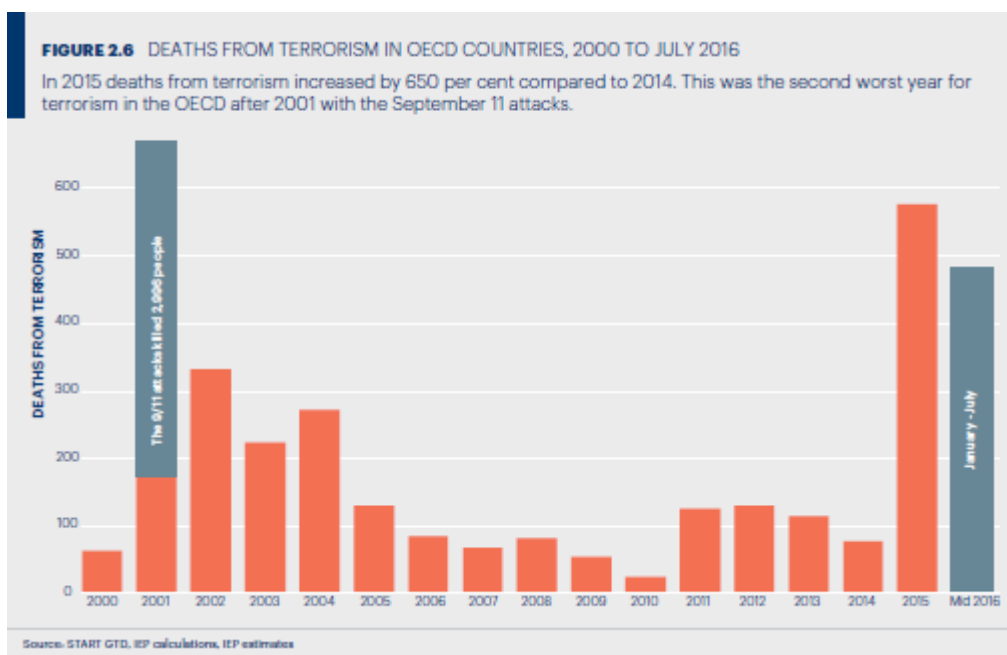


Figura H-1 – Gráfico representativo dos ataques terroristas a países do OECD¹⁰⁶ entre 2000 e 2016.

Fonte: (GTI, 2016)

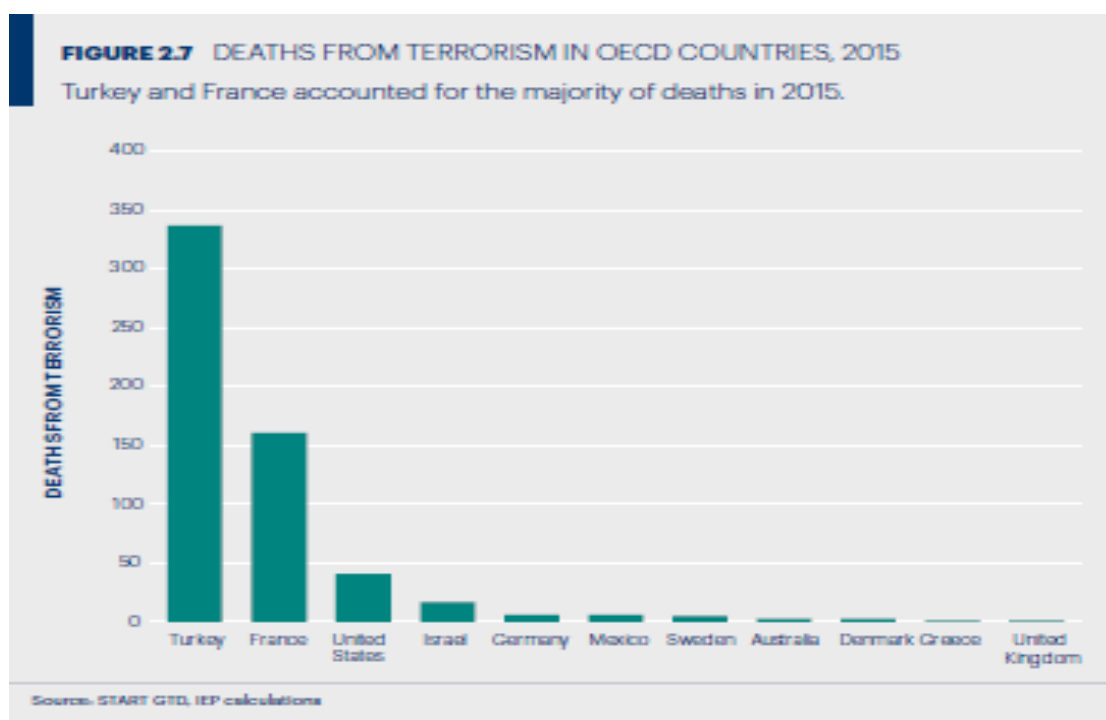


Figura H-2 - Gráfico representativo dos países europeus mais afetados pelo terrorismo em 2015.

Fonte: (GTI, 2016)

¹⁰⁶ A OECD (*Organisation for Economic Cooperation and Development*) é um fórum constituído por 34 países democráticos com economias de mercado. Nele estão incluídos 25 países europeus (GTI, 2016).

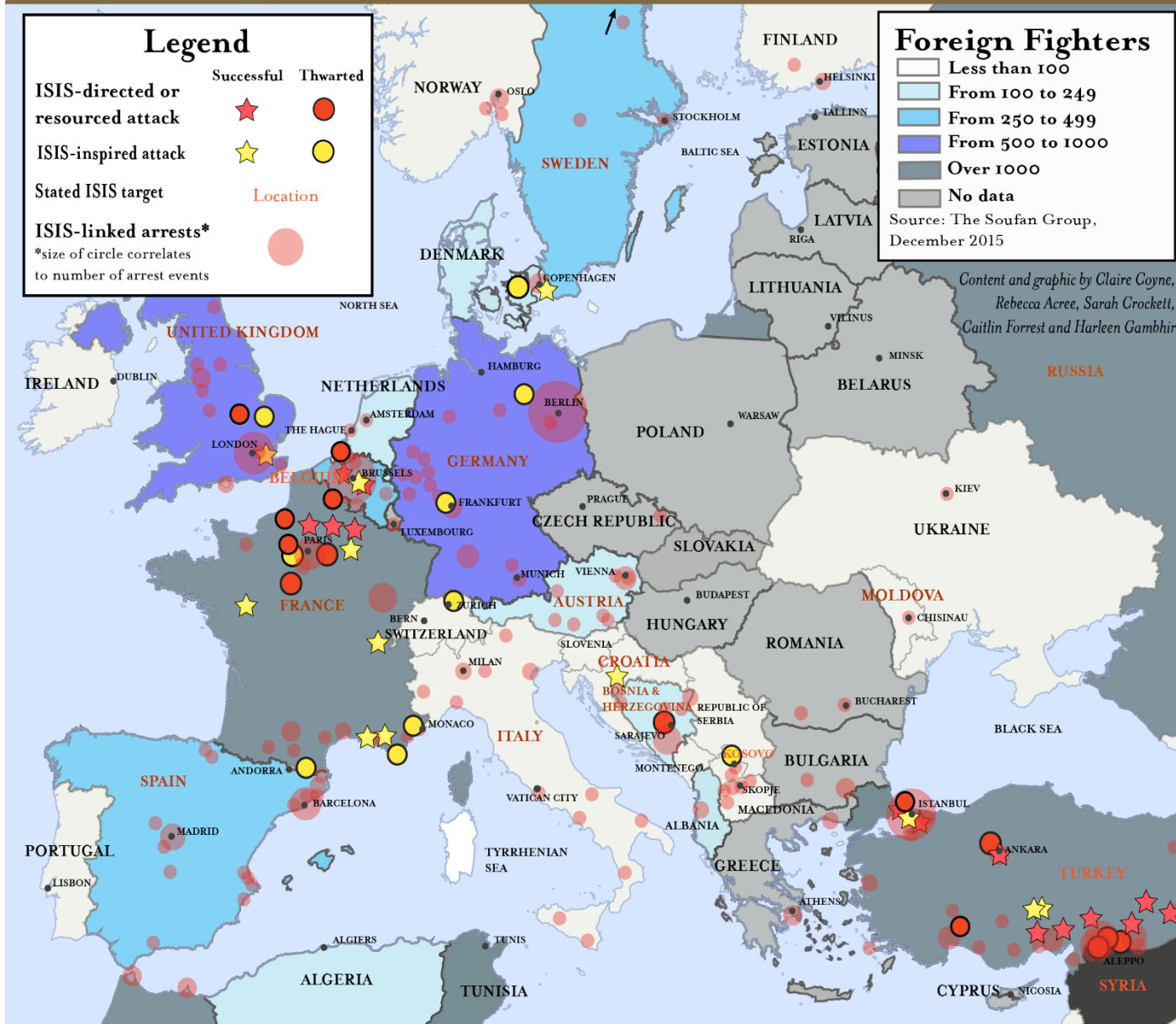


Figura H-3 – Mapa indicativo dos ataques levados a cabo pelo Daesh em solo europeu entre 2014 e 2016

Fonte: (ISW, 2016)

ANEXO I - Ataques Terroristas em Solo dos EUA

CHART 4 Largest Increases and decreases in GTI raw score

Global increases in GTI score are over three times the equivalent global decreases

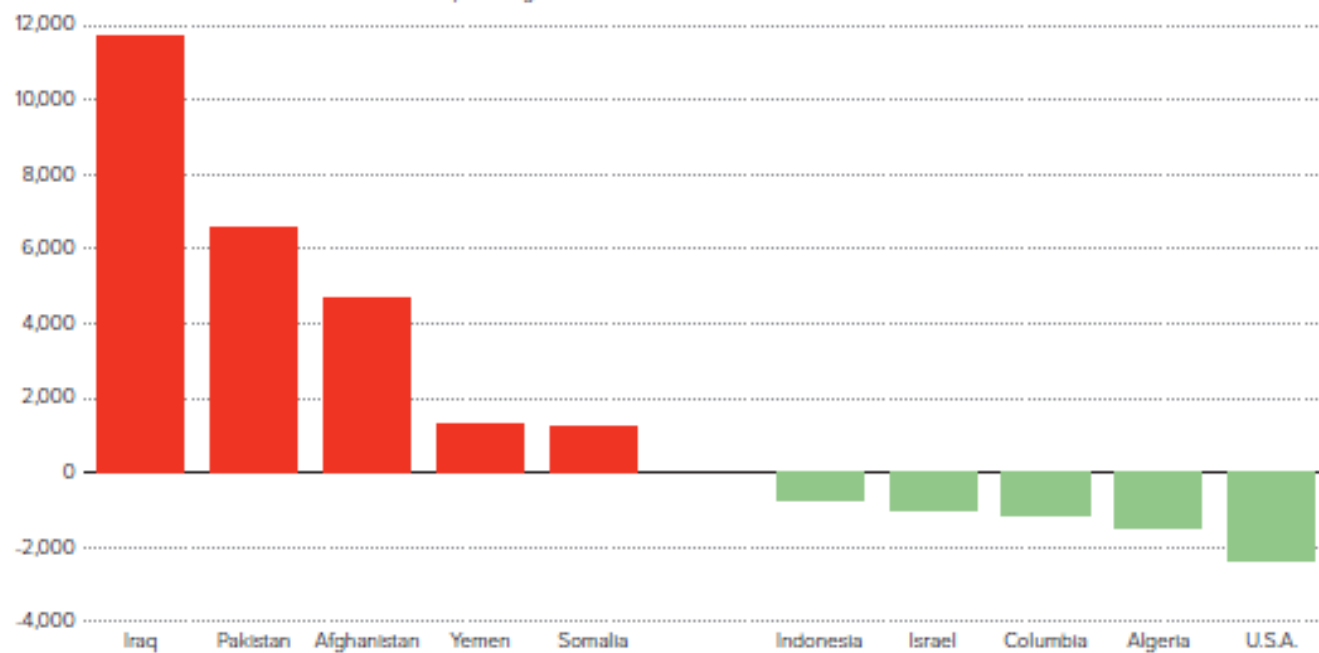


Figura I-1 – Gráfico demonstrativo da diminuição do terrorismo nos EUA¹⁰⁷ entre 2001 e 2012

Fonte: (GTI, 2012)

¹⁰⁷ Entre 2001 e 2012, os EUA foram vítimas de 127 ataques terroristas sendo que apenas 3% foram originários de terrorismo de matriz Islâmica, demonstrando uma clara diminuição desde 2001. Desde esse ano, os EUA passaram de 1º para 41º na atualidade, no que concerne à intensidade de ataques terroristas no país (GTI, 2012).

ANEXO J - Atentados no Iraque e Síria

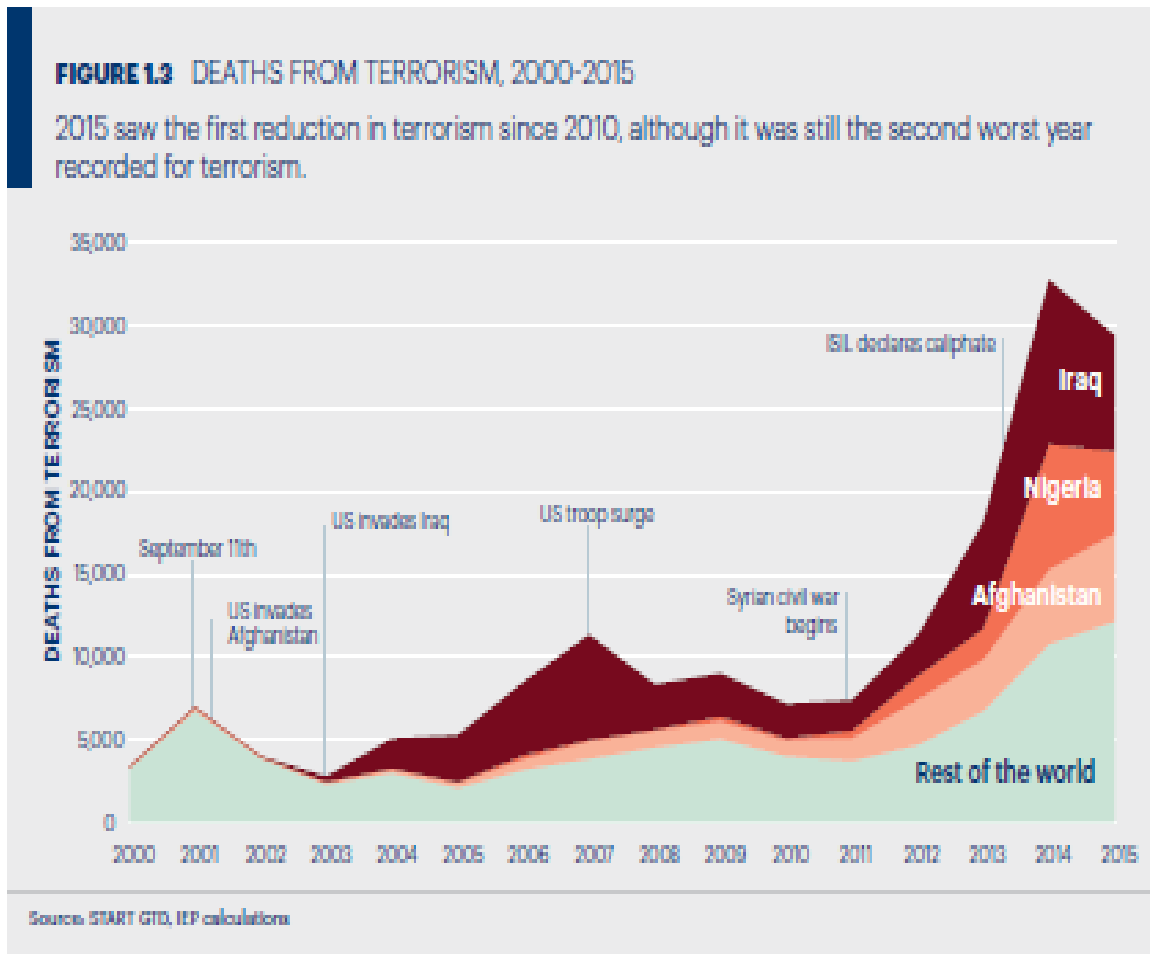


Figura J-1 – Gráfico demonstrativo do aumento do terrorismo no Iraque entre 2000 e 2015¹⁰⁸

Fonte: (GTI, 2016)

¹⁰⁸ O pico do aumento de incidentes terroristas no Iraque acontece no ano de 2015 com o Daesh.

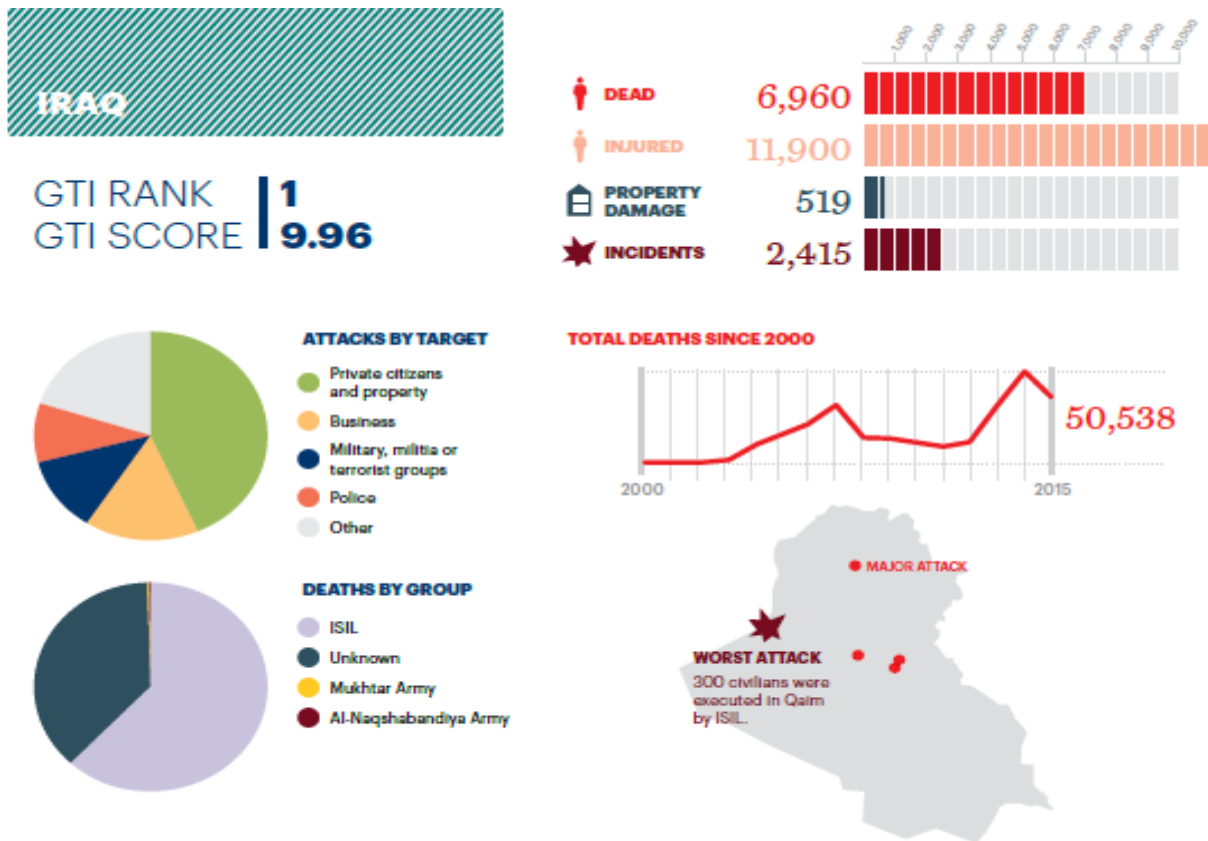


Figura J-2 – Dados relativos ao impacto terrorista no Iraque¹⁰⁹ entre 2000 e 2015.

Fonte: (GTI, 2016)

¹⁰⁹ O Iraque assume-se desde 2004 como o país mais fustigado pelo terrorismo de matriz islâmica, com um aumento exponencial em 2015 (GTI,2016),

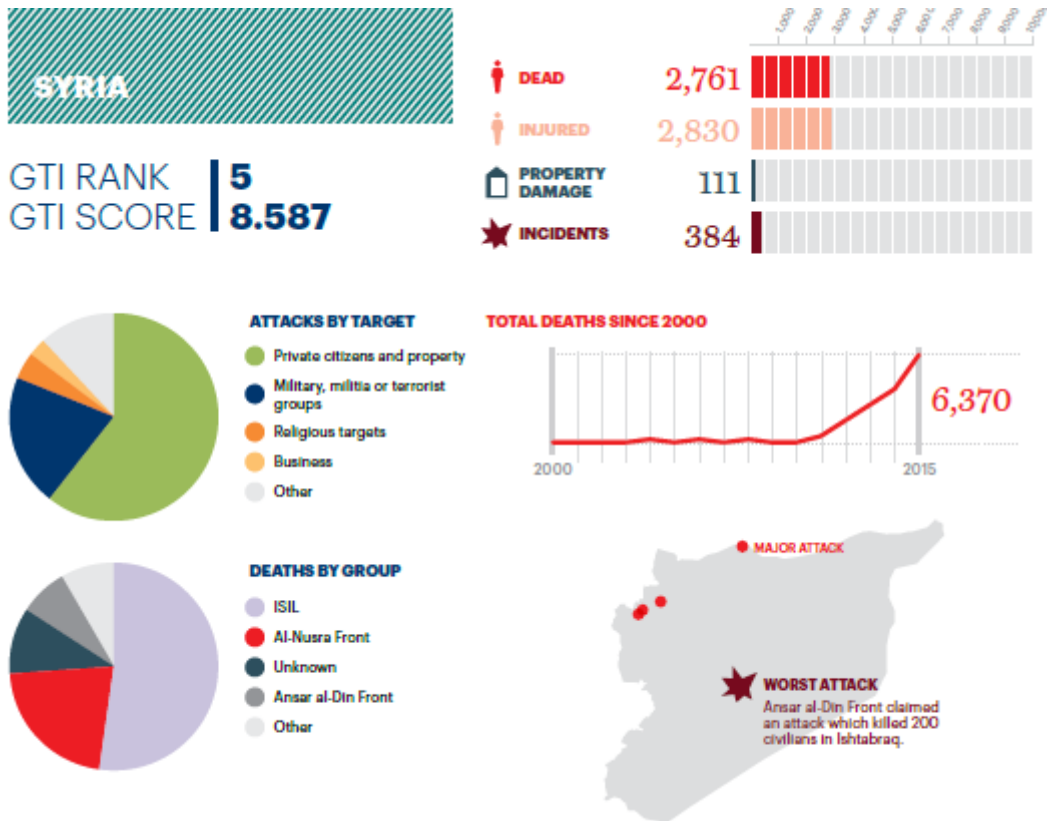


Figura J-3 - Dados relativos ao impacto terrorista na Síria¹¹⁰ entre 2000 e 2015.

Fonte: (GTI, 2016)

¹¹⁰ A Síria é neste momento o quinto país mundial mais fustigado pelo terrorismo de matriz islâmica (GTI, 2016).

ANEXO K - Países Terceiros de Elevado Risco

Tabela -1 - Tabela com a lista dos países terceiros de elevado risco

ANNEXE

High-risk third countries

I. High-risk third countries which have provided a written high-level political commitment to address the identified deficiencies and have developed an action plan with FATF.

Nr.	High-risk third country
1	Afghanistan
2	Bosnia and Herzegovina
3	Guyana
4	Iraq
5	Lao PDR
6	Syria
7	Uganda
8	Vanuatu
9	Yemen

II. High-risk third countries which have provided a high-level political commitment to address the identified deficiencies, and have decided to seek technical assistance in the implementation of the FATF Action Plan, which are identified by FATF Public Statement.

Nr.	High-risk third country
1	Iran

Fonte: (UE, 2016)

ANEXO L - Afiliações Globais do ISIL

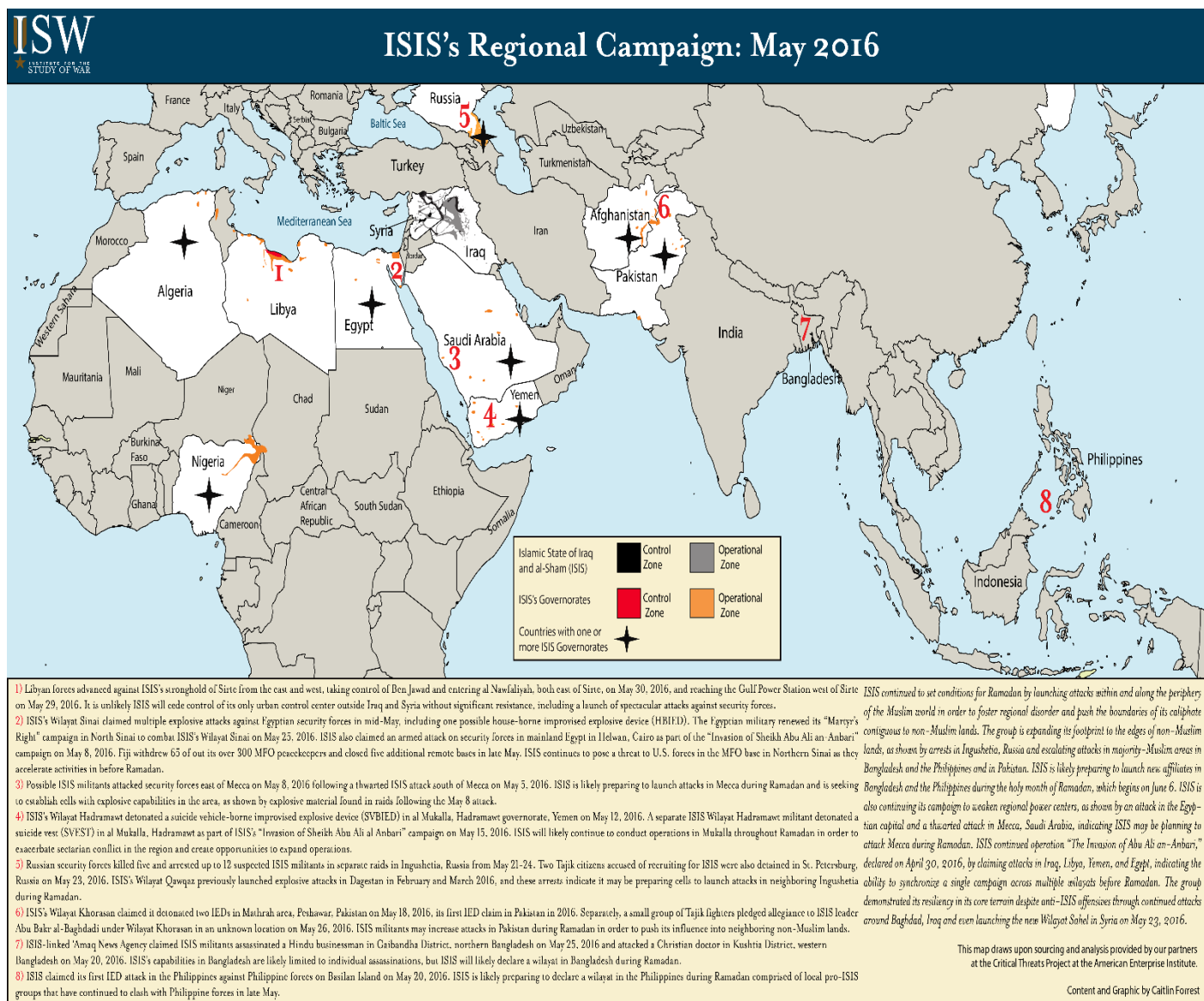


Figura L-1 – Mapa representativo dos afiliados (grupos súbditos) do ISIL no mundo¹¹¹.

Fonte: (ISW, 2016)

¹¹¹ As cruzes representam os afiliados reconhecidos do Daesh e os números a vermelho indicam zonas com um ou mais governadores do grupo. Nas Filipinas (nº8), já existe um afiliado reconhecido do ISIL. Na Nigéria, o afiliado é mais conhecido por *Boko Haram*.